



REVISTA

AMOR MUNDI

V. 1, N. 2, NOV. 2020



REVISTA
AMOR MUNDI

Revista Amor Mundi
Uma publicação da Editora Metrics

Rua Antunes Ribas, 2045, Sala 301, Santo Ângelo, RS, Brasil
CEP 98801-630

Contato
editora.metrics@gmail.com

2020

A ciência se tornou no principal *meio* de construção, organização e planejamento do mundo humano. Com e a partir dela os avanços e mutações tecnológicas passam a desenhar o rosto da humanidade. No entanto, elas não tem seu espaço garantido para sempre e de modo intocável na sociedade. Há, constantemente, por motivos diversos, o questionamento, a recusa e até mesmo a sua negação, sobretudo por crenças que são apresentadas de modo mais fácil e palpável. Em meio a pandemia, vemos em muitos lugares do mundo, uma indiferença e uma aposta contrária à ciência e suas tecnologias de combate ao vírus. Há quem prefere combater o vírus com rezas e receitas de teimosia.

Muitos poderiam pensar que isso não têm impacto sobre o mundo humano em geral, atingindo apenas os que são devotos dessas crenças. Alguns, também, poderiam dizer que a ciência por si só irá vencer, pois ela tem provas mais objetivas e eficazes. Além destes, outros argumentos ainda poderiam ser apresentados para mostrar que bradar contra a ciência não vai dar em nada.

Primeiramente, é importante dizer que nem tudo é ciência quando se trata das lidas humanas. Há o mundo vivido que, segundo a fenomenologia, está na base da ciência. Ela não existe sem um contexto, apesar de que sua formulação permite extrapolar os limites de nascimento, espacial e temporal. Destaca-se, outrossim, que ela tem tarefas que lhe são próprias, que justificam sua criação, e é sobre isso que se pondera quando ela é colocada à margem. Em tonalidades bíblicas é possível dizer: *dai à ciência o que é da ciência e ao social/cultura o que é deste.*

Em segundo lugar, é possível dizer que a ciência pode se ocupar sobre tudo o que existe, já conhecido. No entanto, ela não esgota o sentido e a verdade daquilo sobre o que ela se ocupa, sobretudo sobre a vida humana em seus modos de ser, como a cultura ou o social. E estes não podem ser construídos sobre uma base epistêmica, pois se dão pelos acordos estabelecidos como costumes, hábitos e leis. A ciência colabora para uma boa compreensão dessas dimensões, mas não a torna em um objeto seu, sobre o qual produz um conhecimento objetivo que possa ser necessário e ter pretensões de universalidade.

Essa construção do mundo humano que envolve ciência e política, como diálogo e ação, tem como horizonte o bem comum. Mas, este, pode ser afetado e até mesmo colocado à margem tanto pela ciência quanto pela política. Sobre esta perspectiva é que a segunda edição da Revista Amor Mundi foi organizada. Em alguns textos de modo direto e em outros, de forma indireta, há uma aposta em pensar formas de viver bem este mundo.

Com uma perspectiva interdisciplinar, o conjunto de textos publicados, os articulistas apresentam temas, objetivos, metodologias e resultados que indiciam caminhos possíveis para a perfectibilidade humana de organização da *polis*. Mesmo quando a narrativa tem uma perspectiva apenas interpretativa de um lugar ou contexto, apresenta conceitos ou compreensões que podem ser utilizados como bases para proposições de ação coletiva. Pois, nesta há algo profundo da

democracia, o respeito pelos outros na vivência dos próprios desejos. Quando ele não se dá por um combinado de costumes e hábitos é preciso legislar, um dos fundamentos da república. Fazer ciência de modo livre e viver a liberdade são possíveis em regimes democráticos e republicanos. Ambos têm mais sucesso e efetividade quando a base e o horizonte são o bem comum.

Boa leitura!

Os Editores

A CONSTRUÇÃO FAMILIAR POR MEIO DA ADOÇÃO: REQUISITOS E MODALIDADES

FAMILY BUILDING THROUGH ADOPTION: REQUIREMENTS AND MODALITIES

Felipe do Amaral Scheuer

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

Daniel Hedlund Soares das Chagas

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.86>

Recebido em: 14.02.2021

Aceito em: 20.03.2021

Resumo: A adoção é um instituto muito importante do nosso ordenamento jurídico. O conceito de adoção, está presente na Constituição Federal de 1988, no ECA, no Código Civil, no Código de Processo Civil, na jurisprudência e também nas doutrinas, de formas diferentes. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental o artigo tem o intuito de ponderar algumas questões sobre a construção familiar por meio da adoção. A adoção é um processo afetivo e legal pelo qual uma criança ou adolescente passa a ser filho de um outro casal ou de uma única pessoa. Diante disso, o adulto adotante passa a ser pai ou mãe de uma criança que é gerada por outras pessoas. O ato de adotar é tornar alguém um filho, tanto pelo afeto, quanto pela lei, normalmente uma criança que nunca teve a proteção daqueles que a geraram. Quanto aos requisitos para a adoção, com a entrada em vigor do novo Código Civil, verifica-se que no artigo 42, caput, do ECA está uma das mudanças mais significativas quanto aos requisitos do adotante.

Palavras-chave: Família. Instrumento jurídico. Adoção.

Abstract: Adoption is a very important institute in our legal system. The concept of adoption is present in the Federal Constitution of 1988, in the ECA, in the Civil Code, in the Civil Procedure Code, in jurisprudence and also in doctrines, in different ways. Through bibliographical and documentary research, the article aims to ponder some questions about family construction through adoption. Adoption is an affective and legal process by which a child or adolescent becomes the child of another couple or a single person. Therefore, the adopting adult becomes the father or mother of a child that is generated by other people. The act of adopting is to make someone a child, both by affection and by the law, normally a child who never had the protection of those who generated it. As for the requirements for adoption, with the entry into force of the new Civil Code, it appears that in article 42, caput, of the ECA is one of the most significant changes regarding the requirements of the adopter.

Keywords: Family. Legal instrument. Adoption.



1 Considerações iniciais

Gonçalves (2012, p. 376), observa que “a adoção é um ato jurídico solene pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, pessoa a ela estranha”. Já Dias (2011) trata da questão do estado de filiação que acaba decorrendo de um fato que, nesse caso, seria o (nascimento) ou de um ato jurídico que seria à (adoção) - que ligado a esse ato jurídico em sentido estrito, tem uma eficácia condicionada à justiça. A adoção acaba criando um vínculo imaginário de maternidade ou paternidade e filiação entre as pessoas estranhas, coisas que são análogas e que resultam da filiação biológica. De acordo com Diniz (2009, p. 520 e 521):

A adoção vem a ser o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para a sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha.

Para o autor supracitado, o entendimento de que a adoção deve observar os requisitos legais para tal, e assim analisados passam a estabelecer uma forma de parentesco tanto consanguíneo ou não, um vínculo irreal, fazendo com que traga o adotado (a) para o convívio da família, tornando-o filho, pessoa que até o presente momento era considerado um estranho.

Dias (2011) refere que a adoção acaba por construir um parentesco eletivo, pois é decorrente de um ato de vontade daquele que se habilita a adotar. A adoção passa a determinar que a paternidade só é verdadeira se ela decorre do desejo de amar e ser amado. Mas a sociedade ainda não vê dessa forma. De acordo com Diniz (2008), são nove os requisitos para a adoção.

O primeiro requisito fala da efetivação por maior de 18 anos independentemente do estado civil (adoção singular), ou por casal (adoção conjunta), essa ligada por uma união estável ou pelo matrimônio, mas desde que um deles tenha completado 18 anos e comprovem estabilidade familiar. Cabe ressaltar também que ninguém pode ser adotado por duas pessoas, a não ser que sejam casadas ou vivam em união estável.

Os tutores e os curadores não estão legitimados a adotar os seus tutelados e curatelados. Eles precisam primeiramente, prestar contas de sua administração, pois são fiscalizados pelo Ministério Público e julgadas pelo juízo competente [...] de acordo com o artigo 1.620 do CC.

O segundo requisito para poder adotar é a diferença mínima de idade que se exige entre o adotante e o adotado. Segundo o art. 1619 do Código Civil, a diferença tem que ser de pelo menos 16 anos mais velho a pessoa que for adotar, pela lógica de não poder conceber um filho de idade igual ou superior ao pai, ou a mãe. Tal exigência é para que os pais possam desempenhar seu poder familiar.

O terceiro requisito é o consentimento, tanto do adotado quanto de seus pais, nesse caso, se o adotado for menor de 12 anos, ou se for maior de idade, porém incapaz o seu representante legal, que pode ser o pai, tutor ou curador. Se a criança for maior de 12 anos, ela deve ser ouvida para manifestar sua concordância ou não sobre a adoção. Se os pais concordarem e deferirem a adoção em um procedimento próprio e autônomo, eles serão destituídos do poder familiar. A questão do consentimento é um ponto que tem que ser bem analisado, pois ele pode ser irrevogável. De acordo com Diniz (2009, p. 527):

O consentimento é revogável até a publicação da sentença constitutiva da adoção (CC art. 1.621, § 2º). Pelo enunciado n. 259 do Conselho da Justiça Federal, aprovado na III Jornada de Direito Civil: “a revogação do consentimento não

impede, por si só, adoção, observado o melhor interesse do adotando”. Pelo enunciado n. 110 do Conselho da Justiça Federal (aprovado na I Jornada de Direito Civil): é inaplicável o § 2º do art. 1.621 do novo Código Civil às adoções realizadas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O quarto requisito é a intervenção judicial na criação do menor. Este somente se aperfeiçoa diante de juiz, ou em um processo judicial, com a intervenção do Ministério Público, inclusive no caso da adoção de maiores de 18 anos. A competência para julgar processos de adoção de menores de 18 anos sempre será da Vara da Infância e Juventude.

O procedimento todo está na Lei n. 8.069/90. Depois da sentença judicial concessiva da adoção, ele passará a ter um efeito constitutivo e deverá ser inscrita no registro civil, mediante um mandado no qual será expedida a certidão. No registro vai o nome dos adotandos como pais. Depois a sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido deste, poderá modificar se quiser o prenome.

O quinto requisito bastante relevante na questão da adoção é a irrevogabilidade. Esse requisito diz que, mesmo que os adotantes tiverem filhos, os adotados também serão equiparados a eles, ou seja, o adotado não perde seus direitos e deveres, seus compromissos com os seus pais ora adotandos, é o mesmo como se fossem filhos legítimos, inclusive direitos sucessórios, e proíbe qualquer tipo de discriminação relativo à filiação. A adoção é irreversível. Quando o adotado passa a integrar a família, é como se ele pertencesse a ela. Caso os pais do adotado morram, isso não restabelecerá o poder dos pais naturais.

O sexto requisito é relacionado também à questão do estágio de convivência entre os separados judicialmente ou extrajudicialmente e os divorciados no que se refere aos adotantes e adotando, caso esse tenha se iniciado na constância da sociedade conjugal. De acordo com o parágrafo único do art. 1.625 do Código Civil.

Parágrafo único. A adoção será precedida de estágio de convivência com o adotando, pelo prazo que o juiz fixar, observadas as peculiaridades do caso, podendo ser dispensado somente se o menor tiver menos do que um ano de idade ou se, independentemente de sua idade, já estiver na companhia do adotante durante tempo suficiente para a avaliação dos benefícios da constituição do vínculo.

O sétimo requisito refere-se ao acordo sobre a guarda e o regime de visitas que deve ser feito entre os divorciados e separados, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente que pretendam adotar, conjuntamente, uma pessoa que com eles conviveu na vigência de seu casamento. Dispõe sobre isso o art. 1.622, parágrafo único, 2ª parte do CC.

O oitavo requisito diz respeito à prestação de contas da administração e pagamento dos débitos por parte do tutor ou do curador que pretende adotar pupilo ou curatelado. Dispõe sobre o referido requisito o art. 1.620 do CC. E por fim, o **último requisito** é a comprovação da estabilidade familiar se no caso a adoção se der por conviventes, de acordo com o art. 1.618, parágrafo único, in fine.

2 Metodologia

O presente estudo compõe-se de uma pesquisa básica com revisão bibliográfica. A partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira

a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.

3 Discussão teórica

No Estatuto da Criança e do Adolescente existem duas espécies de família: a família natural e a família substituta. A primeira é formada pelos pais ou qualquer deles, pai ou mãe, e seus descendentes; a segunda, por ser considerada uma família substituta, ou seja, aquela que é feita a partir da guarda, tutela ou adoção. Os artigos 25 e 28 do referido ECA explicam as duas espécies de família:

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

De acordo com Edimara Sachet Risso e Michele Simone Algeri (2009) um dos primeiros princípios do ECA, diz que toda criança e adolescente deve ser criado e também educado em um meio considerado familiar e com muito afeto pela família natural. Sendo assim, essa afirmação não demonstra ser efetivada, mas a questão da colocação em família substituta em decorrência de maus-tratos, abandono, e outras formas que são consideradas indignas de vida.

4 Modalidades de adoção

4.1 Adoção pronta

Uma das modalidades ou espécie de adoção é a adoção pronta, ou adoção *intuitu personae*, que, segundo Edimara Sachet Risso e Michele Simone Algeri (2009), está estabelecida no artigo 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo assim, considerada uma adoção legal, pois está vinculada a tal artigo. De acordo com o artigo 166 do ECA:

A adoção legal trata da possibilidade de qualquer pessoa que manifeste em adotar, procurar o Juizado da Infância e da Juventude de sua cidade, com a finalidade de começar o procedimento de adoção de uma determinada criança que foi autorizada pelos pais biológicos a ser adotada.

Essa forma de adoção gera uma intermediação entre os agentes envolvidos nela, que acabam acreditando que as pessoas consideradas mais pobres não têm capacidade para cuidar de suas próprias vidas, quanto mais de um filho. Com isso, o esforço, o envolvimento dos agentes que participam desse procedimento, acaba que o mínimo de esforço é envolvido e investido nesses programas de dar a assistência devida a essas famílias, que acabam por serem desvalorizadas e com isso entregando seus filhos para outra família criar. De acordo com Edimara Sachet Risso e Michele Simone Algeri (2009, p. 52):

Existe certo risco nesta prática se, decorrido algum tempo, a mãe ou o pai vem a se arrepender da decisão tomada, ou se ocorrem mudanças favoráveis em suas vidas e pretendem reaver seu filho. São situações dramáticas, pois geralmente a

criança foi adotada por uma família que realmente mantém todos os cuidados e dispensa enorme afeto a elas. O risco a que se referiu é com relação ao sentimento de arrependimento, porque, no que tange à legalidade, não há o que se discutir, vez que os atos foram praticados em conformidade com a norma, o que confere segurança aos pais adotivos, tendo em vista, inclusive, que nenhuma decisão por parte do Judiciário é tomada em prejuízo das partes envolvidas ou que viole os direitos humanos.

Essa espécie de adoção não será possível na modalidade de adoção internacional, vez que a criança tem que estar sob a responsabilidade do Estado para poder ser adotado por um casal ou pessoa estrangeira.

4.2 Adoção “à brasileira”

Segundo Risso e Algeri (2009), a adoção “à brasileira” é considerada uma fraude ao nosso ordenamento jurídico, praticada em desconformidade com as normas exigidas para o processo de adoção. Já para Dias (2011):

Há uma prática disseminada no Brasil- daí o nome eleito pela jurisprudência- de o acompanhante de uma mulher perfilhar o filho dela, simplesmente registrando a criança como se fosse seu descendente. Ainda que este agir constitua crime contra o estado de filiação (CP 242), não tem havido condenações, pela motivação afetiva que envolve essa forma de agir.

Essa modalidade de adoção ilegal ocorre quando a criança é dada pelos pais ou pela mãe para uma família conhecida. Muitas vezes há boa-fé de ambas as partes, pois há contatos frequentes da família que adotou e até auxílio financeiro à mãe biológica.

Nesse procedimento, muitos registram a criança junto ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais, pois os “novos” pais irão registrar tal criança como se fosse filho deles, da forma normal, mas isso acaba gerando um “falso” registro da criança ou do menor. De acordo com Edimara Sachet Risso e Michele Simone Algeri (2009, p. 53):

A jurisprudência vem adotando o entendimento de que a adoção à brasileira, embora presente o gesto de afeição maternal ou paternal com significativo valor social, constitui crime, em especial contra a fé pública, no que se refere a documentos públicos e o que neles se contém. Mas, sempre que possível aplicando o perdão judicial.

Conforme entendimento jurisprudenciais, com a inovação do parágrafo único do art. 242 do Código Penal, se mantém a proteção à fé pública, e também é levada em consideração a redução da pena do delito que possibilitou a aplicação do perdão judicial. Não acontece a absolvição da pessoa que cometeu o delito, mas tem que a pena ser aplicada, mesmo com o perdão judicial.

4.3 Adoção internacional

De acordo com Maria Berenice Dias (2011), a adoção internacional é aquela que gera a possibilidade de crianças e adolescentes serem adotados por uma família estrangeira, mas que podem perder sua nacionalidade. Ainda há quem considere esse tipo de adoção uma adoção que agrega muita valia, pois ela pode amenizar os problemas sociais.

No entanto a adoção deve ter como finalidade primordial atender a uma política social

de proteção à infância, por isso independe de onde sejam os adotantes, se de outros países ou do próprio país. Trata-se de uma adoção admitida constitucionalmente, na qual é delegada à lei o que é estabelecido dos casos e das condições de sua referida efetivação por estrangeiros como estabelece o artigo 227, § 5.º da Constituição Federal.

O referido artigo menciona os deveres da família, que tem que assegurar à criança, ao adolescente os direitos básicos, e protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade, violência e opressão. Cabe também mencionar que a adoção pelos casais ou pessoas estrangeiras será devidamente assistida pelo Poder Público, na forma da lei. De acordo com Venosa (2012):

O envio de crianças brasileiras para o exterior somente é permitido quando houver autorização judicial. Desse modo, na adoção por pessoa residente ou domiciliada fora do país, aspecto que traz maior esfera de problemas nessa matéria, nunca será dispensado o estágio, que será cumprido no território nacional, com duração mínima de 30 dias (art. 46, § 3º). A adoção internacional, mais suscetível a fraudes e ilícitudes, é dos temas mais delicados, sujeito a tratados e acordos internacionais e a reciprocidade de autoridades estrangeiras. Procura-se minimizar a problemática do tráfico de crianças. O estrangeiro, domiciliado no Brasil, submete-se às regras nacionais de adoção e pode adotar, em princípio, como qualquer brasileiro.

A orientação que o Magistrado deve nortear, é que toda e qualquer tipo de adoção, por si só deva ser encarada de uma forma de exceção, uma saída, para que os adotandos desamparados ou em estado de abandono sejam adotados. Pois sendo assim visto, vai acabar deixando de lado esse preconceito nacional quanto aos estrangeiros que querem adotar uma criança, mas os estrangeiros não podem deixar de obedecer a todos os requisitos que lhes são básicos e imprescindíveis para a adoção.

4.4 Adoção póstuma

A adoção póstuma, segundo Galdino Augusto Coelho Bordallo (2009, p. 219), “é a que se concede após a morte do adotante, desde que este tenha manifestado, de forma inequívoca, seu desejo de adotar”.

De acordo com a previsão legal da referida adoção, basta a inequívoca manifestação de vontade do adotante para que o processo, após a morte do adotante, prossiga até seu termo, com o julgamento de mérito. Para isso, basta que o processo de adoção tenha dado entrada antes da morte do adotante, com a manifestação de sua expressa vontade. Dias (2011, p. 495) assevera que:

A sentença de adoção possui eficácia constitutiva e seus efeitos começam a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença (ex nunc), não produzindo efeito retroativo (ECA 47 § 7.º). Contudo, a lei abre exceção na hipótese do falecimento do adotante, no curso do processo: o efeito da sentença retroage à data do falecimento. Paulo Lôbo justifica: o óbito faz cessar a personalidade e nenhum direito pode ser atribuído ao morto, sendo a retroatividade excepcional, no interesse do adotando.

O deferimento dessa modalidade de adoção está diretamente condicionado à propositura da ação, como trata o artigo 42, § 6º do ECA.

De acordo com Dias (2011), a Justiça e os tribunais apenas convalidam o desejo do falecido. Dá para ser tratada como uma adoção nuncupativa, e acaba por se operar concomitantemente

ligada à extinção do poder familiar que existe e a devida constituição do vínculo gerado de filiação civil. É de se admitir também a adoção póstuma quando a vontade do adotante estiver expressa em seu testamento, pois evidencia a sua intenção de adotar.

4.5 Adoção tardia

De acordo com Marлизete M. Vargas (2015), o termo “tardia” é utilizada para definir a adoção de crianças maiores. O termo utilizado “maior” é para diferenciar que a criança não é mais tida como um bebê, ela começa a se tornar uma pessoa “independente”, não necessitando de que os pais o estejam acompanhando em todos os momentos.

Alguns autores consideram a faixa etária, numa adoção tardia, a idade entre dois e três anos como uma margem entre a adoção precoce e a adoção tardia. Outros fatores envolvem esse tipo de avaliação, como o tempo que essas crianças permanecem numa instituição, lares e abrigos e quais os seus níveis de desenvolvimento.

O que pode acontecer é que as crianças de dois ou três anos ainda não apresentem comportamentos compatíveis com sua idade, como não andarem sozinhas, não falarem, usarem fraldas. Com isso a adaptação delas numa família não apresentará características de uma adoção tardia, como as fases de comportamentos em que se manifestam agressivos ou regressivos, pois isso, a maioria das crianças adotadas acabam passando.

É uma questão muito importante avaliar a prontidão dos adotantes e da criança para constituir uma nova família. Segundo Vargas (2015):

Como foi o processo de aproximação da criança com a família? É importante que a criança deseje ir viver com a família, que esteja disposta a aceitá-los. Ela é encaminhada pelos profissionais encarregados de operar a sua adoção por aquele(s) adotante(s), é escolhida por ele(s), mas deve manifestar sua vontade, deve ser ativa no processo de aceitação daquela(s) pessoa(s) como seus pais. Nesse processo, é fundamental a atitude do adotante, de se mostrar disponível para ser adotado pela criança numa postura mais passiva do que ativa. A criança necessita se sentir livre para a sua escolha e, ao mesmo tempo, segura de que é querida, é aceita. Isso nem sempre acontece nas primeiras semanas ou meses de convivência. A angústia dos pais, ante a incerteza de ser aceito pelo filho, que ainda resiste a lhe chamar de pai/mãe, muitas vezes, pode ser o passo inicial para as dificuldades de adaptação da criança numa família. A aproximação paulatina entre criança-família também pode operar o ajuste necessário entre a criança idealizada e a criança que está ali para ser adotada, que já tem traços bem definidos, além de uma história e de hábitos adquiridos em relações anteriores. A criança também precisa adaptar-se aos novos modelos de pais. Muitas vezes a instituição reforça uma super idealização da família adotiva.

As crianças que sofrem muito com a perda dos vínculos com a família biológica, são as mais vulneráveis e que vão sofrer muito com uma adaptação ao seu novo ambiente familiar. Essas dificuldades para estabelecer novos vínculos afetivos, com os novos pais poderão ser bem maiores, ou até intransponíveis, naquele real momento com aquela família, ou mesmo permanentes.

Importante ressaltar também o tempo e as condições em que a criança ou o adolescente ficou abrigado. Nas instituições, tem-se uma cultura de igualar todas as crianças, e assim acabam não tratando algumas questões consideradas dolorosas, pois elas já sofreram muitas perdas antes de ingressarem nos lares provisórios. De acordo com Vargas (2015):

Quanto maior o tempo da permanência da criança num abrigo, maior poderá ser o risco dela vir a ter dificuldades na adaptação numa família. Por outro lado, quanto mais tarde ocorrer a institucionalização e quanto mais próximo de um lar forem as características do abrigo, menores poderão ser esses riscos. O que se observa é que muitos abrigos funcionam ainda como depósitos de crianças. Estando lá, as crianças estão isoladas do mundo num ambiente bastante pobre em estimulação essencial para o desenvolvimento normal de suas potencialidades.

Essas crianças acabam por não aprender a desempenhar o papel deles de filho. Eles se sentem como participantes de um grupo que desempenha todas as funções e as necessidades consideradas básicas dos seus membros, que acabam se relacionando com seus papéis de casal, pais/filhos e irmãos. Por isso necessitam de um período para aprenderem a desempenhar o seu papel na família que os adotará. Esse processo pode variar muito de criança para criança, e independe de idade.

4.6 Adoção por casais homoafetivos

Segundo Dias (2011), a adoção por casais homoafetivos é bem tormentosa e divide muitas opiniões. Mesmo assim, é crescente o número de gays e lésbicas que se candidatam à adoção de forma individual.

A adoção por casais do mesmo sexo começou a ser concedida de forma tímida, sem que o parceiro ou a parceira tivesse que esconder sua orientação sexual quando se habilitasse para adoção. O que causa um pouco de curiosidade e espanto é a questão de, quando se faz a habilitação, não se perguntar se a pessoa mantém um relacionamento homoafetivo.

Isso causa certa estranheza, pois o estudo social não é feito com o parceiro, e acaba deixando de prestar a atenção para o fato de que a criança está indo viver num ambiente constituído por pessoas do mesmo sexo. Essa habilitação é deficiente, considerada uma habilitação incompleta, pois deixa de ver vários interesses que são de suma importância e interesse do adotando. De acordo com Dias (2011, p. 499):

Por outro lado, diante do conceito aberto de família substituta (ECA 28), nada impede que duas pessoas adotem independente da identidade sexual. Nem na Lei dos Registros Públicos se encontra óbice ao registro que indique como genitores duas pessoas do mesmo sexo. Basta registrar o adotando como “filho de”, acrescentando o nome dos pais. No entanto, em alguns Estados, permanece a resistência em conceder a adoção ao casal que mantém união homoafetiva. As justificativas são muitas: problemas que a criança poderia enfrentar no ambiente escolar; ausência de referências de ambos os sexos para o desenvolvimento do adotando; obstáculos na Lei dos Registros Públicos, entre outros. Mas o motivo é um só: o preconceito. É enorme a dificuldade em aceitar os pares do mesmo sexo como família. Há a crença de que se trata de relacionamento isento de perfil de retidão e moralidade. Isso tem o nome de discriminação. A aparente intenção de proteger as crianças só os prejudica. Vivendo em uma família homoafetiva e possuindo vínculo jurídico com somente um do par, resta absolutamente desamparado com relação ao outro, que também considera pai ou mãe, mas que não tem os deveres decorrentes do poder familiar. O não estabelecimento de uma vinculação obrigacional gera a absoluta irresponsabilidade de um dos genitores para com o filho que também é seu.

Não se pode admitir a não possibilidade de o filho biológico ser adotado pelo parceiro do genitor. De certo modo, é permitido que um dos cônjuges ou companheiros adote sim o filho

do outro, conforme dispõe o artigo 41, § 1º do ECA. E por se tratar de uma adoção de casais que mantêm uma relação homoafetiva, também não impede a possibilidade de o adotando ser adotado pelo companheiro de seu pai ou mãe.

Já para Galdino Augusto Coelho Bordallo (2009), a questão da adoção por casais homoafetivos é uma das mais discutidas no meio jurídico, sendo um ponto a ser analisado pela doutrina civil que acaba encontrando pontos favoráveis e desfavoráveis à adoção por casais homossexuais. Segundo o Autor (2009, p. 187):

Antes de adentrarmos ao tema cabe ressaltar não haver nenhum empecilho à adoção fincado na opção sexual do adotante. Inicialmente eram julgados improcedentes os pedidos de adoção quando vinha à tona a preferência sexual do requerente, sob o fundamento de que a vida que o adotante levaria e os exemplos que a criança/adolescente teriam na convivência doméstica seriam prejudiciais para o seu desenvolvimento como pessoa. Com o passar do tempo este posicionamento foi sendo alterado e passaram a ser concedidas adoções, independente da opção sexual do adotante, orientados por estudos e pareceres psicológicos e psiquiátricos de que a orientação sexual dos pais não influencia a dos filhos. Com bases no princípio da dignidade humana, igualdade e não-discriminação, os tribunais passaram a conceder as adoções. [...].

Diante de tantos avanços jurídico-científicos, Dias (2009) diz que em torno da questão da homossexualidade e das uniões de casais homoafetivos, não se pode deixar de perceber a importância de um pedido de adoção ser validado. Se um pedido de adoção é negado sem analisar viabilidade desse pedido, ele acaba se tornando uma decisão preconceituosa ou, no mínimo, com falta de informações adequadas.

5 Considerações finais

Não se pode deixar de lado tudo que está sendo e vem sendo construído, em sede jurisprudencial e doutrinária, sobre toda a questão que envolvem os vínculos de parentalidade. Há uma fila enorme de pessoas querendo adotar ou querendo alguém para ser chamado de pai ou mãe. Não importa a forma como essa família é constituída, ou seja, um pai e uma mãe, dois pais, duas mães, somente o pai ou somente a mãe. O importante é a afetividade que está envolvida nessa relação. Muitas pessoas não podem ter seus filhos naturais, assim como inúmeras crianças e adolescentes foram abandonados ou dados para a adoção, por seus pais biológicos. Negar o direito de pessoas adotares, ou tornar o processo de adoção burocrático, a ponto de uma desistência, é furtar desses indivíduos a capacidade de doar-se como mãe/pai ou como filho a aquele que não teve essa oportunidade.

A questão diz respeito à possibilidade de adoção de crianças e adolescentes por parte daqueles que não puderam ter filhos ou que mesmo com seus filhos naturais, ainda assim, num gesto de amor ao próximo, resolvem trazer para seus lares, um novo membro que antes se encontrava em situação de vulnerabilidade física e emocional, proporcionando-lhe a possibilidade de uma vida digna e um futuro melhor. Não se pode olvidar que as crianças e adolescentes retiradas de sua família natural, seja pelo motivo que for, traz consigo uma carga dolorosa muito grande. Porém, a adoção, antes de mais nada, representa um ato de amor, desprendimento. Quando efetivada com o objetivo de atender aos interesses do menor, é um gesto de humanidade.

Por qualquer ângulo que se analise a questão da adoção, é imprescindível que as

mudanças legislativas ocorram com a maior brevidade possível, pois as crianças e adolescentes que conseguem uma família não podem ser punidas pelo preconceito e pela covardia de nossos legisladores, pois está claro que o Judiciário solucionará os casos que lhes forem apresentados. Essas famílias são consideradas famílias que atendem a uma função social, deixando claro que a construção de famílias assim está sendo feita de uma forma coerente, e sendo analisada tanto pelo Poder Judiciário, quanto pelos demais órgãos responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes.

Referências

BERGAMINI, N. B. B. & BERTHOUD, C. M. E. A família em fase de aquisição. Em C. M. Cerveny & C. M. E. Berthoud (Orgs.). **“Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa”** (pp. 49-73). São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: o preconceito & a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 24. ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2009. 5 v.

GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

GRANATTO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção: doutrina e prática (com comentários à nova Lei de Adoção Lei 12.010/09)**. Curitiba: Imprensa. 2010.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude. Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel. 2000.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito das Sucessões, Vol. 7**. 13ª ed. São Paulo, Atlas: 2013.

VENOSA, Silvio Salvo. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em Acesso em: 30/11/2013.

SILVA, Tânia Pereira. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

REFLEXIONES SOBRE LA HOMOSEXUALIDAD EN LA HISTORIA DEL IMPERIO ROMANO: IMPACTOS EN LAS SOCIEDADES DEL REINO DE PORTUGAL Y EN SU COLONIA DE BRASIL

REFLECTIONS ON HOMOSEXUALITY IN THE HISTORY OF THE ROMAN EMPIRE: IMPACTS ON THE SOCIETIES OF THE KINGDOM OF PORTUGAL AND IN ITS COLONY OF BRAZIL

Douglas Verbicaro Soares

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil. E-mail: douglas_verbicaro@yahoo.com.br

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.51>

Recebido em: 12.02.2021

Aceito em: 21.03.2021

Resumen: El estudio tiene como objetivo visibilizar la práctica de la homosexualidad en la historia de la humanidad, en destaque en el período del Imperio Romano y, también, sus impactos en la Edad Moderna en el Reino de Portugal y su Colonia en América. Para eso, ha sido realizada una investigación basada en fuentes bibliográficas que retrataron esas prácticas en un período único del pasado, explicitando también su posterior condena con el surgimiento de preceptos de la religiosidad cristiana de la época. Para la investigación ha sido empleada una metodología basada en la fuente bibliográfica multidisciplinar, con relación con el arte, el derecho, la historia, etcétera. El estudio concluye por la perpetuación histórica de ideario discriminador para la homosexualidad en el tiempo, pues en la actualidad, ciertos argumentos previstos en discursos de origen religiosa siguen en la diseminación del odio contra la diversidad sexual en diversas sociedades por el mundo.

Palabras-claves: Condena. Roma. Homosexual. Discriminación.

Abstract: *The study aims to make visible the practice of homosexuality in the history of humanity, highlighting in the period of the Roman Empire. For this purpose, research has been carried out based on bibliographic sources that portrayed these practices in a unique period of the past, also expressing his subsequent condemnation with the emergence of precepts of Christian religiosity of the time. For research has been used a methodology based on the multidisciplinary bibliographic source, in relation to art, law, history, etc. The study concludes with the historical perpetuation of discriminatory ideary for homosexuality over time, as today, certain arguments provided for in discourses of religious origin continue to spread hatred against sexual diversity in various societies around the world.*

Keywords: *Condemnation. Rome. homosexual. Discrimination.*



1 Introducción

La historia ha visibilizado hechos que demuestran la persecución a las prácticas homosexuales, principalmente a partir de la propia materialización del Cristianismo como religión perteneciente al Imperio Romano (AYENSA, 2008, p. 28). En ese sentido, existían por ejemplo: las leyes del Imperio Romano, que especificaban: *vergonzosa costumbre de condenar el cuerpo de un hombre a desempeñar el papel de mujer, hombres que comentan liviandades con los hombres*.

Del mismo modo, está presente en la propia historia de Roma, distintos personajes relacionados con la homosexualidad, entre ellos: los *Scortum*, que serían hombre de segunda clase, donde los ciudadanos romanos podrían mantener prácticas sexuales de un modo lícito, es decir, a través de la prostitución con esos hombres. La situación generalmente era ejercida por hombres esclavos, que tenían sus dueños (los *Lenones, padrotes*) como negociantes de sus cuerpos a otros hombres en el medio social en que vivían. Tanto es cierto que se hablaba de la ocurrencia de un día específico para la celebración de los servicios prestados por los hombres padrotes que ejercitaban la prostitución masculina (IZQUIERDO, 2006, p. 9). Otros instrumentos normativos de Roma eran las tipicidades en sus normas de las prácticas consideradas ilícitas en sociedad, que protegieron a los hijos de Roma (los *praetextati*), es decir, los ciudadanos romanos, en la etapa previa de la niñez y de la adolescencia, para que no fuesen confundidos con los jóvenes esclavos. (IZQUIERDO, 2006, p. 15-6).

Además de punir determinadas conductas sociales, como ha sido en el caso de castigar a los ciudadanos romanos que mantuviesen prácticas sexuales con la esposa de otro romano. Entre los modos de punir estaban: la pena del rábano y el mújol, donde el marido de la mujer adúltera podría violar sexualmente el amante de su mujer, o también, hacer con que el amante fuese entregado a uno de los esclavos del esposo de la mujer adúltera (para que éste fuese violado). En la condena también podría ser sodomizado en persona, tener la nariz o las orejas cortadas, o la sumisión al *fêlatio* (que le despojarían de su virilidad), incluso la previsión del homicidio para el amante como castigo por sus conductas (IZQUIERDO, 2006, p. 23-4).

Del mismo modo, las prácticas homosexuales entre mujeres también eran consideradas como anti-natural y como adulterio: el amor entre lesbianas es en primer lugar contra natura, y en segundo lugar criminal. La mujer casada que tiene una relación de este tipo comete adulterio (IZQUIERDO, 2006, p. 24-5).

Para la investigación ha sido empleada una metodología basada en fuente bibliográfica multidisciplinar, con relación con el arte, el derecho, la historia, etcétera. El estudio tiene dos (2) apartados, más la introducción, consideraciones finales y bibliografía. El primero versa sobre la condena de la homosexualidad en el Imperio Romano. El segundo retrata los impactos de la persecución de la Edad Media también en otras sociedades de la Era Moderna: especial referencia al Reino de Portugal y su Colonia (Brasil) en América.

De ese modo han sido realizadas algunas preguntas para el estudio: ¿Cómo surgió la condena a la práctica de la homosexualidad en el Imperio Romano? ¿Esa condena de la Edad Media ha impactado en sociedades en un periodo posterior, como por ejemplo en la Era Moderna?

2 La condena de la homosexualidad en el Imperio de Roma

Con Constantino (MALUCELLI, et al., 2010, p. 28-34), se proliferó en la sociedad de la época la ideología de que la homosexualidad en sí representaría un riesgo grande al Imperio, utilizando así la idea de que las relaciones sexuales deberían ser realizadas con el objetivo primordial en la reproducción humana y la manutención hereditaria de la misma. Hechos esos que por sí alejaban y condenaban las prácticas homosexuales, una vez que naturalmente imposibilitan la perpetuación de la especie (ROBERT, 1999, p. 125-6).

Para corroborar con esta idea, a finales de la República, ocurre un rompimiento de los tabús, generando una apertura de las reivindicaciones en sociedad por el deseo sexual. Según Jean-Nöel Robert:

La influencia del epicureísmo y la poesía alejandrina reafirmaron a algunos jóvenes de Roma en su voluntad de clamar sus sentimientos a la vez que les inspiró las adecuadas para hacerlo. Un ejemplo sería lo de Memmio, protector de Lucrecio, epicúreo y buen vividor, cuya existencia acabó en el exilio, en Atenas (ROBERT, 1999, p. 125-6).

Según Robert (1999) a él se le gustaba componer poemas, sobre todo con contenido erótico. Se comentaba que al partir a otra zona de la ciudad en la cual vivía, se marchó con su séquito, cocineros e etcétera, donde posiblemente se encontraban Lucrecio, Cinna y Catulio. Al último nombre, se le atribuía la generosidad no solo para escuchar a las obras artísticas creadas, pero que también, la compañía debería tener un contacto físico más personal entre el patrón y su subordinado (ROBERT, 1999, p. 126).

Esa visión de la práctica sexual como una extensión motivadora del acto de generar y reproducir la especie humana ha condenado el placer de la sexualidad a un espacio más reducido, donde las conductas que se alejaban de esta idea, estarían relacionadas con el pecado, con el prohibido, lo maligno, etc...

De este modo, la exteriorización del deseo humano, es decir, de la sexualidad del hombre, al aflorarse de modo diverso del tradicional seguido/impuesto socialmente en la sociedad de la época. Que en este caso, la romana, al que se refiere al final de la República, los impulsos de muchos hombres a la libido sexual se satisfacía junto a otros hombres con el mismo deseo, en este caso la visión del sexo y el amor eran comprendidas de modos completamente antagónicos. La primera por la idea de satisfacción de un placer carnal, donde el cuerpo de la otra persona al cual se practicaba el acto sería indiferente (hombre o mujer) (VERBICARO SOARES, 2015, p. 84). En este sentido, la idea del amor era dejada de lado y la orientación del deseo bisexual era más que aceptada en el medio social y no cuestionada para este fin de satisfacer los deseos humanos.

Para este pensamiento, se hace fundamental la citación de Lucrecio, que se le atribuye ser el primer poeta romano que se manifestó frente a la pasión amorosa y la expuso como un tipo de enfermedad. Según sus palabras:

Conviene rechazar todo lo que pueda alimentar nuestro amor, dirigir nuestro espíritu hacia otros objetos; es preferible derramar el licor acumulado en cualquier cuerpo, que guardarlo para un único amor que nos ate por completo. A buen seguro, los que mantienes la cabeza sana disfrutan de un placer más puro que los pobres extraviados [...] la pasión amorosa ciega a los hombres que posee y éstos atribuyen a las amadas unos méritos que no les corresponden (ROBERT, 1999, p. 129-31).

De este modo, se nota la grande preocupación en poner el amor en una posición secundaria y donde se le coloca sobre el mismo una idea de que es peligroso, algo que asusta, que genera un temor, que sería algo desconocido y que no valdría la pena vivir, es decir: *mantenerse alejado de él para conservar el dominio sobre sí mismo* (ROBERT, 1999, p. 131).

Nöel Robert nos recuerda que, al explicitar Lucrecio, informa que al finales de la República de Roma, eran comunes las prácticas sexuales bisexuales, aunque perduraría la idea de que el hombre debería ser la persona dominante, de poder satisfacer a sus propios deseos aflorados, algo normal en un romano. En este sentido, los que se consideraban anormales serían los que no hiciesen caso a esos deseos de practicar sexo con una persona del mismo sexo. La idea de moral para la sociedad de la época sería a de no llevar en consideración el amor en la vida (en el cotidiano de las personas). Para un ciudadano romano lo que importaba era la obligación de generar un heredero y de que su mujer fuera fértil para lograr ese objetivo primordial (ROBERT, 1999, p. 125).

A lo largo de las consideraciones *supra* citadas, se puede entender que los encuentros sexuales entre los ciudadanos romanos, es decir: entre hombres, eran vistos como normales y sobretodos habituales. Desde que respetasen algunos requisitos, tales como: que fuesen realizados por un ciudadano romano y una persona en situación de inferioridad, generalmente un esclavo; que esta conducta sexual no implicase en la no obligación del ciudadano romano con el Estado; y por fin, que esta práctica fuese realizada por el ciudadano romano y que a él fuese atribuido en rol de activo en la relación sexual homosexual (AYENSA, 2008, p. 128).

La persecución a los homosexuales se intensificará con la tipificación de la homosexualidad como un crimen en el Derecho Romano, siendo el Código de Justiniano, de la época 529 d. C. la materialización de esa tipología. Según el texto mencionado: las personas que se prestasen a la homosexualidad deberían ser ejecutadas, pero también, había la previa que las personas arrepentidas que podrían ser salvadas de la pena capital. Ese período histórico impulsará la condena a la homosexualidad (DO BOMFIM, 2011, p. 78).

El autor sigue en sus argumentos aduciendo que en el periodo de 342 d.C., ya existía la previsión legal de condena al casamiento entre personas del mismo sexo. Con la crisis del Imperio Romano, se vuelve a manifestarse socialmente una tolerancia a las prácticas homosexuales, en los reinos bárbaros que se forman *a posteriori*. La excepción era el Reino de España. En el Siglo XIII, un cambio ocurre en Europa, con la ascensión de la Iglesia Católica Apostólica Romana, que con la tipificación del crimen de sodomía reflejará en la no aceptación y condena de la homosexualidad por el mundo occidental (DO BOMFIM, 2011, p. 78).

Con el advenio del III Concilio de Latrón, en 1179, se condena por primera vez la homosexualidad por la Iglesia, siendo que todas las personas que fuesen pilladas en actos de sodomía tendrían la punición según el grado de jerarquía de la persona que lo cometiera, si era perteneciente al clero o por ser una persona poco esclarecida. Ese período de persecución se extenderá por toda la Edad Media (VERBICARO SOARES, 2015, p. 86). Del mismo modo, sus impactos estarán justificados en otros períodos históricos, en diversas sociedades por el mundo, por ejemplo en la Era Moderna, con el Reino de Portugal.

3 Los impactos de la persecución de la Edad Media también en otras sociedades de la Era Moderna: especial referencia al Reino de Portugal y su Colonia (Brasil) en América

Es válido recordar que los efectos de esta condena se verán reflejados en las colonias en el Nuevo Mundo (ya en el periodo de la Edad Moderna). En este caso, Brasil, como una Colonia del Reino Portugués, con la influencia del Ordenamiento del Reino en los temas relacionados a la condena a la homosexualidad. En ese sentido mencionaremos las Ordenaciones Afonsinas, las Manuelinas y las Filipinas, que tipificarían la homosexualidad y la punirían con la pena de muerte en la hoguera (VERBICARO SOARES, 2015, p. 86).

Mott (1997) nos recuerda que con el Tribunal de Inquisición, en el período de 1536-1821, la represión a los sodomitas, siendo después de los judíos, la minoría que más ha sufrido las persecuciones de los idearios de la Iglesia Católica Apostólica Romana. Se han encontrado en los archivos portugueses los registros de casi cinco mil denuncias contra a personas, supuestamente, homosexuales, entre lusos y brasileños. Dentro de los cuáles, más de 400 han sido detenidos, sentenciados, punidos con castigos físicos como azotes, expulsados de los territorios de la Corona Portuguesa y, también, condenados a la muerte, quemados en las hogueras en nombre de Dios, en los actos de fe (MOTT, 1997, p. 06).

La primera Ordenación trabajada, la Afonsina, de 1446, tenía la condena expresa de la homosexualidad en el Libro V, Título XVII – de los que cometiesen el pecado de sodomía (DO BOMFIM, 2011, p. 78).

Para la segunda, la Ordenación Manuelina, de 1521, en el Libro V, Título XII, previa la tipificación anterior de sodomía, pero innovaba en la previsión de que todos los bienes de las personas que pecasen en esta práctica serían confiscado por la Corona Portuguesa, por más que existiesen ascendentes o descendentes, quedando los últimos como condenados moralmente en sociedad por las prácticas de sus familiares. Además de prever las incentivas de que las personas delatasen a todos que supiesen realizar tales prácticas, con la previsión de premios para los informantes del Reino, que podrían recibir dinero o, incluso, hasta un tercio de la propiedad del acusado que informara previamente. Las personas que tomasen conocimiento y no delatasen a la Corona, tendrían como pena la perdida de todos sus bienes y la expulsión de los Reinos de Portugal (DO BOMFIM, 2011, p. 78).

La tercera referencia está prevista en la Ordenación Filipina de 1603, con perspectivas sobre la condena de la homosexualidad en su Libro Quinto, Título XIII, con la previsión de que todos los que practicasen el pecado de la sodomía, como condena impuesta la muerte en la hoguera. La distinción frente a las otras Ordenaciones previas era que los descendentes no se quedarían más como infames y sufrirían prejuicios o discriminación en los casos de recibir las sucesiones, y pudiendo heredar de sus ancestros muertos. En este ordenamiento también había la previsión del pecado de molicie, que consistía la práctica de masturbación entre personas del mismo sexo, con castigos graves (DO BOMFIM, 2011, p. 79-80).

Para ese momento histórico, se hace importante comentar que a partir del siglo XVI, el Santo Oficio ha realizado diversas visitas al Nuevo Mundo, más específicamente a Brasil, recibiendo innumerables denuncias sobre personas homosexuales. Muchas de las mismas han sido detenidas, juzgadas, perseguidas. Es importante recordar que esas personas pertenecían a todas las clases sociales, desde indígenas cristianizados, africanos esclavos y libertos, marineros,

soldados, sacerdotes, funcionarios, etc... (VERBICARO SOARES, 2015, p. 87-8).

Para ejemplificar citaremos el caso del 1º Capitán General de Brasil – Diogo de Botelho, el tesorero Mor da Sé de Bahia, Padre José Pinto de Freitas, que han sido acusados en la época de tener fama pública entre la población que hacían tocamientos, abrazaban y besaban a otros hombres, tanto a jóvenes como a adultos. Mott nos aduce que, ser homosexual, afeminado en el “nuevo continente” representaba un problema, mucho más que en el “viejo continente”, una vez que era considerado como: *un acto de traición a la hegemonía del sexo fuerte y a una amenaza a la manutención de la élite que dominaba* (MOTT, 1997, p. 06).

Del mismo modo, las otras conductas que incentivaban las denuncias hacia a los homosexuales para recibir en cambio propiedades de los denunciados o valores en pecunia de la Corona. Todo por dar a conocer los hechos pecaminosos existentes en sociedad seguirían como en la Ordenación Manuelina (VERBICARO SOARES, 2015, p. 88).

Otros relatos de destaque a persecución y condena de la homosexualidad en la Colonia Portuguesa se dieron en el siglo XVII con la ejecución (MOTT, 1997, p. 06-7). Cuando en 1613, en la Provincia de São Luís do Maranhão, del indio Tibira de la Tribu Tupinambá, que ha sido amordazado en la boca de un canon, y que *a posteriori* ha tenido su cuerpo destrozado por los impactos de la explosión, bajo la justificativa de que con su muerte, la tierra sería purificada de sus maldades. Los indígenas hombres que eran homosexuales eran llamados de “tibira” y las mujeres lesbianas de “çacoaimbeguira” (BERNARDO, 2015, p. 42-5). Otro relato histórico ha sido en 1678, en la Capitanía de Sergipe, un joven esclavo negro ha recibido azotes hasta su muerte por practicar la sodomía (MOTT, 1997, p. 06-7). Del mismo modo en que distintos relatos en que lesbianas también han sido sometidas a castigos físicos y situaciones vejatorias en público por tener la orientación del deseo homosexual. La práctica de la sodomía era considerada tan grave que por ejemplo, en las Constituciones del Arzobispado de Bahia, de 1704, la conducta comentada era considerada como la más torpe, sucia y pecado más deshonesto. Que por su causa, Dios había enviado a la Tierra inundaciones, hambruna, secas y pestes (MOTT, 1997, p. 06-7).

Andrade do Bonfim (2011) nos aclara que con la independencia de la Colonia Portuguesa, Brasil, en la fecha de 7 de septiembre de 1822, convocó una Asamblea Constituyente y Legislativa del Imperio de Brasil, y con la Ley de 20 de Octubre del año siguiente, aprobada por Don. Pedro I, hacia vigorar las Ordenaciones, Regimientos, Leyes, Decretos, etc., promulgadas en el Reino Portugués, hasta 25 de abril de 1821, mientras no se organizaba la constitución de un nuevo Código (DO BOMFIM, 2011, p. 80).

Con el advenimiento de la Constitución de 1824, se estableció según el artículo 179, XVIII, que serían organizados lo antes posible un Código Criminal y Civil. Siendo que en 1830, se sacará el Código Criminal del Imperio, con el Código Civil con un retraso de casi cien años más tarde que el Código Criminal. Lo que damos un especial destaque con la materialización del Código Criminal, donde la previsión de condena a la homosexualidad es suprimida del modelo originario portugués y dejó de vigorar en Brasil (DO BOMFIM, 2011, p. 80).

4 Consideraciones finales

Es importante destacar que hemos optado por la visibilidad histórica sobre el tema de la homosexualidad a lo largo de la propia evolución humana, llevada a cabo por factores

culturales, políticos, sociales, religiosos que han influido en una interpretación negativa sobre esa orientación sexual desde la Edad Media, como directamente relacionada a la imagen de algo anormal, antinatural, pecaminoso, diabólico, enfermo, promiscuo e otros cualitativos. Que al final, condenaron la orientación sexual homosexual como perteneciente a una supuesta segunda categoría de la diversidad sexual.

Nuestra preocupación en retratar el tema de la homosexualidad y trabajarlo, junto con la historia, nos ha parecido relevante para construir las bases de nuestra investigación y en los argumentos presentados en el estudio.

Los hechos y las experiencias históricas nos han aportado indudablemente el pilar comprensivo de una realidad que tiene en su pasado, muchas de las respuestas para entender el presente sobre la temática de las personas homosexuales. Así, el estudio desde la formación de un ideario sobre la homosexualidad en sí, como la idealización de prejuicios, conductas discriminadoras o procesos de exclusión social de los homosexuales han sido fundamentales para identificar los desafíos originarios desde la Edad Media, pero que siguen presentes en las Eras Moderna e Contemporánea de la humanidad.

Es imperioso reconocer que los errores del pasado siguen presentes en prácticas diarias de violencia y discriminación a la homosexualidad por el mundo. Por esta razón, es indispensable conocer los obstáculos que dificultan la vida de las personas homosexuales para buscar alternativas para verdaderos cambios de paradigmas y, también, para alcanzar la tan comentada igualdad entre todos, sin discriminaciones motivadas por orientación sexual.

Referencias

IZQUIERDO, Alejandro. **Evolución del Derecho de Igualdad de Lesbianas y Gais**. Trabajo de Grado. Universidad de Salamanca: Programa de Doctorado Pasado y presente de los derechos humanos, Salamanca, España, 2006.

AYENSA, José Ignacio. **Estudiando La Homosexualidad. Teoría e investigación**. 1ª Edición, Ediciones Pirámide. Madrid, España: Ediciones Pirámide, 2008.

BERNARDO, André. **Amor de índio**. In: Revista Aventuras na História: a revolução cantada. Edição 146, Setembro. São Paulo, Brasil, 2015.

DO BOMFIM, Silvano. **Homossexualidade, Direito e Religião: pena de morte à união estável. A criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 18 – jul./dez. Brasil, 2011.

MALUCELLI, Laura; FO, Jacopo; TOMÁT, Sérgio. **O Livro Negro do Cristianismo. Dois mil anos de crimes em nome de Deus**. Disponible en: <http://jandirainbow.files.wordpress.com/2010/05/o_livro_negro_do_cristianismo_-_jacopo_sergio_laura_malucelli_.pdf>. Acceso en: 14 mar. 2021.

MOTT, Luiz Roberto. **Homofobia. Aviolção dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas & Travestis no Brasil**. Grupo Gay Da Bahia / International Gay and Lesbian Human Rights Commission. Salvador. Bahia, Brasil, 1997.

ROBERT, Jean-Noel. **Eros Romano. Sexo y moral en la Roma antigua**. 1ª Edición. La

mirada de la historia. Editorial Complutense. Madrid, España, 1999.

VERBICARO SOARES, Douglas. **La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas**. Salamanca, España. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca – USAL: Programa de Doctorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos. 791 p. 2015.

TEORIA DO CAOS E A NÃO LINEARIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DIANTE DA SENSIBILIDADE AS AÇÕES HUMANAS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS

CHAOS THEORY AND NON-LINEARITY IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC IN THE FACE OF SENSITIVITY TO HUMAN ACTIONS: A REFLECTION ON EDUCATIONAL CHANGES

Alexandre Dijan Coqui

Municipal de Educação do Município de Jacaraci, Jacaraci, BA, Brasil

Benedito Evanberto Coqui Neto

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Candeias, BA, Brasil

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Universidade Ibirapuera, São Paulo, SP, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.87>

Recebido em: 09.03.2021

Aceito em: 28.03.2021

Resumo: O que nos remete imaginar viver próximos de um filme de ficção científica, a partir das inúmeras mudanças ocorridas com o alto risco de contaminação causada pela Covid-19, muitas decisões contrárias aos alertas dos cientistas nos aproximam de um enredo de filmes ou web séries nessa temática. Contudo, o problema está na veracidade e no aumento exponencial de casos e óbitos. O ponto de partida desse artigo está na relação entre os conhecimentos da Física e da Matemática, no estudo da teoria do caos e das equações diferenciais ordinárias para explicar os fenômenos ocorridos desde a descoberta do vírus até a suspensão das aulas e o início do ensino remoto, contrapondo a esses fatos as diversas variáveis que alteram o estado inicial de um evento e aumentam sucessivamente alterando o resultado, su-pondo certos resultados de acordo as decisões anteriores. Este é o objetivo do tema: relacionar os eventos e as deliberações para compreender o estado atual no Brasil, levando a discussão alguns estudos e pesquisas que possibilitem fundamentar o nosso trabalho. Para isso, a análise de fatos tanto na realidade quanto na ficção, servem para criar uma analogia do contexto atual, as interferências iniciais e como elas influenciaram no resultado final. Esse artigo não é um ponto final, mas um alerta para as futuras ações e como elas terão o poder de intervir no futuro da educação no Brasil.

Palavras-chave: Teoria do Caos. Equações diferenciais ordinárias. Pandemia. Educação.

Abstract: What makes us imagine living close to a science fiction movie, from the numerous changes that have occurred with the high risk of contamination caused by Covid-19, many decisions contrary to the warnings of scientists bring us close to a plot of movies or web series on this theme. However, the problem lies in the veracity and the exponential increase in cases and deaths. The starting point of this article is in the relationship between the knowledge of Physics and Mathematics, in the study of chaos theory



and ordinary differential equations to explain the phenomena that have occurred since the discovery of the virus until the suspension of classes and the beginning of remote teaching, counterposing to these facts the several variables that change the initial state of an event and increase successively changing the outcome, assuming certain results according to previous decisions. This is the goal of the theme: to relate the events and deliberations to understand the current state of affairs in Brazil, bringing to discussion some studies and research that make it possible to substantiate our work. For this, the analysis of facts both in reality and in fiction, serve to create an analogy of the current context, the initial interferences and how they influenced the final result. This article is not an end point, but a warning for future actions and how they will have the power to intervene in the future of education in Brazil.

Keywords: Chaos theory. Ordinary differential equations. Pandemic. Education.

1 Introdução

A Física no contexto educacional, para alguns, se relaciona meramente a uma disciplina no Ensino Médio, com uma infinidade de cálculos e fórmulas, do que na estrutura do processo didático/pedagógico e nos diálogos sobre as transformações educacionais, debates voltados com maior intensidade nos estudos da Filosofia, Sociologia e Antropologia na conjuntura da História da Educação.

Esse artigo vem desmistificar essa imagem da Física enraizada no senso comum e propor uma análise de conceitos e sistemas equacionais nas transformações atuais do mundo e relacionados à educação. O ponto de partida do trabalho não é inovador, há décadas estudiosos desafiavam a ciência e os padrões sociais inquestionáveis e propunham um novo olhar, entretanto, a imobilidade educacional causada por uma infinidade de variáveis condicionou a educação a um banco de dados entre professores e alunos, o primeiro deposita e alimenta com conhecimentos pré-definidos e padronizados e o segundo absorve e reproduz.

Para isso, compreender os fenômenos e sua associação com a evolução social, mesmo em tragédias mundiais, como vivemos hoje na crise da saúde pública causada pelo coronavírus, o avanço acontece e novas possibilidades abrem-se diante das calamidades, isso é o processo de evolução e a prova que nos adaptamos em diversas circunstâncias.

O filme *Jogo da imitação*¹ é uma prova da evolução na área da computação, muitos acreditam que se não fosse a Segunda Guerra Mundial não tínhamos o progresso tecnológico que temos em nosso tempo. Decodificar códigos criptografados do inimigo e desvendar a posição geográfica e a localização dos ataques era fundamental para vencer a guerra. Se há um lado bom na guerra, esse foi um deles. Alguns dizem que essa evolução científica foi o ponto decisivo para a vitória dos aliados, sabemos que não é apenas uma única variável que determinou o fim do conflito mundial, mas um dos fatores decisivos.

Aqui está a engrenagem principal deste trabalho, através dos conceitos da Física e da Matemática no contexto da pandemia temos a possibilidade de projetar a evolução no processo educativo aliado ao uso das tecnologias a serviço do conhecimento, isso é essencial para o crescimento intelectual, independente das deficiências das políticas públicas e dos atrasos educacionais que vivenciamos, lembramos que: uma mudança em um ponto inicial provoca

1 No filme A Teoria de Tudo, O Jogo da Imitação é a cinebiografia de um gênio cientista britânico que não teve uma vida fácil.

outras mudanças sucessivas e, por conseguinte, a evolução do homem.

O contraponto entre o estudo da Teoria do Caos e o desenvolvimento da educação revela-se fundamental para questionarmos a situação da escola pública e o quanto pode e deve ser feito para mudar o quadro de abandono tecnológico nas instituições.

O artigo expressa essas questões trabalhadas na Física e na Matemática: a Teoria do Caos e a Equação diferencial ordinária e o esforço para compreendê-las dentro do processo de identificação e disseminação do vírus da Covid-19 no mundo e, como as variáveis e as mudanças nas condições iniciais romperam com padrões educacionais e nos levaram ao estudo remoto e as transformações na realidade da educação brasileira.

Vivemos hoje uma elevação exponencial de casos de contaminação e de mortes causadas pelo Covid-19 e a educação vive os reflexos desses resultados. Assim, fazer uma análise de como essas questões da Física e da Matemática podem ser utilizadas para explicar a situação que vivemos e seus padrões não lineares são importantes para compor o cenário atual.

O problema básico é: compreender como o processo dinâmico da Teoria do Caos e da não linearidade dos fenômenos naturais possa influenciar na tomada de decisão para suspensão das aulas e, posteriormente, a urgência em reorganizar a estrutura educacional para que os alunos tivessem continuidade de seus estudos e como esses estudos passaram a ser (RE)elaborados.

A nova realidade na educação, imposta por diversas variáveis, leva-nos a ponderar, no entanto, que o acesso às tecnologias ainda é muito limitado. Os professores e alunos possuem poucas habilidades no uso dessas ferramentas para a educação, as famílias apresentam certa resistência em assumir o seu papel na educação dos filhos, pouco investimento tecnológico nas escolas públicas e, para concluir, uma sociedade doente e fragilizada.

2 Teoria do caos: os desdobramentos no tempo

Um prego está faltando, uma ferradura está faltando. Uma ferradura está faltando e um cavalo está perdido. Um cavalo está faltando, uma batalha está perdida. Uma batalha está perdida e um país está perdido². (Provérbio Chinês).

No filme, *Velozes e Furiosos: Desafio em Tôqui*, os personagens “tio Kamata” e “DK”, interpretados pelos atores: *Sonny Chiba e Brian Tee* fazem uso do provérbio chinês em uma das cenas em que “DK” ao ser roubado explica ao tio, chefe da *Yakuza*, que a quantia furtada foi irrisória e não compensaria tentar recuperá-la. Nesta cena utiliza-se o provérbio para explicar que um fato, por mais simples que seja, pode desencadear uma série de respostas positivas ou não no universo pessoal ou coletivo.

Cabe, inicialmente, compreender que alguns fatos ao sofrerem pequenas variações podem desencadear reações de grandes proporções a longo prazo. Muitos estudiosos ou produtores de filmes ou séries trabalham com a inversão dos acontecimentos atuais e tentam imaginar o momento presente caso um determinado fato histórico não tivesse ocorrido ou sofresse pequenas alterações, assim, surgem várias hipóteses de como seria a nossa existência.

Citamos como exemplo a série “*The Man in the High Castle*”, produzida por Ridley Scott e baseada no livro de Philip K. Dick, a série baseia-se em um universo distópico onde as

2 O Provérbio Chinês está disponível na língua original em: <https://kknews.cc/history/k2myy2p.html>.

potências do eixo vencem os aliados na Segunda Guerra Mundial. Este fato desencadearia uma mudança drástica na Geografia Política do planeta e na organização social e cultural.

Também, no filme, *Efeito borboleta*, lançado em 2004, no Brasil, o personagem Evan Treborn, interpretado pelo ator Ashton Kutcher, retrata a possibilidade de o protagonista retornar ao passado e alterar pequenos detalhes, criando no presente uma nova realidade, assim, pequenas mudanças grandes acontecimentos.

Esses fatos estão ligados à Teoria do Caos, segundo os estudos de Ferrari, Angotti e Tragtenberg (2009), compreender essa teoria é necessário assimilar o conceito de equações diferenciais ordinárias, conhecidas como EDO. Teoricamente essas equações supõe-se que tem o poder de prever um sistema, em alguns casos as infinitas variáveis impossibilita determinar de forma precisa um evento, são nessas condições que a EDO é utilizada para prever certos fenômenos.

A teoria do caos nasce segundo os autores, dentro das equações diferenciais e evidenciam que “a existência de sistemas determinísticos, contínuos e discretos, cujo comportamento é praticamente imprevisível devido à grande sensibilidade a mudanças nas condições iniciais”, (p. 3), determinam em grandes escalas certos acontecimentos. Esse evento, também conhecido como efeito borboleta, ilustra como certas modificações, quer por ação do homem, quer por fenômenos naturais imprevisíveis, alteram drasticamente um evento, isso “recebeu um nome técnico: dependência sensível das condições iniciais”, segundo (GLEICK, 1991, p. 20).

A dependência sensível às condições iniciais encontra-se presente no filme *Efeito borboleta*, tal como em outros filmes, relacionado à teoria do Caos, como o tema da série *Dark*, que também faz referência à teoria espaço-tempo a partir da Relatividade Geral, “descreve o movimento de sistemas acelerados e apresenta um formalismo geométrico para a força gravitacional”, Santana, Santos e Takiya (2020, p. 4), no entanto, a mudança está na relação aos desdobramentos do *Efeito Borboleta*³.

Os personagens da série *Dark* modificam o estado inicial de um evento gerando várias linhas temporais - universos paralelos -, porém, as ações decorrentes dos personagens ao tentarem modificar o tempo na mesma linha contínua, automaticamente, modificam o momento presente. Assim, criam-se laços familiares incomuns e eventos diversos, a todo momento empenham-se em alterar o tempo para corrigir falhas, porém, sem êxito. O curioso são as situações que acontecem ao mesmo tempo, estar e não estar no mesmo local e no mesmo momento, teoria chamada de “Gato de Schrödinger⁴”.

Sob esse ponto de vista, no contexto bíblico, descrito no Velho Testamento ou na Torá⁵, Gênesis 12:1-4, conhecido como “O chamado de Abrão”, formando a aliança abraâmica, promessa divina incondicional, foi um dos fatos que desencadearia uma série de acontecimentos históricos e divinos na narrativa judaica. No momento do chamado, Abrão teria uma escolha: obedecer e partir rumo ao desconhecido, como está descrito nos textos bíblicos, ou prosseguir

3 Para entender melhor o efeito borboleta: “(...) não está associado ao seu significado literal, mas sim a uma metáfora para o comportamento de sistemas caóticos. Pequenas modificações em um sistema podem ocasionar resultados significativos se esse apresenta dependência sensível, ou seja, o qual pode ser alterado por diversos fatores de maneira não linear. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/petfisica/2020/06/25/o-efeito-borboleta/>.

4 O gato de Schrödinger é um paradoxo da teoria quântica que diz que só podemos constatar se o gato está morto dentro da caixa a partir da medição, no entanto, antes da medição o gato pode estar morto, vivo ou morto e vivo ao mesmo tempo. Para aprofundar está disponível em: http://lna.unb.br/lna_n01_08_dkrause.pdf.

5 Torá é o texto sagrado do judaísmo, composta pelos cinco primeiros livros do Antigo Testamento.

sua trajetória nos rituais e nas crenças de seu pai *Terá* em *Ur dos Caldeus*. Uma decisão que mudaria o rumo da história.

A escolha pela obediência culminou em uma saga de patriarcas, conquistas de terras, formação de tribos, obediências/desobediências, escravidão no Egito, libertação e, por fim, a formação do povo de Israel e, conseqüentemente, a partir de Abraão, depois conhecido como Abraão, surgiram várias linhas religiosas e nações que perpetuam até os dias de hoje.

Subseqüentemente, em Gênesis a partir do capítulo quinze, surge um novo episódio na qual a escolha determinará o rumo da história. No momento que Abraão é visitado por um anjo, segundo os textos bíblicos e Deus promete um filho ao patriarca para prosseguir com a sucessão na formação do povo de Israel, surge a figura de Sara, mulher de Abraão, por ter consciência da sua idade avançada decide com suas próprias mãos realizar o cumprimento da promessa entregando ao patriarca sua serva egípcia Agar, fato legal e descrito na Lei hurrita, em Nuzi e no código de Hamurabi, na Babilônia⁶.

A partir de então, dá-se início a um novo capítulo na história com o nascimento de Ismael, filho de Agar com o patriarca Abraão e, posteriormente, por decisão divina e pela promessa, Sara também dá a luz a Isaque, considerado pela Torá dos Judeus como o filho da promessa.

Deste modo, a partir da decisão de Sara, formavam duas nações que possuem historicamente os descendentes de Abraão: Ismael e Isaque. O primeiro forma a nação Árabe e o segundo a nação de Israel e, em consequência da ação direta de Sara, desponta uma das maiores disputadas pelo direito à primogenitura⁷, não apenas no plano físico, mas, no plano espiritual, a religião: os mulçumanos e os judeus e, por fim, o cristianismo, todos possuindo um mesmo patriarca em comum: Abraão.

Os fatos servem para comprovar as consequências que um pequeno ato pode desencadear ao longo da história. Para explicar tais fenômenos, a Teoria do Caos, na ciência humana, baseia-se em pequenas decisões, mas definem uma mudança drástica no futuro. Na decisão de Sara para cumprir a promessa feita a Abraão, ao ceder sua serva Agar, como era costume na época, a modificação no início de um evento, transformou-se em uma rivalidade até hoje.

Para a Matemática e a Física há como observar alguns fenômenos no resumo da publicação feita por Edward N. Lorenz sobre o fluxo não periódico determinístico:

Os sistemas finitos de equações diferenciais não lineares ordinárias determinísticas podem ser projetados para representar o fluxo hidrodinâmico dissipativo forçado. Soluções dessas equações podem ser identificadas com trajetórias no espaço de fase. Para aqueles sistemas com soluções limitadas, verifica-se que as soluções não periódicas são normalmente instáveis com respeito a pequenas modificações, de modo que estados iniciais ligeiramente diferentes podem evoluir para estados consideravelmente diferentes. Os sistemas com soluções limitadas apresentam soluções numéricas limitadas. Um sistema simples que representa a convecção celular é resolvido numericamente. Todas as soluções são instáveis e

6 A decisão de Sara em entregar sua serva Agar estava prevista em lei e configura-se tanto na Lei hurrita, em Nuzi e no Código de Hamurabi, na Babilônia. Segundo a Bíblia de estudo arqueológico, essas leis permitem que o marido possa adotar como filho legítimo qualquer filho tido como escravo. BÍBLIA. Bíblia de estudo arqueológico. Tradução Claiton André Kunz, Eliseu Manoel dos Santos e Marcelo Smargiasso: Prefácio da Educação Brasileira: Luiz Sayão. São Paulo: Editora Vida, 2013.

7 Para entender melhor a questão entre Ismael e Isaque sobre a rivalidade da primogenitura, segundo a Bíblia de estudo arqueológica, em alguns documentos de “Nuzi e de Mari revela, que, se uma concubina gerasse o primeiro filho, seu direito de nascimento podia ser retirado se a esposa principal gerasse um filho mais tarde. Essa situação ocorreu no caso de Ismael e Isaque”. Idem.

quase todas não são periódicas. A viabilidade da previsão do tempo de longo alcance é examinada à luz desses resultados. (LORENZ, 1963, p.1)

Essas equações na ciência exata diferem do contexto das ciências humanas, mas, agrupam-se diante da Teoria do Caos. Algumas equações diferenciais são representadas para descrever um sistema de movimentos aleatórios, conhecido como movimento de caos, ou seja, não obedecem a um sistema linear, mas criam várias linhas de fases que são determinadas por pequenas variações nas condições iniciais. Um sistema complexo, no entanto, na ciência humana esse universo caótico, estão nas pequenas alterações que acumuladas ao longo do tempo criam novos eventos que não estavam previstos.

Nesse contexto, temos o movimento não linear, onde não há um padrão que possa ser equacionado pela Física ou Matemática, mas a possibilidade de criar probabilidades. Entende-se que um evento novo no início pode alterar as previsões em grandes proporções, para Souza, Klafke e Bassini (2020, p.1):

a teoria do caos é empregada na Bolsa de Valores (Economia), Física (Sistemas dinâmicos), Engenharia (Gerenciamento de riscos de um projeto), biologia (Previsões genéticas no Planeta Terra) e até mesmo na Filosofia (se a teoria afeta o mundo real nessa amplitude, é impossível desconsiderá-la aqui também). Idem.

Nesses sistemas complexos duas importantes questões, posteriormente discutidas com ênfase na pandemia e nas mudanças na educação no Brasil e no mundo. Os sistemas considerados não lineares, ou seja, sistema caótico, por não obedecerem a um padrão de comportamento, podem ser interpretados na: “ideia de sensibilidade com relação às condições iniciais⁸, ou de desproporcionalidade entre causa e efeito (caos)⁹”, (SOARES, 2016, p. 69).

O pêndulo caótico¹⁰ é um bom exemplo da Teoria do Caos e explica com maior clareza o movimento aleatório, assim, mesmo que o indivíduo movimente o pêndulo pela segunda vez e procure seguir o mesmo movimento inicial a trajetória não será a mesma que a anterior, por uma série de variações, Souza, Klafke e Bassini (2020), esse movimento caótico muda a trajetória no tempo e no espaço.

No poema:

Quem sabe? Diz a mecânica quântica / que as partículas atômicas / se comportam de um jeito / quando são observadas / e de outro quando estão a sós / (como, aliás, todos nós). / E quem nos assegura / que o Universo que está aí / não é como aí está / quando ninguém está olhando? / E que quando os astrônomos / se viram do telescópio / para a prancheta / o Universo não faz / uma careta? (VERÍSSIMO, 2002).

Algumas situações não há como prevê ou quantificar em apenas uma equação, da mesma forma, algumas situações mudam apenas com a observação do pesquisador, como no caso da mecânica quântica na dualidade de onda-partícula¹¹, a simples observação muda o

8 A sensibilidade com relação às condições iniciais dentro de um sistema complexo é aceitar que quando surgem perturbações no momento inicial de um evento, mesmo que sejam mínimas as condições, ao longo prazo essas modificações transformam-se em erro e, conseqüentemente, torna-se incerto a previsão. Para entender melhor: 1 Bergé, P.; Pomeau, Y. Dubois-Gance, M. **Dos ritmos ao caos**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

9 Desproporcionalidade de causa e efeito é entendida como a falta de relação entre a causa inicial de um evento e seu efeito. Para compreender melhor, partimos do seguinte exemplo, a partir do momento que um fenômeno é previsto, uma pequena alteração na relação entre a previsão e o evento irá modificar o efeito futuro.

10 Para entender melhor sobre o pêndulo caótico acesse <https://sites.ifi.unicamp.br/lief/2016/11/30/pendulo-caotico/>.

11 A dualidade onda-partícula ocorre de forma semelhante do “Gato de Schrödinger”, a diferença é que antes da observação a luz se comporta como onda e como partícula ao mesmo tempo, e quando o pesquisador observa ela se comporta como

comportamento.

Nos estudos de Lorenz, Gleick (1991), sobre as condições meteorológicas, o “efeito borboleta”, era entendido como pequenas oscilações no tempo que aos poucos criavam erros e não permitiam uma previsão, para modificar o tempo, no pensamento de Lorenz era levá-lo a fazer coisas diferentes, caso não houvesse interferência, porém, o resultado seria inesperado, ou pior, ou melhor. A célebre frase “É como se o bater das asas de uma borboleta no Brasil causasse, tempos depois, um tornado no Texas”, mostra como essas interferências podem modificar o estado final, não sabendo se Lorenz disse essa frase, mas que ilustra muito bem esse efeito borboleta.

Assim, esclarece alguns pontos relevantes para entendermos a dinâmica da Teoria do Caos, existe ordem no caos e caos na ordem. Segundo Gleick (1991, p. 32) ao questionar que as incertezas da ciência e do funcionamento de certos fenômenos que estão sujeitos à diversas variáveis é o que impulsiona a própria ciências “E a incongruidade, quando modifica a maneira como o cientista vê, torna possíveis os avanços mais importantes”.

Mais adiante o autor descreve, “Se todos os cientistas tivessem de começar do começo, questionando pressupostos fundamentais, teriam dificuldades em atingir o nível de sofisticação técnica necessária à realização de trabalho útil” (p. 32). Assim, a ciência atinge níveis de excelência a partir do momento que utiliza conhecimentos prévios ao enfrentar novos desafios, o que não é diferente com a educação.

3 Pequenas alterações, grandes mudanças educacionais

3.1. Pressupostos sobre a origem do COVID-19: um pouco de história

A cultura na apreciação de uma iguaria, na página do site *Proteção animal mundial*, uma pesquisa sobre o aumento da procura pelo café gourmet produzido a partir das fezes de um mamífero *Paradoxurus hermaphroditus*, mais conhecido como civeta, ao ingerir grãos de café o seu organismo fermenta e altera a composição química dos grãos que pode custar até U\$ 100 uma única xícara desta especiaria. O que tem em comum esse mamífero com as mudanças no cenário educacional no Brasil?

Da mesma forma, em 2007, o site G1, denunciou na reportagem o retorno da iguaria civeta, animal conhecido tanto na produção quanto na qualidade do café, como também iguaria no mercado chinês. Na época, 2007, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), já conhecida em 2002, por ser transmitida de um morcego na China usou como hospedeiro um mamífero, o Civeta, e transmitiu para os humanos, surgindo uma nova doença culminando em um surto de infecção grave, (ESTEVEZ, 2020).

Também, em 2012, a síndrome respiratória do Médio Oriente, conhecida como MERS-CoV, que teria origem em morcegos e transmitida para o camelo, por sua vez, transmitido ao homem. E, por fim, em 2019, surgiu o que conhecemos como COVID-19, que teve origem no

morcego na China e, ainda sem uma comprovação científica, pode ter sido transmitida para o mamífero conhecido como pangolim e, posteriormente, transmitida ao humano.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, em escala global, a partir das 15h44min do dia 19 de março de 2021, houve 121.464.666 casos confirmados de COVID-19, incluindo 2.684.093 mortes¹². Interrogações sobre como o planeta chegou a margens tão altas de contaminação e mortes e quais as relações com os mamíferos: morcego, civeta e pangolim?

O primeiro, morcego, é o protagonista da disseminação do vírus COVID-19, tanto nos primeiros coronavírus em 2002 na China, posteriormente, em 2012 no Médio Oriente e, em 2019, novamente na China. O mamífero é conhecido por carregar diversos tipos de doenças. No entanto, há uma série de mitos sobre esse animal, além de não ser mascote, também não é comida, só em raras culturas. No entanto, são conhecidos como repositório pululantes de vírus, entre eles o Ebola, Nipahm, Melaka, MERS e SARS, (VAIANO, 2020).

Na verdade, os morcegos transmitem as doenças para outros mamíferos e, por sua vez, aos homens. Segundo Esteves (2020), vários mamíferos são responsáveis por transmitir doenças aos humanos, a causa pode estar na destruição das florestas virgens, habitats desses animais e a introdução dessas espécies exóticas como alimento, possivelmente, podem trazer consigo novos patógenos.

Convém fazer uma abordagem da ação do homem na natureza, no caso dos dois mamíferos considerados reservatório animais, o Civeta, animal exótico empregado na produção de café, eles são alimentados com os grãos e suas fezes modificam o aroma, conhecido com *Kopi Luwak*¹³, na Indonésia. Porém, segundo o site Proteção animal mundial (2016), para garantir o mercado de café aromatizado e com o aumento da procura por este produto os animais são criados em gaiolas de forma cruel.

Da mesma forma, o mamífero pangolim, um dos repositórios de vírus, mesmo não confirmado como o transmissor do COVID-19, ainda é considerado o mamífero mais provável de transmissão para o homem.

(...) os pangolins (...) são os mamíferos que mais sofrem com o tráfico de animais silvestres no mundo. Acredita-se que mais de um milhão de pangolins foram capturados ilegalmente na natureza ao longo da última década. Estima-se que mais de 100 mil são enviados à China e ao Vietnã a cada ano (...) as escamas dos pangolins, compostas de queratina (mesma substância encontrada nos chifres dos rinocerontes e também em nossas unhas e pelos), são utilizadas na medicina asiática tradicional há mais de dois mil anos para o tratamento de inúmeras doenças (de câncer à acne). No entanto, não existe nenhum estudo científico que comprove as propriedades medicinais da estrutura. Outro problema é que a carne do animal é considerada afrodisíaca e é possível encontrar pratos feitos com carne ou feto de pangolim em alguns restaurantes asiáticos. (PASCHOAL, 2017, p. 1).

As consequências das atitudes do homem com o meio ambiente relacionam-se às questões discutidas sobre a Teoria do Caos nas ciências humanas. Resgatando conceitos anteriores: uma pequena mudança no início de um evento pode alterar de forma positiva ou não os eventos futuros em grandes proporções.

Verificam-se os seguintes eventos: o morcego é um mamífero considerado como

12 Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 19 de mar. 2021.

13 Para entender melhor acesse: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/culinaria/fezes-de-mamifero-aromatizam-o-cafe-mais-carro-do-mundo,16eeeb23d4009310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>.

repositórios pululantes de vírus, por sua vez, a transmissão humana acontece pela ação do homem ao meio ambiente: o desmatamento, a destruição do habitat natural e o consumo de mamíferos que possivelmente estão infectados com a doença transmitida pelo morcego.

Essas práticas culturais milenares, não cabe julgar, mas entender que uma ação, por menor que seja, o consumo de uma carne considerada afrodisíaca, pode trazer um caos, no sentido figurado de desordem social e descontrole e, não no sentido da Física, como está no dicionário, como sistema sem estabilidade, dinâmico, que se altera no tempo a cada pequena alteração das suas condições iniciais¹⁴.

É superficial entender que apenas o consumo desses animais exóticos ou a destruição do habitat natural é o responsável pelo estado pandêmico que o mundo está vivendo, a algo maior, são pequenas alterações nas condições iniciais de cada etapa do problema que determinam o seu agravamento ou não, tudo pode mudar a médio e longo prazo, dependendo das ações articuladas em cada linha de tempo.

A organização do país no conjunto de medidas de enfrentamento, uma má decisão aumenta a não linearidade de uma previsão, tendo consequências devastadoras, como o aumento de mortes. São várias correntes de pesquisas que se juntam ou contrapõem-se, alguns estudiosos são a favor da suspensão das aulas e outros não. Uma decisão a favor ou contra um grupo pode trazer consequências sérias no futuro.

O site G1, publicou alguns argumentos de cientistas que são a favor ou não da suspensão das aulas, enquanto uns argumentam que mesmo a taxa de infecção em crianças é menor, no entanto, a suspensão não se refere a discussão em relação a capacidade ou não de se infectar, mas a restrição na circulação desses menores, para esse grupo a suspensão é necessária. Porém, outro grupo argumenta que segundo algumas pesquisas um longo período de distanciamento pode levar a evasão escolar e a violência contra crianças e adolescentes. (MODELI E TENENTE, 2020, p.1).

Essas são apenas dois pressupostos para fundamentar a suspensão ou não das aulas, todavia, são diversos fatores que se contrapõem a essas premissas que podem agravar ou não a disseminação do vírus entre a população. Essas divergências não significam que um está errado, mas são diversas pesquisas e entendimento que possibilitam um avanço científico.

Retomando os conceitos de Gleick:

Mas há as revoluções. Uma nova ciência nasce de uma outra, que chegou a um ponto morto. Com frequência, uma revolução tem um caráter interdisciplinar – suas descobertas principais vêm muitas vezes das pessoas que se aventuram fora dos limites normais de suas especialidades (GLEICK, 1991, p. 33).

Assim, a revolução, e estamos vivendo um período revolucionário em todas as áreas das ciências, e na educação vivemos plenamente o resultado da Teoria do Caos, a partir de um sistema que alterou as condições iniciais e levou-nos a repensar a tecnologia educacional e uma infinidade de possíveis variáveis que com certeza alterará o resultado final, de forma positiva ou não.

3.2. As novas posturas educacionais em tempo de pandemia e a Teoria do Caos

14 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/caos/>, Acesso em 19 mar. 2021.

Veremos, portanto, uma reação em cadeia se agravando, como causa de pequenas alterações em cada etapa inicial de um evento. Uma iguaria afrodisíaca e o uso de suas escamas para tratamentos milenares, ou, um simples café aromatizado de forma exótica e a saborosa carne de uma espécie pouco conhecida em nosso país, podem ser a razão do mundo estar vivendo uma crise de saúde pública, em sequência, a suspensão das aulas, tratando dos aspectos educacionais, como resultado, o descortinar do atraso tecnológico nas escolas públicas.

O referencial para análise das consequências causadas na educação não pode ser visto apenas pelo prisma de uma única variável. Uma série de sequências e decisões ao longo do percurso adicionado a uma infinidade de variáveis de ordem econômica, política, social e cultural, demarcaram os limites positivos ou não em cada país, estados ou regiões. Com efeito, é analisar cada território as medidas adotadas: o controle da transmissão do Covid-19, o alinhamento entre os governos, o comportamento da sociedade e a cultura de cada nação, sem contar, com a legitimação de informações falsas disseminadas em rede. A teoria do caos expressa nesse contexto é definida por essas e tantas outras variáveis. Não há como determinar o futuro da educação, mas diante da EDO alinhada à Teoria do Caos, apenas supor diante do quadro uma projeção do amanhã.

Importam reter desse sistema caótico grandes mudanças sofridas pela educação. É certo que o sistema educacional e as ações pedagógicas não serão mais as mesmas. Cada etapa da história da educação no Brasil conta com pontos definitivos e essenciais que impulsionaram as mudanças e, nesse contexto pandêmico, estamos vivendo esse instante de transformação pedagógica.

Observam-se os seguintes dados:

Casos de coronavírus no Brasil em 20 de março: Secretarias estaduais de saúde contabilizam 977 infectados em 24 estados e no DF. O último balanço oficial do Ministério da Saúde aponta 904. Estados do Amapá, de Rondônia e do Mato Grosso registram os primeiros casos. Já são 11 mortos no Brasil, 09 no estado de SP. (G1, 2020, p.1).

Um ano após, temos:

Brasil registra 2.331 mortes e 72 mil novos casos de Covid nas últimas 24 horas: País contabilizou 11.949.335 casos e 292.856 óbitos por Covid-19 desde o início da pandemia, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa. Média móvel de mortes bateu novo recorde neste sábado (20) (G1, 2021, p.1).

O aumento exponencial dos dados mostra-nos que as ações adotadas pelos governos, o não cumprimento das medidas de enfrentamento e dos protocolos de combate ao Covid-19 que instaurou a crise na saúde pública, são detalhes alterados nas condições iniciais de cada etapa e supostamente modificaram o percurso e o agravamento da pandemia no Brasil.

Ao tratar de linearidade e não-linearidade de uma equação, o sistema educacional e a aquisição de conhecimento não pode obedecer a um critério linear, o homem sofre modificações, é influenciado e influencia outros e, por fim, evolui. Nota-se nesse trecho:

Devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em “níveis”, organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes “superiores”, a partir de agora devemos preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva (LÉVY, 1999, p. 159).

A concepção apresentada por Pierre Lévy, filósofo, sociólogo e pesquisador da ciência da comunicação e informação, há mais de duas décadas, tratava da não linearidade do conhecimento diante da evolução tecnológica. Um exemplo do avanço em termos científicos está na aprovação de uma vacina desde a identificação do agente causador da doença até a validação, temos: a Tuberculose levou de 1882 até 1927; a Febre Tifóide de 1884 até 2017, no entanto, a Covid-19 de 2019 há 2020, Costa e Tombesi (2020), o menor tempo entre a identificação e a aprovação.

Lévy se opõe a linearidade do conhecimento na sociedade influenciada pelo uso de computadores para comunicação e informação, entretenimento, ou nos negócios, como o próprio autor denomina de “conhecimentos emergentes”, processo de desenvolvimento acelerado, para isso, determina que um dos passos primordial seja uma nova pedagogia, para favorecer “ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede” (p. 159). O autor pondera sobre o papel do professor não como fornecedor direto do conhecimento, mas como incentivador na busca por conhecimentos.

Porém, o termo “aprendizagens personalizadas”:

o termo *personalização* como possibilidade de promover experiências de aprendizagens que atendam, mais proximamente, às necessidades particulares do aprendiz: seja em relação ao tempo de amadurecimento sobre o conhecimento em questão, seja em relação às maneiras de aprender, seja tratando, até, de que *o que* aprender. (GANZELA, 2018, p. 45).

Há um tempo entre a publicação de Lévy e de Ganzela de aproximadamente duas décadas, no entanto, temos a mesma linha de pensamento. E diante das variáveis que nos colocou na realidade do ensino remoto no Brasil vivemos neste universo de aprendizes, o amadurecimento forçado do ensino remoto para a contenção do vírus e assegurar a saúde dos alunos, professores e demais profissionais da educação e, a reavaliação de conteúdos curriculares na intenção de selecionar *o que aprender*, ou melhor, o que realmente é essencial para a construção do conhecimento do aluno. Apenas após o agravamento da crise causada pelo vírus começou a questionar quais os conteúdos que os alunos precisam debater nas aulas e quais os alunos conseguem motivados pelo professor a buscar na rede.

As pesquisas e discussões sobre a evolução do conhecimento e, conseqüentemente, na educação e seus impactos tecnológicos em toda a sociedade, estavam sendo debatidos há mais de duas décadas e, a partir do momento da pandemia e a suspensão das aulas, efetivou-se essa mudança nos paradigmas educacionais, de forma brusca e sobre pressão. Da mesma forma, quebra-se a compreensão da linearidade para todos, mas a não linearidade e as variáveis existentes em cada indivíduo que o torna único.

Impulsionado pelas mudanças na estrutura das aulas, do presencial para o remoto, pensar em um currículo é imprescindível. Segundo Morgado, Sousa e Pacheco (2020), discorre sobre a importância de pensar em um currículo neste período de isolamento numa dimensão social, uma vez que o currículo nasce a partir das necessidades da comunidade e suas aspirações. Para os autores o cuidado está nas transformações sociais de forma interativa e enfraquecendo as interações entre as pessoas causadas pela informatização curricular para não se desconectar com a vida e estabelecer uma educação socioemocional, caso contrário podemos viver como os autores chamam de zoomismo.

Outra variável é a participação dos pais no desenvolvimento das atividades remotas dos

filhos. No espaço doméstico onde a escola foi estruturada no ensino remoto a função dos pais é essencial, porém, há necessidade de um apoio para realizar tal atividade de acompanhamento e, em muitos casos, nem todos apoiam ou pode apoiar e acompanhar o desenvolvimento dos filhos, é primordial, Pacheco (2020), ainda a diversidade econômica e cultural diante das diferenças que há no Brasil é significativo que se pensem em políticas públicas para que, segundo Pacheco, as tecnologias digitais e o acesso seja um dos eixos prioritários na agenda pública.

São mudanças necessárias e atenção redobrada nas questões sociais, podemos observar que o estabelecimento do caos, segundo a Física é um sistema sem estabilidade e dinâmico que se altera no tempo a cada pequena alteração das suas condições iniciais¹⁵, foi nesse cenário que as escolas, principalmente as escolas públicas, foram surpreendidas pela suspensão das aulas em março de 2020. A noção de mudança criou um desconforto e, porque não dizer, uma paralisação dos profissionais de educação diante do “novo normal”¹⁶.

Estacionamos um minuto no termo “novo normal”. Esse conceito não significa uma mudança na pedagogia educacional, mas como forma de sobrevivência, ou seja, como termo muito usado em jogos, acionamos o nosso “modo sobrevivência” e, essa concepção traz em si certo perigo quando o outro passa a ser uma ameaça a nossa sobrevivência. É o que Estevez (2020), define como uma situação de controle social e a limitação e compressão do espaço-tempo através da tecnologia, para Harvey apud Estevez (2020), através de um espaço que se move virtualmente.

Resgatar a série mundialmente famosa *The Walking Dead*. Nas primeiras temporadas o problema estava em sobreviver dos ataques Zumbis e conseguir descobrir um lugar seguro, no entanto, com a evolução da trama o grande obstáculo atual está em sobreviver das facções que surgem ao longo da temporada, os zumbis, passam a ser coadjuvantes no enredo, a limitação do espaço e as novas estruturas sociais definem o papel de cada indivíduos e seus pares em uma situação de caos, não diferente da educação e dos limites impostos pelo Covid-19 e pelas ações públicas.

Retomando as questões educacionais, principalmente na educação pública, é o descompasso com as tecnologias atuais. Em muitas escolas o quadro de giz e o livro didático continuam sendo as principais ferramentas de ensino. O aluno vivencia a realidade do mundo na escola por meio de ilustrações, abstrações e exposições, para posteriormente, devolvê-las em provas e testes. O termo “novo normal” está sendo utilizado no sentido de uma nova postura do professor e do aluno diante da nova realidade.

(...) um descompasso das escolas, uma vez que difundem a inovação, porém não abandonaram práticas de memorização de fatos e fenômenos em detrimento do desenvolvimento de habilidades necessárias para viver o hoje e o amanhã. Uma questão recorrente – o tensionamento entre o processo ensino-aprendizagem e o papel/espaço dos recursos tecnológicos na educação - emerge de forma ríspida e impactante. O professor necessitou, “para ontem”, dominar, investir, apoiar e utilizar-se das ferramentas tecnológicas no modelo de aula remota. O progresso tecnológico, mesmo que visto como irreversível, ainda era ponderado a uma das possibilidades de estímulo ao aprendizado (ANTUNES NETO, 2020, p. 33).

15 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/caos/>.

16 Novo normal, segundo Maria Aparecida Rhein Schirato é a proposta de um novo padrão social que possa garantir a nossa sobrevivência. Para saber mais acesse: <https://www.insper.edu.br/noticias/novo-normal-conceito/>.

Adequar-se a esse “novo normal” não foi uma escolha, mas uma imposição causada por esse sistema instável e dependente das infinitas variáveis. Supomos que as aulas remotas não serão uma prática recorrente, os alunos, novamente, supõem, que retornarão às salas de aulas, no entanto, esse retorno não poderá acontecer de forma a esquecer o avanço tecnológico que experimentamos ou mesmo deletar as plataformas de estudos e a conexão com os alunos de forma online. Mas avançar em um novo projeto educacional. Por outro lado, não pode ser usado esse processo remoto como substituição do ensino presencial.

Da mesma forma que a Teoria do Caos e suas variáveis formaram uma nova concepção de ciência, menos confiante no determinismo, porém, atenta às variações dos fenômenos que são regidos por equações não lineares, segundo Ferrari, Angotti e Tragtenberg (2009), a educação vive essa nova concepção do papel tecnológico na formação dos alunos, não importa que foi discutida há décadas, mas as circunstâncias causadas pelo caos impuseram uma busca e a adaptação a esse novo cenário.

Vivemos tempos disruptivos, ou seja, uma nova onda educacional que desestabilizou um padrão que imperava em muitas instituições de ensino. Para isso, o professor, o aluno e os pais precisaram absorver às pressas um novo modelo, equipar suas casas e, entender o uso das tecnologias não apenas como entretenimento, mas como educação.

O resultado desse conjunto de variáveis nos mostra o quanto a educação e as relações sociais mudam e são readaptadas de acordo com a realidade. A estagnação política frente às mudanças é o cenário de uma educação deixada para segundo plano, para isso, é decisivo pensar nas ações a serem implantadas e definidas nas agendas públicas, lembrando que a situação educativa que vivemos é sensível às mudanças e uma simples decisão que afete as condições iniciais pode mudar todo o resultado final, ou seja, quanto mais preocupa-se com as infinitas variáveis e procure alinhar as situações reais, mais a previsão pode ser positivas.

4 Considerações finais

Procurou-se consolidar questões envolvendo a Física, a Matemática e algumas mudanças no cenário educativo diante da disseminação do vírus causados pelo Covid-19 e os protocolos de segurança. A preocupação foi criar um panorama das variáveis (algumas, uma vez que são infinitas possibilidades), que tornam todos os aspectos da vida humana como algo não linear, sensíveis às decisões medidas adotadas pelo homem ou de fenômenos naturais imprevisíveis.

No entanto, diante do caos instaurado por certas ações humanas levou-nos a adequar e avançar tecnologicamente para assegurar nossa sobrevivência e, posteriormente, algumas medidas foram tomadas para evitar o aumento exponencial do vírus, porém, um ponto importante nos fez refletir sobre as nossas ações e toda a organização governamental, principalmente quando vivemos em um mundo globalizados e capitalista.

Os desdobramentos do início da pandemia, o agravamento do contágio e a suspensão das aulas são pontos importantes para questionarmos as nossas ações diante do meio ambiente e discutirmos o processo educativo não apenas no contexto do afastamento social, mas como será a postura do professor, da família, da escola e das ações públicas pós pandemia.

Pode-se dizer que a Teoria do Caos não se limitou apenas nas tomadas de decisões no princípio da pandemia, ainda estamos deliberando uma série de ações educativas e uma pequena

alteração imprudente pode causar resultados catastróficos. No início da construção deste artigo o país contabilizava 292.856 óbitos por Covid-19, na conclusão deste temos a faixa de 341 mil mortes, um aumento exponencial de vítimas e até o momento que os possíveis leitores forem seduzidos por esta leitura poderemos ter um número ainda maior.

A solução não é algo mágico, mas pensado, estruturado, organizado e com atitudes responsáveis diante da pandemia. O problema não é abrir ou não as escolas, mas como será a retomada, como vamos melhorar o atendimento aos alunos no período de afastamento social, como reelaborar o currículo para atender os estudantes que sofrem com o isolamento e as famílias que nem sempre possuem capacidade para ajudar os filhos no desenvolvimento das atividades.

O número de variáveis é infinitas. Cabe pensar como tratar cada situação em seu espaço de discussão e entender a sensibilidade do momento. O certo é que não se trata de uma invenção, ninguém está querendo inventar a roda, mas perceber a responsabilidade de cada um dentro de sua esfera de competência.

Caso contrário, os números vão aumentando exponencialmente e podemos não ter muito o que viver amanhã.

Referências

- ANTUNES NETO, Joaquim M. F. **Sobre o ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: Por que se refletir em tempo de pandemia?** 2020. Acesso em 19 mar. 2021.
- COSTA, Camilla. TOMBESI, Cecília. **Gráfico mostra tempo que humanidade levou para criar vacinas e recorde para covid-19:** Levou apenas 10 meses para a Pfizer e BioNTech desenvolverem a vacina contra a covid-19. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2020/12/4894660-grafico-mostra-tempo-que-humanidade-levou-para-criar-vacinas-e-recorde-para-covid-19.html>. Acesso em 19 mar. 2021.
- ESTEVES, Pedro José. **Coronavírus: um velho conhecido do morcego e do homem.** Set. 2020. Disponível em: <https://rce.casadasciencias.org/rceapp/pdf/2020/038/>. Acesso em 19 mar. 2021.
- ESTEVEZ, Adriana. **El zoomismo y el disciplinamiento para la inmovilidad productiva.** 2020. Disponível em: <https://medioambiente.nexos.com.mx/el-zoomismo-y-el-disciplinamiento-para-la-inmovilidad-productiva/>. Acesso em 19 mar. 2021.
- G1. **Restaurantes da china voltam a servir civeta, animal que transmitiu SARS. 2007.** Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1456653-5602,00-RESTAURANTES+DA+CHINA+VOLTAM+A+SERVIR+CIVETA+ANIMAL+QUE+TRANSMITIU+SARS.html>. Acesso em 19 mar. 2021.
- GAZELA, Marcelo. **O leitor como protagonista:** reflexões sobre metodologias ativas nas aulas de literatura. In: Bacich, Lilian. MORAN, José. (Orgs.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora.** Porto Alegre: Pneso, 2018.
- GLEICK, James. **Caos: A criação de uma nova ciência.** Tradução: Waltensir Dutra. 4 ed. Rio de Janeiro: Dutra, 1991.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora34 Ltda. 1999, Disponível em: <https://>

mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf. Acesso em 19 mar. 2021.

LORENZ, Edward N. **Fluxo não periódico determinismo**. 1963. Disponível em: https://journals.ametsoc.org/view/journals/atasc/20/2/1520-0469_1963_020_0130_dnf_2_0_co_2.xml?tab_body=pdf; Acesso em 18 mar. 2021.

MODELLI, Laís. TENENTE, Luiza. **Os argumentos científicos de quem é contra, a favor ou está em dúvida sobre retomar aulas no Brasil durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/08/30/os-argumentos-de-quem-e-contra-a-favor-ou-esta-em-duvida-sobre-retomar-aulas-no-brasil-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em 19 mar. 2021.

MORGADO, José Carlos. SOUSA, Joana. PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. Disponível em: http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/65846/1/MorgadoSousa%26Pacheco_2020_Transforma%c3%a7%c3%b5esEmTemposPandemia.pdf. Acesso em 19 mar. 2021.

PACHECO, José Augusto. **Uma outra escola?** 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/07/impar/opiniaio/escola-1911167>. Acesso em 19 mar. 2021.

PROTEÇÃO animal mundial. **Conheça o mamífero asiático explorado para produzir café mais caro do mundo**. 2016. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/conheca-o-mamifero-asiatico-explorado-para-produzir-cafe-mais-caro-do-mundo>. Acesso em 19 mar. 2021.

SANTANA, Ian Lima. SANTOS, Ramon Alves dos. TAKIYA, Carlos. Física de partículas e o modelo padrão: uma abordagem descritiva. *In*: OLIVEIRA, Guilherme Antônio Lopes de. (Org.). **Pesquisa e sociedade**: os desafios e as contribuições da ciência. Campo Grande: Editora Inovar, 2020. P. 72-82.

SOARES, Marcelo Reicher. **Matemática e complexidade**; Disponível em: <file:///C:/Users/Coordena%C3%A7%C3%A3o/Downloads/3413-13997-1-PB.pdf>. Acesso em 18 mar. 2021.

SOUZA, D. KLAFFKE, J. BASSINI, A. **Teoria do Caos**. 2020. Disponível em: <https://www.parquecientec.usp.br/passeio-virtual/matematica/teoria-do-caos>. Acesso em 18 mar. 2021.

VAIANO, Bruno. **Morcegos carregam decenas de vírus, mas são imunes a eles. Por que? 2020**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/morcegos-carregam-dezenas-de-virus-mas-sao-imunes-a-eles-por-que/>. Acesso em 19 mar. 2021.

FILMOGRAFIA

DARK. Direção: Baran Bo Odar. Produção: Netflix. País de origem: Alemanha, 2017.

EFEITO borboleta. [Filme]. Direção: Eric Bress, J. Mackye Gruber. Produção: Anthony Rhulen, Chris Bender, Ashton Kitcher, J.C. Spinik, A.J. Dix. País de origem: Estados Unidos, 2004.

O JOGO da imitação. [Filme-vídeo]. Produção de Teddy Schwarzman e Graham Moore. Direção de Morten Tyldum. EUA, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: 2014. (114 min.).

THE man int the high castle. Direção: David Semel; Daniel Percival; Ken Olin; Michael Rymer; Bryan Spicer; Nelson McCormick; Brad Anderson; Karyn Kusama; Michael Slovis. Amazon Studios; Scott Free Productions; Electric Shepherd Productions; Headline Pictures; Big Light Productions; Picrow; Reunion Pictures, 2015. On-line (548 min.). Baseado no livro “O homem do castelo alto” de Philip K. Dick.

THE walking dead. Direção: Greg Nicotero et al. Produção: Robert Kirkman et al. EUA: AMC, 2010. (7 Temporadas – 2010 a 2017).

VELOZES e furiosos: desafio em Tóquio. Direção: Justin Lin. Produção: Neal H. Moritz. Produtoras: Relativity Media; Original Film. EUA, 2006.

AGENDA-SETTING NA EDUCAÇÃO: A COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS

AGENDA-SETTING IN EDUCATION: MEDIA COVERAGE ON HUMAN RIGHTS VIOLATION IN SCHOOLS

Thiago José da Silva

Universidade Guarulhos, Guarulhos, SP, Brasil. E-mail: thiagojs071@gmail.com

Silvia Piedade de Moraes

Universidade Guarulhos, Guarulhos, SP, Brasil. E-mail: silviapmoraes@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.92>

Recebido em: 12.03.2021

Aceito em: 30.03.2021

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivos desvelar os tipos de violações dos Direitos Humanos tratados pela mídia, sua abordagem e como essas violências são pautadas dentro da educação escolar e conhecer a linguagem na qual são noticiadas. Trata-se de estudo qualitativo e documental que visa conhecer a agenda midiática sobre o assunto para compreender sua pauta, linguagem e enfoque. Foram coletados 43 notícias de abril de janeiro de 2019 a janeiro de 2020 em três mídias de abrangência nacional - site UOL, Jornal O Globo (on-line) e Revista Veja (on-line) organizados em sete categorias para análise de conteúdo. Ao longo da pesquisa procurou-se responder quais os tipos de violação dos Direitos Humanos ocorrem em relação à educação escolar, como são noticiados e como essa ferramenta pode ser aplicada na formação do saber em sala de aula. Concluiu-se que as contribuições dessa pesquisa estão ligadas em três pontos muito importantes, tais como: desvelar e caracterizar como a mídia pauta as violências expressadas nas escolas, como ela pode ser uma influência direta na formação de professores, alunos e toda a comunidade escolar acerca das violências, dar uma demonstração real através da verificabilidade dos fatos constatados pelas mídias e como essa ferramenta pode servir de subsídio para denunciar, educar e conscientizar sobre as demandas opressivas recorrentes nas escolas.

Palavras-chave: Agenda-setting; Violação de Direitos Humanos; Educação escolar; Mídias.

Abstract: *This research aimed to expose the different types of human rights violations addressed by the media, their approach, how these types of violence are addressed in the area of school education and to know the language in which violence is reported. This is a qualitative and documentary study that aims to understand the media agenda on the subject in order to understand its agenda, language and focus. Forty-three news items were collected from April 2019 to January 2020 in three digital media that operate nationwide - UOL website, O Globo Journal (online) and Veja Magazine (online) organized into seven categories for analysis of content. Throughout the research, we sought to answer which types of human rights violations occur in relation to school education, how they are reported and how this tool can be used in the formation of knowledge in the classroom. It was concluded that the contributions of this research are related to three points of great relevance, namely: unveiling and characterizing how the media guides the violence that occurs in schools, how it can be a direct influence on the training of teachers, students and all the school community about violence, provide a real demonstration through the verifiability of the facts found by the media and how this tool can serve to subsidize*



complaints, educate and raise awareness about the recurrent oppressive demands in schools.

Keywords: *Agenda-setting; Human Rights Violation; Schooling; Media.*

1 Introdução

Tem se tornado cada vez mais frequentes violações de Direitos Humanos dentro do ambiente escolar. A escola, ambiente rico em diversidade, identidades e diferenças, tem desde a Constituição Federal de 1988 o compromisso de executar sua função social com a disseminação do conhecimento, mas também preparar para vida social e o mundo do trabalho tendo como princípio a ordem democrática.

No entanto, tem sido comum que nesse mesmo ambiente onde educar está em sentido amplo, pois envolve aprender conceitos a partir de princípios éticos, estéticos e políticos, é o mesmo que falha no trabalho com a construção da formação das atitudes e valores.

Mesmo que a atuação da escola nesse sentido seja complementar (de acordo com as leis) à da família, há princípios para sua atuação, e enquanto instituição regulada pelo Estado pautada na ética, na democracia, na livre convivência, no pensar, na valorização da estética e sensibilidade, da liberdade de aprender e ensinar mostra um cenário nefasto tornando-se corriqueira a violação de Direitos Humanos em seu interior.

A violência é, sem dúvida, muito diferente da indisciplina que ocorre na escola (MAIA e COSTA, 2013). No entanto, mesmo que ambas necessitem de saídas pedagógicas, a violência é sem dúvida algo que deixa marcas profundas no lugar e seus sujeitos.

Certamente a violência não é um fenômeno social recente. No entanto, é possível afirmar que suas manifestações se multiplicam, assim como os atores envolvidos. [...] Em geral, se oscila entre dois extremos: a redução dos comportamentos violentos àqueles referidos à criminalidade ou à agressão física de maior ou menor gravidade, e a ampliação da abrangência do conceito de tal modo que toda manifestação de agressividade, conflito ou indisciplina é considerada violência (CANDAU, 2000, p. 139-140).

Casos emblemáticos são noticiados todos os dias na mídia, mas mostram apenas o estopim ou ainda a cena trágica da violação de direitos ocorrida (CUNHA, 2019). Embora tenha muito espaço nos programas televisivos, os casos tendem a ser uma repetição de canal para outro, dando visibilidade para alguns e omitindo e invisibilizando outros. Isso é preocupante porque apenas tende a alarmar um ou dois tipos recorrentes de violação de direitos e de forma tendenciosa passa a omitir outros. Uma das conjecturas possíveis é pensar se canais televisivos hoje pertencentes a grupos religiosos noticiariam os casos que circularam pelo *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*, com *notícias* sobre ocorrências de violação de direitos envolvendo cultura afro-brasileira ou de religiões de matrizes africanas.

De acordo com Moraes (2020) o jornalismo também se enredou da ideia Iluminista de que somos todos iguais. No entanto, em outro cenário, os tempos exigem mostrar as diferenças e desigualdades. Nos dias de hoje o pilar da igualdade pode ser considerada uma perspectiva neoliberal, já que escamoteiam barreiras culturais, jurídicas, informacionais e outros que

poderiam assegurar o acesso aos direitos iguais.

Há um vácuo prático-epistemológico no jornalismo brasileiro: nele repousam tocadas apenas superficialmente questões pertinentes a raça, classe, gênero, geografias. Assuntos-chave das relações sociais que foram historicamente tratados apenas como temas, quase como “personagens”, com a imprensa e tantas vezes academia servindo antes de veículos de divulgação, mas pouco implicando a si mesma como partícipe. Assim, mantiveram-se distantes do exercício de realizar, por si, movimentos capazes de estabelecer uma nova ordem discursiva nessa área de conhecimento, algo urgente em um Brasil no qual expressivas fatias populacionais continuam sendo desconvidadas a surgir de maneira íntegra (MORAES, 2020, p. 65).

Na pesquisa de Moraes (2020) o jornalismo tem falhado na abordagem acerca, por exemplo, de raça e gênero. Para a pesquisadora isso é fruto de uma perspectiva colonizadora ocidental, branca e heteronormativa. Uma das ideias de neutralidade que atrapalham a adoção de uma outra perspectiva, como por exemplo, a de dar visibilidade às dissidências. De um lado há uma perspectiva hegemônica de um texto que pode neutralizar e negatizar as desigualdades geográficas, de raça, gênero e classe e de outra a perspectiva que visa dar visibilidade às pautas que são comumente marginalizadas.

Para ilustrar o fato, a pesquisadora mostra o ocorrido na *Globo News* em debate sobre racismo; primeiramente todos participantes brancos e, após crítica pública, um segundo evento com todas pessoas negras. De fato, há muitas discussões em pautas identitárias, sobretudo, se ao ser identificado como pertencente a um segmento, cabe somente esse cunho de discussão?! O debate é intenso.

[...] Tanto a intervenção proposta pela decolonialidade quanto o jornalismo de subjetividade propõem uma fissura em uma epistemologia que ainda se assenta nos paradigmas da clareza, da isenção, da neutralidade, um paradigma que hierarquiza, que tem cor, raça, gênero e que propõe uma fala que deve situar sobre todas as outras (MORAES, 2020, p. 73)

Sendo assim, a mídia como fundamentadora da opinião pública deve se reiterar diante das questões que ganham visibilidade na sociedade, salvaguardando sua linguagem e comunicação.

2 Objetivos e tipo de estudo

O que objetivamos é desvelar quais tipos de violações de Direitos Humanos têm ocorrido no ambiente escolar, conhecer paralelamente a linguagem na qual são noticiados e propor uma prática pedagógica que possa ser aplicada com alunos e em formação de professores sobre o uso de notícias em sala de aula.

Esse tipo de estudo qualitativo e documental tem como premissa seguir a mídia para compreender sua pauta, agenda, linguagem e enfoque. A estratégia coletará dados noticiados de abril de janeiro de 2019 a janeiro de 2020 em três mídias de abrangência nacional - site UOL, Jornal O Globo (on-line) e Revista Veja (on-line).

A metodologia e teoria¹ utilizada para trabalhos com textos e agendas midiáticas é a Agenda-setting (BARROS FILHO, 1996; CASTRO, 2014; BRANDI, 2016).

1 Agenda-setting pode ser considerada como teoria e metodologia, já que ao mesmo tempo em que propõe um aparato analítico, mostra passos para esses sejam desvelados (CASTRO, 2014).

É a hipótese segunda a qual a agenda temática dos meios de comunicação impõe os temas de discussão social. Em outras palavras: as pessoas, nas suas comunicações interpessoais, discutem prioritariamente sobre os temas abordados nos meios de comunicação (BARROS FILHO, 1996, p. 1).

A Agenda-setting, como ideia central surgiu com Lippmann em 1922 e mais tarde, McCombs e Shaw organizaram, sistematizaram, aprofundaram e nomearam como conceito, o que mais tarde conferiu-lhe status de teoria (CASTRO, 2014). As primeiras investigações sobre cobertura midiática sistemas eleitorais mostraram que o mesmo grau de importância que a mídia anunciava era similar aos que os eleitores também definiram como de grande importância.

Se a mídia pauta as conversas diárias da maioria das pessoas, a forma como as inúmeras violações de Direitos Humanos que ocorrem no ambiente escolar são apresentadas estão formando opiniões a esse respeito. Portanto, ao utilizar da Teoria da Agenda-setting (CASTRO, 2014) como fundamento sobre a formação das mentalidades e como metodologia (BARROS FILHO, 1996; BRANDI, 2016) será possível compreender as relações não lineares entre a **agenda pessoal, agenda grupal e agenda pública** (BARROS FILHO, 1996).

Nesse sentido, ao analisar o conteúdo da notícia por meio dos pressupostos da Agenda-setting cabe também desvelar a ética ou a sua falta articulada no emaranhado de palavras que destaca em letras garrafais textos tão violadores quanto a própria violação denunciada. Essa é uma atividade analítica que precisa ser intencionalmente ensinada. É, portanto, uma habilidade cognitiva, um procedimento de criticidade que ora apreendido rompe com grande parte daquilo que denominamos alienação ou ainda analfabetismo político funcional.

De acordo com Castro (2014, p. 198) a Agenda-setting “[...] compõe parte desse esforço, focando-se em compreender a influência da *mass media* na opinião pública e na construção da imagem que as pessoas têm da realidade”.

Conforme Castro (2014, p. 201)

A função do agendamento foi definida, então pela capacidade dos meios de comunicação de massa em dar ênfase a determinados o tema e pela possibilidade de os indivíduos incluírem esse tema em sua lista de prioridades após a influência recebida pelo meio de comunicação.

Mas, qual o interesse a Pedagogia pode ter em conhecer estudos da área da Comunicação?

Como **ciência** do ensino e do aprendizado a Pedagogia deve preocupar-se com tudo aquilo que forma o sujeito, as mentalidades, seu valores e aprendizagens tanto quanto seu acesso aos conhecimentos historicamente acumulados e socialmente valorizados. Isso difere no contexto, por isso, é preciso que a formação de professores em todos os níveis e etapas tenha uma base crítica e reflexiva. Assim, “[...] através de textos, sons e imagens, a cultura midiática corrobora, assim, os laços sociais, ao mesmo tempo que fornece elementos de homogeneização de discursos e identidades (CRUZ, 2011, p. 183)”.

Mesmo comprovadamente que a Agenda-setting de fato pauta os assuntos e até forma como as pessoas pensam e agem diante de um fato ou tema, também é verdade que esse efeito é menor, contestável ou nulo para pessoas com maior capacidade analítica e com repertórios diferenciados.

Dessa forma, “o processo pedagógico deve esclarecer e advertir sobre eventuais efeitos nefastos que a recepção do produto informativo pode produzir e, não os reforçar (BARROS

FILHO, 1996, p. 31)”.

O estudo do material e seu gênero textual deve ser apresentado na escola em diferentes escalas e aprofundamento. O material informativo deve ser apresentado enquanto material, métodos, construção, tipos, mas também ao educando cabe mostrar e ensiná-lo a não tornar-se mero “deglutidor hipocondríaco de pílulas informativas (BARROS FILHO, 1996, p. 31)”.

A pesquisa em violação de Direitos Humanos na escola se justifica pelos inúmeros dados já organizados em publicações científicas e acadêmicas (CASTRO, 2015; CUNHA, 2019; MORAES, 2018). Para ilustrar o problema destacamos a violação e intolerância religiosa, que inclui o secularismo nas artes e na cultura (CUNHA, 2019), a LGBTTQIAfobia² que empurra para fora da escola crianças, adolescentes e jovens, mutila psicologicamente outros também e torna abjeta³ a vida escolar e social dessas pessoas (MORAES, 2018), o *bullying*, a gordofobia, a misoginia, xenofobia, as identidades que ainda são consideradas destoantes (CASTRO, 2015).

Quando noticiados, os casos de violação de Direitos Humanos ganham outros aspectos que podem ser tendenciosos, apelativos, omissos e até pejorativos. Chicarino (2016, p. 134) destaca que

[...] a violência nos canais de televisão é explícita, as telenovelas propagam a corrupção de forma institucionalizada, a divisão de classes, o racismo, etc. Pautadas cegamente na lógica do mercado, os terrenos de interesse público como educação, solidariedade, meio ambiente, questões de orientação sexual e gênero, são cada vez mais deixadas de lado em detrimento do que gera audiência. A educação em Direitos Humanos no contexto midiático se encaixa em um processo global de conscientização e de reconstrução cultural da sociedade.

É nesse aspecto que a Pedagogia pode contribuir promovendo formação inicial e continuada de profissionais da educação e elaborando práticas pedagógicas organizadas pelos pressupostos das metodologias ativas sobre análise midiática em diferentes etapas e níveis de ensino.

3 Método

A metodologia de acompanhamento das notícias nos três hospedeiros foi realizada nas seguintes etapas: 1. Leitura; 2. Seleção contendo dados como fonte, data e texto na íntegra; 3. Tabulação por critério de enquadramento da violação como categorias; 4. Leitura analítica e anotação dos elementos objetivos e subjetivos; 5. Monitoramento na mídia hospedeira para verificação de desfechos e ou outras questões.

As categorias são interpretadas com a análise de conteúdo segundo Bardin (2016) destacando o sistema de valores explícitos e implícitos, termos comuns que se repetem mostrando inferências para o tipo de comunicação de massa exercida de forma a expor o agendamento da pauta a ser discutida com a sociedade, incluindo vocabulário, a manchete e a condução da matéria com sua condução ética.

O último item, organizado em quadro próprio, é a busca de notificação sobre o desfecho

2 Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexual, assexual a sufixo fobia nesse caso é todo preconceito voltado à essas identidades.

3 Anula, torna um assujeitamento dos sujeitos.

- quantos e quais casos foram apresentados com desfecho ou obtiveram matéria posterior revelando a finalização do caso? A análise desse dado tende a mostrar se há um reforço no ato denunciativo, mas sem a mesma pressão para o controle social da resolução.

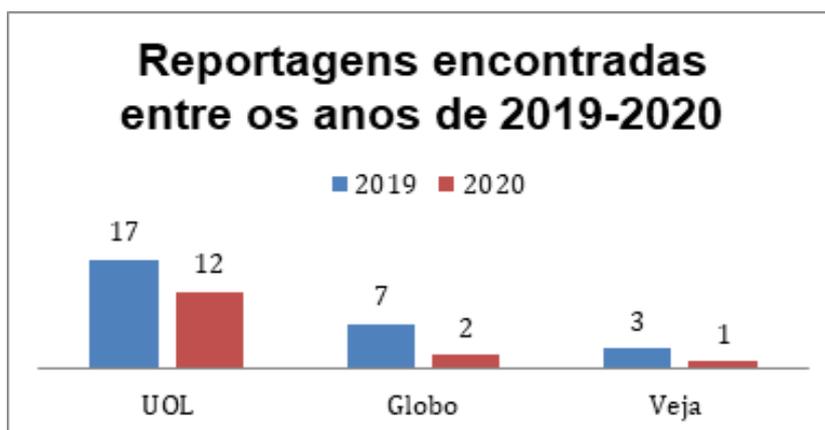
4 Resultados e discussão

Foram criadas sete categorias divididas por temas enfatizando o tipo de violação a ser mencionada pelos 43 noticiários coletados. As categorias estão divididas entre os temas - Violência contra a mulher, Violação dos Direitos Humanos contra a população LGBTQIA+ nas escolas, Racismo nas escolas, *Bullying*, Violência contra professores, Precariedade no ensino e evasão escolar e Intolerância religiosa na escola e na educação.

De acordo com a Andi - Mídia e Direitos Humanos (2006) os meios de comunicação têm papel fundamental na efetivação dos direitos básicos. A mídia tem um papel decisivo na consolidação de direitos, podendo fortalecer a conquista de direitos básicos ou ainda dificultar o acesso por meio de sua comunicação.

A educação midiática pode ser uma grande aliada para a compreensão e distinção do que é fato e opinião, propondo caminhos para auxiliar o aprendizado das pessoas. De maneira simples, o fato refere-se a uma informação transmitida como ocorrência do mundo real, cuja realidade é comprovada através da verificabilidade. Um exemplo de fato é a divulgação de um acontecimento da vida real por meio jornalístico, consequência de um evento relevante que merece reconhecimento popular. A opinião difere disso e caí no senso comum ou particular do sujeito. Num sentido mais amplo, a opinião está ligada à crença no qual o indivíduo fundamenta-se para engendrar conclusões ou pontos de vista. De acordo com a filosofia, opinião é a ideia contrária ao conhecimento epistêmico, obtido através da necessidade de expressar particularidades ao entendimento.

Segue abaixo um gráfico correspondente a quantidade de notícias coletadas por ano de cada site:



As mídias dão cada vez mais visibilidade aos modos de saber, viver, sentir e ser. Essa visibilidade provoca muitas transformações já que em jornais escritos, televisivos ou virtuais o cotidiano é exposto quase em tempo real e com elementos realísticos como imagens em cores, relatos, *flashes* e etc. aproximam “o que é real da ficção, o distante e o próximo, alteram a noção de tempo e espaço, valores morais e estéticos, impondo formas de ser, pensar e agir (VELOSO, 2006, p. 2)”.

A revolução dos meios de comunicação de massa nos anos de 1960 atingiu a educação produzindo saberes escolares e estudos sobre a relação mídia e educação. Nos anos de 1970 com a chegada da informática na educação essa relação fica cada vez mais estreita e necessária. Em meados de 1980 as TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) não apenas ampliou esse foco como definiu mídia e educação como campo de ação e pesquisa, sobretudo, para almejar um dos objetivos da educação escolar que é o preparo para a cidadania (VELOSO, 2006).

O acesso à informação apenas recentemente foi incluída como pauta de direitos humanos. Para isso é fundamental desenvolver hábitos e habilidades como consultas à diferentes portadores, percepção acerca da segurança da fonte, reconhecimento e diferenciação entre fatos e opiniões, além da criticidade e apropriação do conhecimento.

Assim, a relação mídia e educação tem uma função pedagógica- a de formar por meio de práticas educativas o sujeito que produz e consome informação das diferentes mídias. Uma das formas de realizar essa proposta é por meio de projetos escolares definidos no Projeto Político-Pedagógico da escola, temas transversais como preconiza a LDBEN 9394/1996, da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e currículos escolares.

Quadro 1. Notícias que tiveram desfecho

TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK	ANO	SITE
Professora estuprada em escola hesitou denunciar: “Ele disse que voltaria”	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/04/professora-estuprada-em-escola-hesitou-denunciar-ele-disse-que-voltaria.htm	2019	UOL
Assédio sexual na escola: “Professor me convidou para sentar no colo dele”	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/20/assedio-sexual-na-escola-professor-me-convidou-para-sentar-no-colo-dele.htm	2019	UOL
Professor é condenado por tentar fazer sexo com alunas em troca de notas	https://noticias.UOL.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/02/professor-assedio-alunos-notas-aulas.htm	2019	UOL
Aluna é esfaqueada por colega em banheiro de colégio em São Bernardo	https://Veja.abril.com.br/brasil/aluna-e-esfaqueada-por-colega-em-banheiro-de-colegio-em-sao-bernardo/	2019	VEJA
Professor de SP é afastado após praticar ato obsceno em vídeo-aula.	https://oglobo.globo.com/sociedade/professor-de-sp-afastado-apos-praticar-ato-obsceno-em-videoaula-24488544	2020	O GLOBO
“Deixa a pretinha pra lá”: racismo em escola de RJ mostra nosso preconceito	https://emdesconstrucao.blogosfera.UOL.com.br/2019/04/21/como-um-caso-de-racismo-na-escola-aponta-o-preconceito-que-existe-em-nos/	2019	UOL
Caso de racismo em escola privada no Rio leva a discussão sobre necessidade de contratar mais professores negros	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/caso-de-racismo-em-escola-privada-no-rio-leva-discussao-sobre-necessidade-de-contratar-mais-professores-negros-23600547	2019	O GLOBO

Alunos envolvidos em casos de racismo no colégio do Rio são indiciados	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/05/alunos-envolvidos-em-casos-de-racismo-em-colegio-no-rio-sao-indiciados.htm	2020	UOL
Estudo: Professor vê aluno negro como agressivo e trata aluno branco com simpatia	https://noticias.UOL.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/23/estudo-professor-ve-aluno-negro-como-agressivo-e-trata-branco-com-simpatia.htm	2020	UOL
O <i>bullying</i> no Brasil é duas vezes maior que média internacional.	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/bullying-no-brasil-duas-vezes-maior-que-media-internacional-23752720	2019	O GLOBO
Menina de 11 anos sofre <i>bullying</i> de colegas, no RJ, “se mata” diz mensagem	https://noticias.UOL.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/05/menina-de-11-anos-sofre-bullying-na-escola-no-rj-se-mata-diz-mensagem.htm	2020	UOL
Criança se esconde em banheiro de escola por três dias após sofrer <i>bullying</i> na escola	https://noticias.UOL.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/10/06/crianca-vitima-de-bullying-se-esconde-em-banheiro-de-escola-por-tres-dias.htm	2020	UOL
SP: 29% dos jovens sofreram <i>bullying</i> em 2019 em escolas públicas	https://noticias.band.UOL.com.br/noticias/100000982232/sp-29-dos-jovens-sofreram-bullying-em-2019-em-escolas-publicas.html	2019	UOL
Garoto gay autista se mata após ser alvo de <i>bullying</i> homofóbico	https://observatoriog.bol.UOL.com.br/noticias/garoto-gay-autista-se-mata-apos-ser-alvo-de-bullying-homofobico	2020	UOL
O cyberbullying avança entre estudantes brasileiros na quarentena	< https://Veja.abril.com.br/educacao/o-cyberbullying-avanca-entre-estudantes-brasileiros-na-quarentena/ >	2020	VEJA
<i>Bullying</i> : uma a cada cinco crianças pensam em suicídio depois da agressão	https://Veja.abril.com.br/saude/alerta-1-em-cada-5-criancas-pensa-em-suicidio-por-causa-do-bullying/	2019	VEJA
“Meu filho foi agredido porque tem Down”	https://Veja.abril.com.br/brasil/meu-filho-foi-agredido-porque-tem-down/	2019	VEJA
Aluno ataca professor a facadas em escola municipal de São Paulo	https://Veja.abril.com.br/brasil/aluno-ataca-professor-a-facadas-em-escola-municipal-de-sao-paulo/	2019	VEJA
Metade dos docentes e um terço dos alunos dizem ter sofrido violência em escolas de SP	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/metade-dos-docentes-um-terco-dos-alunos-dizem-ter-sofrido-violencia-em-escolas-de-sp-24146207	2019	O GLOBO
O desafio de manter jovens no ensino médio, principal obstáculo à universalização do ensino	https://noticias.UOL.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/06/20/o-desafio-de-manter-jovens-no-ensino-medio-principal-obstaculo-a-universalizacao-da-educacao.htm	2019	UOL

5 Notícias que não tiveram desfecho

As notícias abaixo não tiveram desfecho por motivos de falta de medidas advindas de apuração de casos policiais, omissão dos governos em apuração, resolução e pronunciamento dos casos, falta de políticas públicas e posicionamento de instituições.

De acordo com Perlingeiro, Diaz e Linane (2019, p.196) o direito à informação faz parte de uma cultura de preservação dos Direitos Humanos. A falta de transparência e informação, sobretudo, sobre punições e desfechos afetam ainda mais a credibilidade da justiça “para que o acesso à informação cumpra realmente o seu papel de controle democrático da atuação do poder público”.

Quadro 2. Notícias que não tiveram desfecho

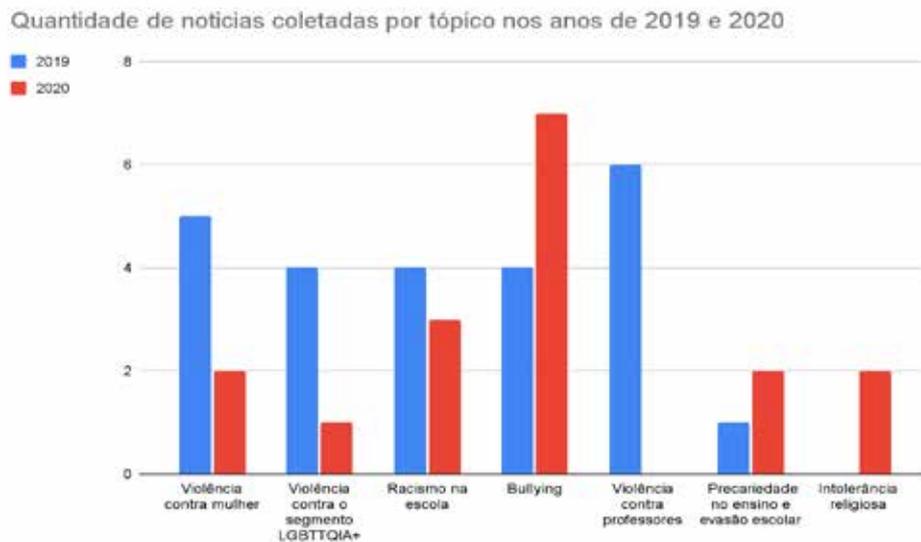
TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK	ANO	SITE
Menina de 12 anos afirma ter sido estuprada em escola na grande SP	https://agora.folha.UOL.com.br/sao-paulo/2019/11/menina-de-12-anos-afirma-ter-sido-estuprada-em-escola-na-grande-sp.shtml	2019	UOL
Polícia investiga suspeita de estupro contra criança em escola	https://tvjornal.ne10.UOL.com.br/bronca-24-horas/2020/01/24/policia-investiga-suspeita-de-estupro-contra-crianca-em-escola-183046	2020	UOL
‘Não é tão simples assim’, diz membro do CNE de proibir discussão de gênero nas escolas	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nao-cao-simples-afirma-diz-membro-do-cne-sobre-tentativa-do-mec-de-proibir-discussao-de-genero-nas-escolas-23925067	2020	O GLOBO
MEC vai fazer projeto de lei contra ‘ideologia de gênero’	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-vai-fazer-projeto-de-lei-contra-ideologia-de-genero-23924172	2019	O GLOBO
“Homossexual vestido de mulher”, mãe de aluno ofende professora trans em SC	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/22/professora-e-alvo-de-ofensas-homofobicas-em-disputa-por-direcao-de-escola.htm	2019	UOL
Uma história mal contada: a farsa sobre o kit gay	https://aventurasnahistoria.UOL.com.br/noticias/reportagem/uma-historia-mal-contada-a-farsa-sobre-o-kit-gay.phtml	2020	UOL
Projeto de lei contra homofobia é barrado em MG	https://noticias.UOL.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/05/projeto-de-lei-contra-homofobia-em-escolas-e-barrado-em-mg.htm	2019	UOL
Música sacra afro-brasileira enfrenta resistência de alunos evangélicos na escola de música da UFRJ	https://oglobo.globo.com/cultura/musica/musica-sacra-afro-brasileira-enfrenta-resistencia-de-alunos-evangelicos-na-escola-de-musica-da-ufrj-23906215	2019	UOL
Professor de colégio particular de Niterói é vítima de racismo após ofensas de alunos do 7º ano	https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/professor-de-colegio-particular-de-niteroi-e-vitima-de-racismo-apos-ofensas-de-aluno-do-7-ano.html	2020	O GLOBO

Metade dos docentes e um terço dos alunos dizem ter sofrido violência em escolas de SP	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/metade-dos-docentes-um-terco-dos-alunos-dizem-ter-sofrido-violencia-em-escolas-de-sp-24146207	2019	O GLOBO
Um a cada dois alunos em todo o mundo já foi vítima de bullying	://www.UOL.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/05/um-em-cada-tres-alunos-em-todo-o-mundo-foi-vitima-de-bullying.htmhttps	2020	UOL
Menino de 9 anos que tem nanismo sofre bullying todos os dias na escola: “Eu quero morrer”	https://paisefilhos.UOL.com.br/crianca/menino-de-9-anos-que-tem-nanismo-sofre-bullying-todos-os-dias-na-escola-eu-querer-morrer/	2020	UOL
A cada dia, ao menos dois professores são agredidos em escolas estaduais em SP	https://educacao.UOL.com.br/noticias/2019/08/22/a-cada-dia-ao-menos-2-professores-sao-agredidos-em-escolas-estaduais-em-sp.htm	2019	UOL
Policia aborba professora durante ocupação na E.E. Professor Lenio Vieira	https://noticias.UOL.com.br/videos/?id=policia-aborba-professora-durante-ocupacao-da-ee-professor-lenio-vieria-0402CD19396CCCB96326	2019	UOL
Professor agredido vai processar suspeito por tentativa de homicídio	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/21/professor-agredido-vai-processar-suspeito-por-tentativa-de-homicidio.htm	2019	UOL
Professor diz ter sido agredido por aluno de 13 anos em escola: “Pesadelo”	https://educacao.UOL.com.br/noticias/2019/05/31/professor-diz-ter-sido-agredido-por-aluno-em-escola-estadual-um-pesadelo.htm	2019	UOL
Em SP, 54% dos professores dizem ser sido agredidos por, aponta pesquisa	https://agora.folha.UOL.com.br/sao-paulo/2019/12/em-sp-54-dos-professores-dizem-ser-sido-agredidos-aponta-pesquisa.shtml	2019	UOL
Mais de 20% das crianças estão matriculadas em escola sem saneamento	https://educacao.UOL.com.br/noticias/2020/11/21/mas-de-20-das-criancas-estao-matriculadas-em-escolas-sem-saneamento.htm	2020	UOL
1,5 milhão de crianças sem creches e 11 milhões de analfabetos: os desafios urgentes para o Brasil ‘passar de ano’ na educação	https://noticias.UOL.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/08/09/15-milhao-de-criancas-sem-creches-e-11-milhoes-de-analfabetos-os-desafios-urgentes-para-o-brasil-passar-de-ano-na-educacao.htm	2020	UOL
Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil	https://www1.folha.UOL.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml	2020	UOL
Bomba em escola Paquistanesa deixa 7 mortos e mais de 80 feridos	https://www1.folha.UOL.com.br/mundo/2020/10/bomba-em-escola-paquistanesa-deixa-7-mortos-e-mais-de-80-feridos.shtml	2019	UOL

Brasil apoia na OEA proposta que autoriza país a impor a educação religiosa ou moral aos filhos	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-apoia-na-oea-proposta-que-autoriza-a-pais-impor-educacao-religiosa-ou-moral-a-filhos.shtml	2019	UOL
---	---	------	-----

Fonte: Dados da pesquisa

Os quadros que serão apresentados a seguir de acordo com as violações dos Direitos Humanos foram elaborados através de pesquisas realizadas nos sites UOL, O Globo e Veja. Primeiro foram selecionadas as categorias, posteriormente utilizamos subtítulos para aprofundamento das violações, através da análise das principais configurações de violências de acordo com cada tópico. Para isso, foram filtradas as principais notícias dos anos de 2019 e 2020 sobre as violações dos Direitos Humanos no campo educacional, exclusivamente nas instituições de ensino. Segue abaixo o gráfico para ilustrar a quantidade de notícias coletadas por tópico e ano.



Partindo da análise ao gráfico podemos observar que alguns tópicos têm maior ênfase na mídia em algum ano em específico. É preciso salientar que no ano de 2020, as escolas tiveram suas aulas suspensas no mês de março em decorrência da pandemia da Covid-19. Tendo isso em vista, é observável que diante dessa situação alguns casos ganharam maior destaque, principalmente por meio das redes sociais que se tornaram refúgio dos estudantes durante o período da quarentena, tanto para uso pessoal, quanto para fins educativos através das aulas remotas. Para ilustrar essa questão, podemos observar que no ano de 2020, a quantidade de notícias relacionadas à categoria *bullying* ganhou maior ênfase, dentre as denúncias trazidas pela mídia, destacam-se os crimes de *cyberbullying*, com a maioria dos ataques feitos pela internet. Um outro reflexo dessa questão é a categoria “Racismo na escola”, mesmo tendo maior ênfase no ano de 2019, a categoria foi a segunda responsável por maior destaque pela mídia, através da nossa pesquisa, no ano de 2020. Das três notícias coletadas correspondentes ao ano e categoria em questão, todas são relacionadas a crimes virtuais, demonstrando a saturação das redes sociais como aliada a crimes relacionados ao *cyberbullying*.

Quadro 3. Categoria- Violência contra mulher

Site	Título da reportagem	Data da notícia/ reportagem	link	resumo da reportagem com ênfase na violação
UOL	Menina de 12 anos afirma ter sido estuprada em escola na grande SP.	08 nov.2019	https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/11/menina-de-12-anos-afirma-ter-sido-estuprada-em-escola-na-grande-sp.shtml	Aluna sofre violência sexual por suposto aluno do ensino noturno na quadra da escola. Ainda sobre a apuração, o suspeito não foi identificado.
UOL	Polícia investiga suspeita de estupro contra criança em escola.	24 jan.2020	https://tvjornal.ne10.uol.com.br/bronca-24-horas/2020/01/24/policia-investiga-suspeita-de-estupro-contra-crianca-em-escola-183046	A Polícia civil de Pernambuco apura caso de estupro contra uma criança de três anos, o abuso teria acontecido durante o banho pela própria professora.
UOL	Professora estuprada em escola hesitou denunciar: “Ele disse que voltaria.”	04 out.2019	https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/04/professora-estuprada-em-escola-hesitou-denunciar-ele-disse-que-voltaria.htm	Professora é vítima de violência sexual no estacionamento da escola durante uma abordagem de assalto. A vítima relata a demora do apoio policial para registrar o boletim de ocorrência.
UOL	Assédio sexual na escola: “Professor me convidou para sentar no colo dele”	20 set.2019	https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/20/assedio-sexual-na-escola-professor-me-convidou-para-sentar-no-colo-dele.htm	Uma das primeiras decisões envolvendo assédio sexual entre professor e aluna no Brasil, o STJ condenou o professor que assediou uma aluna em sala de aula que precisava de dois pontos para alcançar a média e ser aprovada.
UOL	Professor é condenado por tentar fazer sexo com alunas em troca de notas	02 nov.2019	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/02/professor-assedio-alunos-notas-aulas.htm	Professor condenado há mais de um ano em regime aberto com pena substituída por prestação de serviços comunitários, assediava alunas e oferecia sexo em troca de notas altas. Em sua defesa, o professor nega as acusações e alega falta de interpretação no jeito extrovertido durante suas aulas.
Veja	Aluna é esfaqueada por colega em banheiro de colégio em São Bernardo.	02 out.2019	https://veja.abril.com.br/brasil/aluna-esfaqueada-por-colega-em-banheiro-de-colegio-em-sao-bernardo/	Aluna é ferida com golpe no pescoço por aluno da mesma instituição no interior de um banheiro na unidade. O autor do ataque foi apreendido após pular o muro da escola.

O Globo	Professor de SP é afastado após praticar ato obsceno em vídeo aula.	19 jun.2020	https://oglobo.globo.com/sociedade/professor-de-sp-afastado-apos-praticar-ato-obsceno-em-videoaula-24488544	Dois professores de escolas técnicas de São Paulo foram afastados de seus cargos após denúncias de assédio e conduta sexual indevida. Em um dos casos o professor é indiciado por ser pego masturbando-se durante um vídeo aula e outro docente é afastado por envolvimento com ex-aluna e denúncias de assédio de menores.
---------	---	-------------	---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

A violência de gênero é tão antiga quanto à própria humanidade, não só enquanto ato físico, a desvalorização e subjugação social da mulher sempre se fez presente. Como raiz do problema, o patriarcado é um sistema sociopolítico que coloca o homem como centro de poder, onde gozam dos privilégios sociais, autoridade moral, liderança política e controle social. A violência contra a mulher é potencializada através da construção desigual do lugar, da assimetria do poder no qual os papéis sociais, a liberdade sexual e a limitação de poder e escolha são restringidas para o gênero feminino. As causas, portanto, são estruturais, históricas, político-institucionais e culturais. Sem direito à cidadania, forjadas nos espaços públicos, a violência se dissemina nos múltiplos locais, e a escola, espelho da sociedade, tornam-se elas alvos das mais diversas violências e esse retrato é exposto a partir dos noticiários abaixo, trazendo à tona suas vulnerabilidades na educação.

De acordo com Lins et.al (2019) certos tipos de violências estão associados a ideias e estereótipos de gênero. As características e comportamentos implantados na sociedade do que se espera de um homem ou uma mulher, indica acessibilidade diferente de direitos, exclusivamente dentro de um sistema patriarcal, que aumenta o risco de violência aos indivíduos mais desfavorecidos - neste caso as mulheres. Diante disso, três esferas tornam-se elas as vítimas mais suscetíveis às violências, sendo elas: a violência doméstica, que diz respeito a agressões, ameaças e ofensas sofridas dentro do ambiente familiar. A violência sexual caracterizada pela falta de consentimento, livre expressão e a vontade de ter intimidade. E o denominado “pornografia de vingança” que vem se disseminando, principalmente entre os mais jovens, ganhando predominância no espaço escolar, sendo essa a divulgação de imagens e vídeos íntimos, seguindo o intuito de desmoralizar a vítima, partindo do pressuposto de condenar o comportamento da mulher envolvida.

Para Bond (2019) a cobertura midiática sobre casos de feminicídio, por exemplo, necessita de muitas melhorias. Quando os crimes são noticiados, pouco esclarecem sobre as medidas protetivas e políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. A falta de contextualização, a ausência de orientação e a omissão do foco na punição do agressor são algumas falhas na maioria das reportagens e notícias.

Para que a mídia possa estabelecer uma cobertura completa é preciso promover formação em Direitos Humanos para jornalistas de maneira que além de noticiar, possa formar e informar.

A escassez de uma abordagem em Direitos Humanos sobre casos de violência de gênero foi

percebido também em nosso levantamento. Uma das questões mais importantes, por exemplo, é dar visibilidade à punição e orientar em como procurar ajuda. No primeiro caso, a ausência dessa informação é ainda maior.

Com uma cobertura midiática falha, a violência contra a mulher e o feminicídio tende a ser banalizado socialmente, o que promove, paradoxalmente, uma sensação de impunidade fazendo com que muitas pessoas percam o sentido de segurança na justiça, acarretando ainda mais o silenciamento e a conduta de não denunciar.

As violações dos Direitos Humanos contra as mulheres apresentadas na primeira categoria desvelam e denunciam as agressões, assédio sexual e conduta indevida dentro do âmbito escolar, principalmente defronte do abuso de poder dos professores, diante de alunas, constantemente abusadas, assediadas e ameaçadas.

A escola não pode se eximir da responsabilidade sobre a formação social das pessoas e, para isso, precisa assumir como tarefa tratar de temas sociais que exigem não apenas a formação da cidadania e dos direitos Humanos, mas a compreensão enquanto fenômeno social. Assim, o tema da violência de gênero é urgente, não só porque infelizmente faz parte do cotidiano, mas porque também ocorre no ambiente escolar.

A violência de gênero pode ser entendida como “imposição de comportamentos femininos/masculinos, que se iniciam na família, instituição primária da sociedade, e se entende à escola (BABIUK, FACHINI e SANTOS, 2013, p. 28595)

A escola produz e reproduz as representações de gênero, sobretudo, de forma estereotipada com uma imagem para mulheres e meninas serem dóceis e frágeis e para homens e meninos dominadores e competitivos. O fato é que essas representações só fortalecem as assimetrias de gênero causando ainda mais desigualdades e vulnerabilidades quando na verdade a função social da escola deve ser a desconstrução dos preconceitos e discriminações. O ambiente escolar, pela sua diversidade de relações é privilegiado por transmitir e construir valores, atitudes e condutas.

De acordo com Babiuk, Fachini e Santos (2013, p. 28602).

[...] a escola deve ser pensada como espaço de reflexão, onde juntos, alunos e alunas, sejam instigados a pensar sobre sua vida e suas realidades. Esse é um espaço propício para que sejam criadas relações mais igualitárias, e conseqüentemente realizar a busca por uma sociedade diferente desta dada nos dias de hoje que se configura em um espaço pautado nas relações de poder, onde um é ‘sobre o outro’ e não ‘como o outro’.

Sabe-se que as violências provocam danos irreparáveis no desenvolvimento físico, emocional, intelectual, principalmente quando voltadas às crianças e adolescentes. Outro agravante é que se a violência ocorre pela ou nas instituições que deveriam proteger e acolher, como a família e a escola, os danos são ainda maiores, pois aumentam as vulnerabilidades e restringem as possibilidades de ajuda.

Assim, quando a mídia retrata a violência de gênero nas escolas deve também apontar não somente o desfecho, como as condutas de punição ou retratação, mas tratar da complexidade e urgência do tema, bem como, das boas práticas educativas que promovem uma relação mais equitativa de gênero no ambiente escolar. Nessa pesquisa, as coberturas midiáticas se mostraram omissas quanto ao último quesito.

Ainda, não é na mídia veiculado que as crianças e adolescentes de hoje são o nosso futuro? Então, como pensar em um futuro onde a escola, que é o espaço primário da relação dos alunos alunas entre si e os outros profissionais, é um local onde a desigualdade social não é discutida? Onde, historicamente, por meio do autoritarismo por parte dos profissionais que trabalham nesses espaços, não é permitido que as crianças e adolescentes expressem suas opiniões e vontades (BABIUK, FACHINI e SANTOS, 2013, p. 28602).

A escola é uma grande influenciadora do processo educativo e por isso, se faz necessário incorporar em seu currículo ações sistemáticas que promovam o acesso a informação, articulação de atividades e trabalhos a fim de transformar a cultura e a sociedade com o enfoque de eliminar as disparidades de gênero, a violência doméstica e a violência as mulheres por meio da informação. Uma escola que não dialoga com seus alunos sobre as violências contra a mulher é uma grande precursora dessas opressões, reproduzindo um ciclo violento.

As propostas trazidas aqui não são apenas para trazer reflexão das violências internas contra a mulher no ambiente escolar, mas introduzir essas discussões a fim de propagar ações que evadam as salas de aula e tomem proporções a frente de casos e realidades de violência contra as mulheres diante dos discentes em todos os campos da sociedade.

De acordo com Lins et.al (2019) é importante abrir possibilidades para que educadores, gestores e toda a comunidade escolar repensem nas suas práticas e gerem espaços de debates e transformações sociais na escola, realizando projetos indisciplinares que contemple debates, palestras e outras atividades sobre direitos, assédio sexual e autonomia das mulheres e seu corpo. Em vez de esquivar-se diante de conflitos, a responsabilidade é trazer o tema para o centro da pauta.

Quadro 4. Categoria- Violação dos Direitos Humanos contra LGBTQIA+ nas escolas

Site	Título da reportagem	Data da notícia / reportagem	Link	Resumo da reportagem com ênfase na violação
O Globo	'Não é tão simples assim', diz membro do CNE de proibir discussão de gênero nas escolas.	04 out.2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nao- tao-simples- assim-diz- membro-do- cne- sobre- tentativa-do- mec- de- proibir- discussao- de- genero- nas- escolas- 23925067	O presidente Jair Bolsonaro vai fazer um projeto de lei para proibir a abordagem do que se chama "ideologia de gênero" nas escolas. Em 2017, durante a gestão de Michel Temer, após pressão de uma bancada evangélica censurou na BNCC termos relacionados à questão de gênero e orientação sexual.
O Globo	MEC vai fazer projeto de lei contra 'ideologia de gênero'	03 set.2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-vai- fazer-projeto- de- lei- contra- ideologia- de- genero- 23924172	Jair Bolsonaro anunciou em seu twitter que o MEC vai fazer um projeto de lei que proíba a chamada ideologia de gênero no ensino fundamental. O presidente afirma que deu ordem ao órgão no intuito de proteção integral das crianças.

UOL	“Homossexual vestido de mulher”, mãe de aluno ofende professora trans em SC.	22 nov.2019	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/22/professora-e-alvo-de-ofensas-homofobicas-em-disputa-por-direcao-de-escola.htm	A professora de matemática Lodemar Schmitt eleita por pais e professores a assumir a diretoria de uma escola municipal em SC sofreu ataques transfóbicos partindo de uma mãe insatisfeita, os áudios que circulam pelos grupos de pais da instituição tinha teor depreciativo ao trabalho e identidade da professora.
UOL	Uma história mal contada: a farsa sobre o kit gay	08 jan.2020	https://aventurasnahistoria.UOL.com.br/noticias/reportagem/uma-historia-mal-contada-a-farsa-sobre-o-kit-gay.phtml	Pejorativamente chamado de “kit gay” o material “escola sem homofobia” faz parte de um projeto para o combate ao preconceito e violência contra a população LGBT. No entanto, antes de chegar às escolas, o material foi barrado sob alegação de estímulo ao homossexualismo e a promiscuidade.
UOL	Projeto de lei contra homofobia é barrado em MG	05 nov.2019	https://noticias.UOL.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/05/projeto-de-lei-contrahomofobia-em-escolas-e-barrado-em-mg.htm	O projeto de lei chamado de Plano 21 foi que visava criar e implementar programa educacional de combate a diversos tipos de discriminações foi vetado pela assembleia legislativa, sinalizado como uma vitória para a bancada cristã.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com Martinz, Fernandez e Nascimento (2010) a intolerância contra o segmento LGBT se manifesta através dos mais diversos tipos de violências, ocasionando do assédio moral até a morte. As violações dos Direitos Humanos contra essa população se desdobram em homicídios, agressões físicas e verbais, golpes, discriminações, assédios e preconceitos. Os crimes se articulam em diferentes especificidades, mas na maioria das vezes é motivada pela conformidade de gêneros.

Conforme afirmado por Lins e col. (2019, p.70) “a intolerância às diferentes possibilidades de ser homem ou mulher, em nossa cultura, é o que leva ao estado de violência com o qual a população de pessoas LGBT convive cotidianamente”.

As notícias acima afirmam os principais tipos de violações dos Direitos Humanos contra o segmento LGTBTTQIA+ nas escolas, desde articulações de governantes para a retirada da chamada “ideologia de gênero” do espaço escolar, a partir da censura do currículo, livros didáticos e o chamado pejorativamente “Kit gay”, com argumentos fundados em desinformação, baseados em *fake news*. E a violência sofrida por alunos e professores acerca do tema.

São diversas as opressões que a população LGBTTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersex) sofre constantemente. A palavra fobia significa a repulsa ou preconceito, essa palavra que se denomina como “medo irracional”, se complementa com outras, formando múltiplos conceitos, tais como a lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia, queerfobia ou queermisia e outros. A materialização acontece por meio da violência. O domínio da lógica heteronormativa colocam LGBTTQI+ em condições de inferioridade e anormalidade. Os termos, são as expressões do que podemos chamar de hierarquização da sexualidade. As notícias abaixo mostram como a violência se caracteriza dentro do ambiente escolar, seja pelas ações de indivíduos ou grupos através da violência física ou verbal, ou como parte de leis governamentais que visam adstringir ou censurar estudos sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, a fim de preservar as regras da heterocisnormatividade, oprimindo e disseminando violência a essa população.

Algumas escolas ainda não levam em consideração os casos de LGBTfobia, tendo como algo inofensivo ou apenas uma “brincadeira”. A escola não é lugar de preconceito e algumas leis prevê a promoção de direitos fundamentais para a população LGBTTQIA+, como a Lei Estadual 16.454/10 que institui o dia Dia Estadual de Combate à Homofobia, a ser promovido anualmente no dia 17 de maio. E alguns direitos orientam aos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica, a incluir na matrícula o nome social de travestis e transexuais.

Dentro das escolas, assim como em toda a sociedade os assuntos não podem ser velados, é importante buscar parcerias, promover debates, conversas e atividades sobre diversidade de gênero e sexualidade, vivificar campanhas sobre a LGBTfobia, investir na formação de professores e gestores com a distribuição de materiais informativos, desenvolver projetos educativos sobre a temática, mobilizar toda a comunidade escolar e ter atenção aos casos de discriminação, transformando-os em ganchos para projetos pedagógicos e ser combatidos com firmeza e encarados como violências graves no ambiente escolar.

Quadro 5. Categoria- Racismo nas escolas

Site	Título da reportagem	Data da notícia / reportagem	Link	Resumo da reportagem com ênfase na violação
UOL	“Deixa a pretinha pra lá”: racismo em escola de RJ mostra nosso preconceito	21 abr.2019	https://emdesconstrucao.blogosfera.UOL.com.br/2019/04/21/como-um-caso-de-racismo-na-escola-aponta-o-preconceito-que-existe-em-nos/	Família carioca torna público o racismo sofrido por filha de 7 anos por alunos da mesma classe. Em nota, a escola reforçou o combate ao racismo e reforçará o combate.

O Globo	Caso de racismo em escola privada no Rio leva a discussão sobre necessidade de contratar mais professores negros	15 abr.2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/caso-de-racismo-em-escola-privada-no-rio-leva-discussao-sobre-necessidade-de-contratar-mais-professores-negros-23600547	Após a repercussão do caso em que os pais de uma menina de 7 anos tirou a filha da escola por ser vítima de ataques racistas, a pesquisadora Giovana Xavier, da faculdade de educação da UFRJ, afirma a necessidade de contratar mais professores negros em promoção da diversidade.
O Globo	Música sacra afro-brasileira enfrenta resistência de alunos evangélicos na escola de música da UFRJ	05 set.2019	https://oglobo.globo.com/cultura/musica/musica-sacra-afro-brasileira-enfrenta-resistencia-de-alunos-evangelicos-na-escola-de-musica-da-ufri-23906215	Aluno reage contra estudo proposto das “Toadas de Xangô”. Professores e alunos da escola falam da resistência de educandos que chegam a trancar matérias que tenham repertórios que sejam contra suas convicções religiosas.
UOL	Alunos envolvidos em casos de racismo no colégio do Rio são indiciados	05 jun.2020	https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/05/alunos-envolvidos-em-casos-de-racismo-em-colegio-no-rio-sao-indiciados.htm	Três dos cinco adolescentes foram indiciados após trocarem mensagem de cunho racista no intuito de agredir aluna em escola no Rio de Janeiro.
UOL	Pais de menina negra registram BO após filha ser tampada em foto da escola	24 nov.2020	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/24/pais-de-menina-negra-registram-bo-apos-filha-ser-tampada-em-foto-da-escola.htm	Aluna negra é tampada em foto de uma publicação do colégio onde estuda, deixando amostra apenas as três alunas brancas. Após a exclusão, a menina apresentou comportamento introvertido e tem medo de ficar sozinha. O caso deve ser investigado pela Polícia Civil.
UOL	Estudo: Professor vê aluno negro como agressivo e trata aluno branco com simpatia	23 jul.2019	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/23/estudo-professor-ve-aluno-negro-como-agressivo-e-trata-branco-com-simpatia.htm	Estudo da universidade de Carolina do Norte detectou que professores têm maior predisposição em identificar emoções como raiva e agressividade mais em crianças negras do que em crianças brancas. Isso ajuda a explicar os índices de evasão escolar maior entre negros.
O Globo	Professor de colégio particular de Niterói é vítima de racismo após ofensas de alunos do 7º ano	27 jun.2020	https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/professor-de-colegio-particular-de-niteroi-e-vitima-de-racismo-apos-ofensas-de-aluno-do-7-ano.html	Professor sofre ataques racistas durante aula online para uma turma do 7º ano. A direção do colégio afirma que medidas foram tomadas, mas não informou as consequências ao aluno que cometeu o ato racista.

Racismo é a denominação da discriminação ou preconceito contra indivíduos ou grupos por causa da sua cor ou etnia. No Brasil a longa escravidão dos povos africanos e a abolição da escravidão feita de forma irresponsável que não inseriu as pessoas libertas na educação e muito menos no mercado de trabalho, resultou em um sistema racista de marginalização que perdura até a atualidade.

De acordo com a pesquisadora Ana Cristina Juvenal, 'É na escola que acontecem as primeiras experiências de racismo'. Nesse âmbito, as opressões se manifestam de maneira nítida e explícita ou até mesmo disfarçada. O racismo estrutural também povoa as instituições através das mais diversas discriminações ou a manifestação do preconceito racial através da intolerância religiosa, quando praticada contra religiões de matrizes africanas.

Conforme afirmado por Cavalleiro (2001, p. 7), na escola o racismo se expressa das mais diversas formas: “negação de tradições africanas e afrobrasileira, nossos costumes, negação da nossa filosofia de vida, da nossa posição no mundo [...] da nossa humanidade”.

Para Lima e Vala (2003) “O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento”.

A categoria retrata o preconceito cruel que atinge parcela da população mundial, o racismo na escola consiste na violência baseada em diferenças biológicas e étnicas entre as pessoas. As reportagens revelam a intolerância cultural, racismo estrutural, ataques verbais e físicos.

Vale e Santos (2019) destacam que a linguagem verbal tem um enorme valor na mudança ou manutenção do status quo, pois nenhuma palavra é uma escolha aleatória. Trata-se, portanto, de intenções, representações e crenças culturalmente construídas. Sob esse prisma, não existe neutralidade na linguagem, ainda mais quando sua própria função é formar e informar por meio das mídias.

A visão eurocêntrica a respeito dos indígenas e da população negra era e ainda é, preconceituosa, pois retratam-nos como seres primitivos, inferiores, degenerados e sem alma, herança de uma sociedade escravocrata. Essas representações povoavam o imaginário coletivo que os fortaleciam por meio de diferentes linguagens alegóricas. O resultado é um racismo científico e midiático (VALE e SANTOS, 2019).

A respeito das palavras usadas para retratar, elas são funcionais para a construção da representação que permanecem arraigadas nos discursos sociais em diferentes portadores como jornais, revistas, livros, livros didáticos e nesse último observam-se lentas mudanças como a transformação das terminologias que retratam o período da escravidão – escravos (situando-os como uma condição identitária) para pessoas escravizadas como uma retratação da ocorrência de uma atrocidade histórica.

Assim, a linguagem não é apenas uma comunicação, mas uma forma de comunicação carregada de representações que materializam preconceitos e discriminações – facetas de uma violência também simbólica.

Todo o processo de aprendizagem é permeado por relações raciais, quando não há visibilidade, a compreensão cria distorções na compreensão histórica étnico-racial da sociedade brasileira.

Trabalhar as relações de racismo não é apenas uma questão de interesse, a lei 10.639, aprovada em 2003, prevê a inserção de conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Com isso, é preciso abolir a cultura do eurocentrismo, reconhecendo os diferentes grupos étnicos, dando importância na valorização da diversidade cultural.

Para combater e refletir sobre o racismo na escola, é importante nunca silenciar-se diante de um ato racista, essa escolha reflete não apenas na comprovação de um completo despreparo na prática docente; sobretudo demonstra a convivência com o racismo, o que é intolerável.

Em primeiro lugar, é necessário ter em mente que a escola brasileira faz parte de uma história secular em que as diferenças são pouco valorizadas. As orientações são levar para o dia a dia da sala de aula a variedade de pessoas e ambientes; não se limitar às datas comemorativas, buscando aprofundamento de personalidades históricas e eventos marcantes da história na luta racial, se vertendo em debates sobre cruzamento étnico, religião, geografia e status socioeconômico; recorrer a arte e literatura na exaltação de pessoas negras dentro desse âmbito e também no reconhecimento de histórias e identidades; ensinar sobre justiça social; implementar tarefas sobre racismo e resolução de conflitos.

Quadro 6. Categoria- *Bullying*

Site	Título da reportagem	Data da notícia / reportagem	Link	Resumo da reportagem com ênfase na violação
O Globo	O <i>Bullying</i> no Brasil é duas vezes maior que média internacional.	20 jun.2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/bullying-no-brasil-duas-vezes-maior-que-media-internacional-23752720	Segundo pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as escolas brasileiras são mais suscetíveis ao <i>bullying</i> que escolas internacionais, a falta de políticas públicas agravam o problema.
O Globo	Metade dos docentes e um terço dos alunos dizem ter sofrido violência em escolas de SP	18 dez.2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/metade-dos-docentes-um-terco-dos-alunos-dizem-ter-sofrido-violencia-em-escolas-de-sp-24146207	<i>Bullying</i> e agressões verbais lideram relatos de alunos que sofreram algum tipo de violência dentro das escolas de SP. Dentre os tipos de violência sofridos, professores e alunos ainda relatam: furto, assédio moral e roubo a mão armada.
UOL	Menina de 11 anos sofre bullying de colegas, no RJ, “se mata” diz mensagem.	05 nov.2020	https://noticias.UOL.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/05/menina-de-11-anos-sofre-bullying-na-escola-no-rj-se-mata-diz-mensagem.htm	Grupo de <i>whatsapp</i> vira local de ataque contra criança, feito por colegas de classe, as mensagens de teor ofensivo, pedia para a menina “se matar”. De acordo com os relatos da mãe, não é a primeira vez que a filha sofre <i>bullying</i> desde que chegou à escola.

UOL	Um a cada dois alunos em todo o mundo já foi vítima de <i>bullying</i> .	05 nov.2020	https://www.UOL.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/05/um-em-cada-tres-alunos-em-todo-o-mundo-foi-vitima-de-bullying.htm	<i>Bullying</i> traz consequências arrasadoras para vida escolar de alunos violentados. Durante a quarentena, crianças e jovens mais expostas às redes sociais, foram vítimas de <i>cyberbullying</i> .
UOL	Criança se esconde em banheiro de escola por três dias após sofrer <i>bullying</i> na escola	06 out.2020	https://noticias.UOL.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/10/06/crianca-vitima-de-bullying-se-esconde-em-banheiro-de-escola-por-tres-dias.htm	Pai relata que o filho passou três dias consecutivos escondido no banheiro da escola por sofrer <i>bullying</i> de colegas. O fato que aconteceu na Inglaterra foi descoberto após a escola telefonar para o pai alegando as faltas do menino.
UOL	SP: 29% dos jovens sofreram <i>bullying</i> em 2019 em escolas públicas	03 fev.2020	https://noticias.band.UOL.com.br/noticias/100000982232/sp-29-dos-jovens-sofreram-bullying-em-2019-em-escolas-publicas.html	Pesquisa da faculdade de medicina da universidade de São Paulo revela que houve prevalência nos casos de <i>bullying</i> e violência entre adolescentes que declararam orientação não heterossexual.
UOL	Garoto gay autista se mata após ser alvo de <i>bullying</i> homofóbico	28 fev.2020	https://observatoriog.bol.UOL.com.br/noticias/garoto-gay-autista-se-mata-apos-ser-alvo-de-bullying-homofobico	Adolescente autista de 16 anos tira a própria vida após ser vítima de <i>bullying</i> por ser gay. Em mensagens com um rapaz que mantinha um relacionamento virtual, o jovem constata a violência sofrida na escola.
UOL	Menino de 9 anos que tem nanismo sofre <i>bullying</i> todos os dias na escola: “Eu quero morrer”	20 fev.2020	https://paisefilhos.UOL.com.br/crianca/menino-de-9-anos-que-tem-nanismo-sofre-bullying-todos-os-dias-na-escola-eu-quero-morrer/	“Eu só quero morrer... Eu quero que alguém me mate... Me dá uma faca” afirma criança de 9 anos após sofrer ataques em escola por ter nanismo.
Veja	O cyberbullying avança entre estudantes brasileiros na quarentena	12 ago.2020	https://Veja.abril.com.br/educacao/o-cyberbullying-avanca-entre-estudantes-brasileiros-na-quarentena/	Com a ascensão das redes, o <i>bullying</i> ganha novas configurações: chamado de <i>cyberbullying</i> , a prática avança durante a pandemia. Segundo dados da ONU, um em cada três estudantes confessaram ser vítimas de <i>cyberbullying</i>

Veja	<i>Bullying</i> : uma a cada cinco crianças pensam em suicídio depois da agressão	02 set.2019	https://Veja.abril.com.br/saude/alerta-1-em-cada-5-criancas-pensa-em-suicidio-por-causa-do-bullying/	Levantamento realizado no Reino unido mostra que na faixa dos 11 a 16 anos, pelo menos 17% dos jovens e crianças vítimas de bullying cogitam a idéia de se matar para fugir de agressões. Além disso afirmaram que o problema causa ansiedade com impactos na perda de sono.
Veja	“Meu filho foi agredido porque tem <i>down</i> .”	30 ago.2019	https://Veja.abril.com.br/brasil/meu-filho-foi-agredido-porque-tem-down/	Nelson foi agredido por ter Down, a mãe do aluno inclusive recebeu vídeos onde o filho levava uma pancada na cabeça. Segundo relatos de uma colega de classe, o garoto ainda era constantemente humilhado por alunos da escola.

Fonte: Dados da pesquisa

“*Bully*” significa agressão, e o sufixo “*ing*” refere-se a uma ação contínua. De modo geral, o *bullying* designa atos de violência física, verbal ou psicológica, contínuos, repetitivos com perseguição dos agressores contra as vítimas que são constantemente expostas, ridicularizadas e intimidadas através de apelidos vexatórios e variados quadros de agressão. O *bullying* acontece em diversos locais, mas esse tipo de violência é mais comum no ambiente escolar. Fatores sociológicos e psicológicos indicam que pelo fato das crianças e adolescentes passarem a maior parte do tempo nas escolas, um espaço menor e isolado, os reflexos de uma sociedade violenta e excludente fazem criar um micro-organismo social, reproduzindo a sociedade na escola. As notícias do sexto quadro denunciam e refletem como os padrões e comportamentos ditados pela sociedade são vistos como normas, tendo grupos ou indivíduos dominantes que reafirmam esses padrões, estabelecendo uma regra que é a “normalidade” e impondo que tudo aquilo que fuja deste normal seja visto como inferior e vulnerável aos mais diversos atos violentos. As consequências do *bullying* são degradantes para a vida social e íntima da vítima, se vertendo ao isolamento social com a sensação de não pertencimento a um determinado grupo, queda na autoestima e múltiplos transtornos psíquicos como depressão, crises de ansiedade e síndrome do pânico.

Segundo Priotto e Boneti (2008), o *bullying* é considerado um ato de violência encontrado exclusivamente na escola, e se expressa através de atitudes com o intuito de ofender, ignorar, excluir, ferir e humilhar. O fenômeno tem cada vez mais se estendido fora do âmbito educacional e invadido a vida pessoal das vítimas através da internet.

O quarto tópico traz notícias que relatam não só os tipos de violências cometidos dentro da escola, como também os impactos que o *bullying* traz na vida de crianças e adolescentes. Além do mais, a influência do rápido desenvolvimento das tecnologias de informação, que a cada dia se tornam mais presentes na vida dos educandos, fazendo crescer o chamado *cyberbullying*, acentuando os níveis de violência até mesmo fora do espaço escolar.

Segundo Silva, Santos e Rodrigues (s.a.) a mídia, apesar de revelar casos de *bullying*

mostram que na maioria dos casos as vítimas são expostas e há a ausência de culpabilização dos praticantes. Mais ainda é saber que muitas vezes o agressor é um profissional da educação que deveria, ao invés de cometê-lo, combatê-lo.

Há, de acordo com os autores, um crescimento na cobertura midiática sobre o *bullying*, o que representa também um aumento de casos no cotidiano das escolas. Os desfechos apresentados em grande parte de reportagens são a revitimização do agredido, que fica estigmatizado perante o grupo social, gerando ainda mais sofrimento psíquico e causando graves alterações de comportamento.

A escola que nega a existência do *bullying* está sendo cúmplice de tais violências veladas ou não, cometidas no cotidiano dos discentes, o combate ao *bullying* pode ser manipulado através de prevenção e estratégias de intervenção. A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) sugere conversar com os alunos escutando-os atentamente sobre as reclamações e sugestões, estimulá-los a denúncia dos casos, valorizar suas atitudes em combate às violências, criar regras que estimulem a disciplina na classe e interferir imediatamente nos grupos para quebrar a dinâmica.

As estratégias de intervenções podem estar presentes na capacitação de professores e toda a equipe pedagógica para que identifiquem e lidem com os conflitos. Com isso as vítimas estão amparadas diante das violências recebendo suportes necessários de enfrentamento.

Quadro 7. Categoria- Violência contra professores

Site	Título da reportagem	Data da notícia / reportagem	Link	Resumo da reportagem com ênfase na violação
UOL	A cada dia, ao menos dois professores são agredidos em escolas estaduais em SP	22 ago.2019	https://educacao.UOL.com.br/noticias/2019/08/22/a-cada-dia-ao-menos-2-professores-sao-agredidos-em-escolas-estaduais-em-sp.htm	Em 2018 foram registrados 434 ROEs (Registros de Ocorrência Escolar) referentes a violência física dentro da sala de aula. Em média, são 2,17 agressões físicas por dia letivo contra professores. Em 2019, ano da reportagem, foram registrados só nos meses de fevereiro e março 57 agressões a professores em sala de aula.
UOL	Policia aborba professora durante ocupação na E.E. Professor Lenio Vieira	17 dez.2019	https://noticias.UOL.com.br/videos/?id=policia-aborba-professora-durante-ocupacao-da-ee-professor-lenio-vieria-0402CD19396CCCB96326	Vídeo mostra professora sendo abordada e desrespeitada por um policial durante ocupação em uma escola.
Veja	Aluno ataca professor a facadas em escola municipal de São Paulo	19 set.2019	https://Veja.abril.com.br/brasil/aluno-ataca-professor-a-facadas-em-escola-municipal-de-sao-paulo/	Aluno do 9º ano ataca professor a facadas na unidade do CEU Aricanduva. Após atacar o professor, o adolescente teria desferido golpes de faca contra si mesmo.

O Globo	Metade dos docentes e um terço dos alunos dizem ter sofrido violência em escolas de SP	18 dez.2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/metade-dos-docentes-um-terco-dos-alunos-dizem-ter-sofrido-violencia-em-escolas-de-sp-24146207	Pesquisa envolvendo 700 professores delata que 44% dos docentes já sofreram algum tipo de violência dentro da escola. As agressões verbais são as mais descritas pelos professores.
UOL	Professor agredido vai processar suspeito por tentativa de homicídio	21 nov.2019	https://www.UOL.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/21/professor-agredido-vai-processar-suspeito-por-tentativa-de-homicidio.htm	Professor da Unesp vai processar agressor após golpes de canivete e ser chamado de “macaco”. Para o professor Juarez Xavier, o fato evidencia “um longo caminho ainda a percorrer” pela sociedade no combate à discriminação racial.
UOL	Professor diz ter sido agredido por aluno de 13 anos em escola: “Pesadelo”	31 mai.2019	https://educacao.UOL.com.br/noticias/2019/05/31/professor-diz-ter-sido-agredido-por-aluno-em-escola-estadual-um-pesadelo.htm	Professor de história é agredido em escola da rede estadual de Cravinhos (SP) por aluno de 13 anos. De acordo com a vítima, outros alunos que presenciaram a cena incentivaram a ação com gritos e xingamentos.
UOL	Em SP, 54% dos professores dizem ser sido agredidos por, aponta pesquisa.	19 dez.2019	https://agora.folha.UOL.com.br/sao-paulo/2019/12/em-sp-54-dos-professores-dizem-ser-sido-agredidos-aponta-pesquisa.shtml	De acordo com uma pesquisa realizada com professores de escolas estaduais, mais da metade dos docentes ouvidos foi alvo de agressão. O grau de percepção de violência aos professores também cresceu, de 61% em 2017, passou para 71% até a data da reportagem.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com dados de uma pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ apresentada pelo SINPRO, o Brasil lidera o índice de violência contra professores e segundo levantamento feito pela Globo News em São Paulo, o número de agressões a professores cresceu 73% em 2018 em relação ao ano anterior. Já, dados de uma pesquisa feita pelo sindicato dos professores de São Paulo revelam que mais da metade dos docentes da rede estadual do ensino sofreram algum tipo de violência dentro do âmbito escolar. Defronte aos casos que se tornam cada vez mais expressivos no país, as reportagens abaixo apontam pesquisas e fatos que denunciam as frequentes violências que envolvem professores.

Lima et al.(2016) afirma que as superlotações das salas, avaliar o desempenho dos alunos e

4 Disponível em: [https://sinprogoias.org.br/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contra-professores/#:~:text=O%20Brasil%20lidera%20o%20ranking,%20sobre%20aprendizagem%20\(Talis\).&text=Quando%20perguntados%20se%20j%C3%A1%20sofreram,professores%20brasileiros%20responderam%20que%20sim](https://sinprogoias.org.br/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contra-professores/#:~:text=O%20Brasil%20lidera%20o%20ranking,%20sobre%20aprendizagem%20(Talis).&text=Quando%20perguntados%20se%20j%C3%A1%20sofreram,professores%20brasileiros%20responderam%20que%20sim).

o despreparo dos professores para atuarem em momentos de estresse em sala de aula, contribuem para a vulnerabilidade dos docentes. A violência pode levar a vítima ao desgaste emocional, estresse e descontentamento com sua atividade.

Esse quadro manifesta precariedade e vulnerabilidade dos educadores dentro do seu próprio ambiente do trabalho, tornando-se vítimas constantes de violência física, psicológica, verbal e moral. Além disso, algumas reportagens trazem pesquisas que evidenciam em porcentagens e pesquisas a alta taxa de violência dentro das salas de aulas com docentes como vítimas.

As violências têm ganhado expressividade e assumido diversas formas de expressão, no caso uma das principais vítimas são os professores, e diante de uma rotina de desvalorização, falta de suporte e jornadas exaustivas de trabalho, a violência que pode vir mesmo de maneira nociva, podem ser agravantes o suficiente para gerar sofrimentos e aprisionar as vítimas. É importante proporcionar um ambiente seguro para professores e alunos, através da comunicação aberta, observando as mudanças de comportamentos, favorecendo diálogos em torno do tema, promovendo debates importantes para a sensibilização de alunos, professores e toda a comunidade escolar e promover normas de convivência e empatia mobilizadas para o alcance de todos.

Essas interferências são pregadas aos diversos objetos de violências ocasionadas nas escolas, inclusive contra professores e equipe pedagógica. O agressor, nesses casos sendo a maioria alunos, precisará de muito apoio. É necessário considerar que para as crianças e adolescentes, a escola não é o primeiro espaço de convivência social, e que casos de violências evadem as escolas, estando presente no seu histórico de vida. Antes de se revelar como agressor, o aluno pode ter sido alvo de agressões nas formas de autoritarismo, abandono, falta de afeto ou violência física e psicológica. É preciso diagnosticar e investigar a raiz do problema, muitas das vezes a motivação vem do protagonismo nas demandas mais opressoras em sua jornada social e familiar.

Quadro 8. Categoria - Precariedade no ensino e evasão escolar

Site	Título da reportagem	Data da notícia / reportagem	Link	Resumo da reportagem com ênfase na violação
UOL	Mais de 20% das crianças estão matriculadas em escola sem saneamento	21 nov.2020	https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/11/21/mais-de-20-das-criancas-estao-matriculadas-em-escolas-sem-saneamento.htm	28% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola estudam em estabelecimentos sem acesso a água filtrada, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Nas creches, 21% das crianças até os 3 anos de idade não têm acesso ao serviço básico. Isso acaba acarretando em consequências na vida das crianças, causando impacto na saúde.

UOL	1,5 milhão de crianças sem creches e 11 milhões de analfabetos: os desafios urgentes para o Brasil 'passar de ano' na educação	09 ago.2020	https://noticias.UOL.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/08/09/15-milhao-de-criancas-sem-creches-e-11-milhoes-de-analfabetos-os-desafios-urgentes-para-o-brasil-passar-de-ano-na-educacao.htm	O Plano Nacional da Educação estabelece um conjunto de 20 metas na educação a ser alcançadas por todo o país. Segundo o INEP o alcance está em 76,22%, a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação aponta o descumprimento quase total da lei. Diante do ritmo lento do governo Bolsonaro, o ministério da educação vive quase em paralisia.
UOL	Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil	15 jul.2020	https://www1.folha.UOL.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml	Dos 10 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos que deixaram de frequentar a escola, 71,7% são pretos e pardos. A maioria afirma abandono escolar pela necessidade de trabalhar. Além disso, a faixa de analfabetismo é três vezes maior entre negros. Reflexo da desigualdade e racismo estrutural, o problema começa ainda no ensino fundamental.
UOL	O desafio de manter jovens no ensino médio, principal obstáculo à universalização do ensino.	20 jun.2019	https://noticias.UOL.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/06/20/o-desafio-de-manter-jovens-no-ensino-medio-principal-obstaculo-a-universalizacao-da-educacao.htm	Dados do IBGE dizem que 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos - o equivalente a 1,1 milhão de pessoas - estavam fora da escola em 2018, já na faixa de 6 a 14 anos, a presença é de 99,3%. No entanto, os dados do PNAD educação evidenciam melhora, como no nível do analfabetismo em queda de 7,2%. O Programa de 'busca ativa' tem demonstrado bons resultados para manter jovens na escola.

Fonte: Dados da pesquisa

Dificuldade de acesso, infraestrutura precária, despreparo de professores com baixa remuneração e a vulnerabilidade social são fatores que aprofundam a precariedade no ensino, deixando escancaradas as mazelas no ensino público brasileiro. Como apresentado nos noticiários abaixo, esses problemas sociais acarretam na evasão escolar de centenas de alunos, que abanam as escolas por inúmeros motivos, tendo no eixo do problema os aspectos políticos, sociais e econômicos.

Antes de falar sobre a precariedade no ensino, é preciso analisar diferentes vertentes para compreender o que ocasiona o problema. De acordo com Chizzotti e Casali (2020), a pobreza e as desigualdades são um dos principais problemas que acabam impactando a vida escolar de crianças e adolescentes de famílias mais pobres.

Nery (2009) destaca que a evasão escolar está intimamente relacionada à pobreza e que o trabalho infantil atrapalha no alcance de melhores níveis educacionais.

As desigualdades e a pobreza acentuam os baixos níveis de crianças e adolescentes fora da escola, além disso, os estabelecimentos demonstram uma grande precariedade na parte interna e externa. As deficiências na educação desveladas nos noticiários acima, afirmam por si próprio o reflexo das desigualdades na falta de garantia de um ensino de qualidade para crianças e adolescentes mais pobres.

Muitas vezes a evasão escolar de um aluno não está atrelada dentro de um único problema, como professores, é preciso compreender as barreiras que corroboram no desenvolvimento de um diálogo construtivo, fugindo do caráter dogmático de disciplinamento, criando possibilidades para o desenvolvimento de talentos, a construção de um futuro e a formação de um cidadão crítico e protagonista na sociedade. Mapear pontos fracos da escola, refletir e reavaliar as propostas e métodos pedagógicos, empregar a tecnologia dentro das propostas de ensino, investir na sua capacitação, evitar punições e promover projetos indisciplinados podem ser atitudes cúmplices na aproximação dos alunos à escola. É necessário reunir esforços para encontrar ações que estimulem os discentes na permanência de sua vida escolar, no entanto, para o encontro da solução, as intervenções devem acontecer de maneira conjunta aos pais e responsáveis dos alunos.

Quadro 9. Categoria- Intolerância religiosa na escola e na educação

Site	Título da reportagem	Data da notícia / reportagem	Link	Resumo da reportagem com ênfase na violação
UOL	Bomba em escola Paquistanesa deixa 7 mortos e mais de 80 feridos	27.out.2019	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/bomba-em-escola-paquistanesa-deixa-7-mortos-e-mais-de-80-feridos.shtml	O ataque ocorreu durante um sermão na escola dedicada aos estudos de árabe e do Corão. Embora a violência tenha diminuído no país, houve um aumento nas hostilidades.
UOL	Brasil apoia na OEA proposta que autoriza pais a impor a educação religiosa ou moral aos filhos	21.out.2019	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-apoia-na-oea-proposta-que-autoriza-a-pais-impor-educacao-religiosa-ou-moral-a-filhos.shtml	A Organização dos Estados Americanos apresentou uma proposta que autoriza a autonomia de pais impor educação religiosa ou moral para seus filhos. O texto divulgado abre portas para que pais adotem o ensino domiciliar e impeça crianças de aprender conteúdos como a teoria da evolução.

Fonte: Dados da pesquisa.

A intolerância religiosa é uma realidade que assola diversas comunidades em todo o mundo, atrelada ao racismo, a intolerância religiosa no Brasil acontece em sua maior escala contra religiões de matriz africana. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garante que o Brasil é um país laico, assegurando a igualdade religiosa. No entanto, as predisposições estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, são desrespeitadas, e os noticiários abaixo desvelam como essa violência se desdobra no ambiente escolar.

Antes de reconhecer a presença da intolerância religiosa dentro das escolas, é preciso compreender a raiz do problema, tão latente na sociedade. De acordo com Simões e Salaroli (2017) ela se manifesta “em qualquer lugar ou classe social, a intolerância não obstante torna-se uma perseguição de extrema gravidade e costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação e ações que afrontam o indivíduo que têm em comum certas crenças”.

A manifestação da intolerância religiosa dentro do ambiente escolar se caracteriza através de perseguição a um indivíduo, um grupo ou a toda uma comunidade. Nos noticiários acima se desvelam a perseguição terrorista, além da imposição do ensino religioso seguindo o preceito de inserir no currículo escolar bases ideológicas que vão contra a diversidade religiosa e cultural presente no âmbito educacional, colocando em risco a autonomia dos alunos, invalidando seu livre desenvolvimento pessoal, assegurando aos pais uma tarefa que é da escola e impedindo a perpetuação do conhecimento científico e crítico.

Em 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou como inconstitucional a oferta de ensino religioso em escolas públicas do país na modalidade confessional. O Brasil tem mostrado uma longínqua marca de intolerância religiosa, como mostra algumas das reportagens, a escola é um dos focos centrais para disseminar o preconceito e materializar a discriminação com base na religião (INSTITUTO UNIBANCO, 2017).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar de 2015, humilhações por questão religiosa é quarto motivo de *bullying* e intolerância. Cerca de 4% dos estudantes de 13 a 17 anos disseram ter sido vítima dessa violência (INSTITUTO UNIBANCO, 2017). Embora o relatório não cite quais religiões, fica claro por meio da busca por reportagens que há íntima relação entre intolerância religiosa e racismo. Mas, não é preciso citar diretamente uma determinação para atacá-la. As omissões, invisibilidade ou ainda o cerceamento são violações de direitos humanos, assim como, a valorização de um determinado campo religioso em detrimento de outras minimiza o rol da diversidade e diferenças encontrado no país. Um exemplo é a retração das religiões citadas em livros didáticos - 65% são católicas e evangélicas, 12% orientais, 8% islâmicas, 7% judaicas, 3% espíritas, 3% afro-brasileiras e 2% indígenas.

Outra forma comum de violação de Direitos Humanos no campo da religiosidade é a orientação para realizar determinadas orações no ambiente escolar, músicas de cunho religioso, o direcionamento de pesquisas e trabalhos escolares para uma outra, bem como, o cerceamento de determinadas religiões (INSTITUTO UNIBANCO, 2017).

Mesmo com um país religiosamente diverso, a escola, lugar onde deveria ser valorizado conforme as leis, a pluralidade cultural e o mais, violento e o que mais viola os Direitos Humanos no quesito intolerância religiosa.

As religiões são uma das principais causas de *bullying* nas escolas e os livros didáticos privilegiam a educação religiosa cristã. A questão é de grande relevância, dado o contexto afeta

o bem-estar e aprendizados do aluno. O ensino religioso oferecido não atende o combate à intolerância religiosa nas escolas, ignorando as diversidades religiosas e o pluralismo cultural presente na sociedade brasileira. Diante das afirmativas opressoras que se fazem presentes nas escolas, é fundamental combater a intolerância religiosa e promover a valorização da diversidade.

Ao entender que as religiões são manifestações culturais legítimas, os estudantes podem aprender a conviver com essas diferenças e respeitar a diversidade. O diálogo pode ser uma ferramenta eficaz advinda de uma gestão comprometida com a equidade na promoção de atividades e projetos culturais através da reflexão coletiva. O ensino religioso precisa acontecer de forma transversal às diversas disciplinas integrando as aulas sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conteúdo obrigatório previsto na Lei Federal 10.639, em 2003.

6 A agenda da mídia em questão de violação de Direitos Humanos

Alguns pontos sobre a marcação da Agenda-setting a respeito das violações de Direitos Humanos na escola.

- 1) Embora a mídia apresente notícias sobre os temas, não menciona os fatos como violação de direitos e da dignidade humana ou ainda como direitos humanos. Isso dificulta a construção da ideia de Direitos Humanos como inerente à vida e presente no cotidiano, além de manter ativa a ideia equivocada de que os Direitos Humanos estão voltados à população carcerária, por isso pautar os termos 'direitos humanos', 'dignidade humana' e 'violação de direitos' é fundamental para a construção de uma representação de Direitos Humanos na sociedade.
- 2) A maior parte das notícias não apresentou um desfecho, ou seja, apresentam os fatos e ocorrências, no entanto não retornam para informar os leitores os encaminhamentos. Esse dado é preocupante, pois faz com essa omissão, naturalize a ideia de impunidade.
- 3) Nas notícias que não tiveram desfecho, grande parte trata-se de violência contra professores. Isso pode enredar um dado perigoso sobre a docência como sacerdócio. A ideia de que faz parte do educar sofrer violência por parte dos alunos e em seu ambiente de trabalho.
- 4) Dez notícias tem relação com o neoconservadorismo político crescente a partir de 2017. A agenda conservadora cresceu na pauta da educação a partir das discussões sobre a falácia do termo 'ideologia de gênero' pelo fracassado Projeto Escola Sem Partido no Plano Nacional de Educação. Entre outros movimentos emergentes obscurantistas que ganharam voz na agenda midiática, a eleição de políticos conservadores passou a exigir a naturalização de violências como a misoginia e a LGBTTQIAfobia. O crescimento e avanço dessa pauta nas mídias alavancaram profundas discussões e debates em redes sociais e tornou-se rapidamente uma pauta popular, mesmo que na maioria das vezes marcadas por fakenews, como o caso do kit gay, da associação entre educação em sexualidade com pedofilia e outras ideias discrepantes.

7 Considerações finais

Este trabalho teve como premissa desvelar os tipos de violações dos Direitos Humanos

tratados pela mídia, sua abordagem e como se expressavam essas violências dentro das escolas, tendo como objetivo conhecer paralelamente a linguagem na qual são noticiados.

Pesquisar a cobertura midiática sobre violações dos Direitos Humanos na escola foi uma ferramenta importante para identificarmos como a mídia pode influenciar na fundamentação da opinião pública, principalmente no ambiente escolar onde tudo se polariza, sobretudo, os diversos tipos de violência. Os dados expressivos e as mediações pedagógicas diante dos casos apresentados servem de alerta não apenas aos professores, mas também a comunidade escolar, que deve estar defronte às problemáticas das escolas, mediando seu desempenho como instituição à frente da sociedade e principalmente na vida escolar dos alunos e profissionais que formam uma parcela de vítimas das demandas opressivas nas salas de aula.

Para isso, construiu-se sete categorias mencionadas por temas, enfatizando o tipo de violação a ser mencionada a partir dos 43 noticiários coletados; ponderando o aspecto da educação midiática como auxílio no aprendizado das pessoas dentro de uma visão presente nos modos de saber, viver, sentir e ser. Através dessa constatação é possível compreender como a mídia atua como agente importante no dia a dia das pessoas, e a escola tem papel fundamental de trabalhá-las a fim de respaldar sua importância para verificabilidade dos fatos e utilizá-las como alerta nas constatações de violações dos Direitos Humanos presente nesse âmbito. Sendo assim, tornando a mídia uma ferramenta importante para compreender as vivências das violências mencionadas nesta pesquisa, dentre outras; utilizando-as como subsídio para diversas discussões acerca das categorias e suas representações na sociedade.

Ao longo da pesquisa procurou-se responder quais os tipos de violação dos Direitos Humanos nas escolas, como são noticiados e como essa ferramenta pode ser aplicada na formação do saber em sala de aula.

Conclui-se que através dos veículos de comunicação muitas violações ganham destaque, no entanto algumas categorias com maiores evidências que outras, o que gera uma falha na comunicação invisibilizando pautas de extrema importância para a admissão e compreensão das demandas opressivas que ocorrem em sala de aula. Ressalta-se que a mídia pode ser um instrumento de constatação aos fatos ocorridos no ambiente escolar e que certas violações ainda não são ponderadas neste espaço, acontecendo muita invisibilidade das violências. As notícias analisadas trazem uma linguagem que dialoga com a sociedade e demonstra a proeminência dos fatos, podendo ser utilizadas como ferramentas pedagógicas na formação de gestores, professores e alunos, dando visibilidade não apenas a notícia, mas também destacando e conscientizando o ocorrido dentro do espaço em questão.

Assim, as contribuições dessa pesquisa estão ligadas em três pontos muito importantes, tais como: Desvelar e caracterizar como a mídia pauta as violências expressadas nas escolas, como ela pode ser uma influência direta na formação de professores, alunos e toda a comunidade escolar acerca das violências, dar uma demonstração real através da verificabilidade dos fatos constatados pelas mídias e como essa ferramenta pode servir de subsídio para denunciar, educar e conscientizar sobre as demandas opressivas recorrentes nas escolas.

Agradecimentos

Financiamento PIBIC – UNG-SER - 2021

Referências

- ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKE, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
- ANDI. *Mídia e Direitos Humanos*. UNESCO, 2006.
- BABIUK, Graciele Alves; FACHINI, Flávia Granzoto; SANTOS, Gabriel Nappi. Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento. XI Congresso Nacional de Educação – *EDUCERE*, 2013.
- BARDIN, Laurence. Análise de Comunicação de Massa: o horóscopo de uma revista. In: BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luiz Antonio Reto/Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições70, 2016.
- BARROS FILHO, Clóvis. Agenda-setting e educação. *Comunicação e Educação*, São Paulo, (5), p. 27-33, jan/abr. 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36219/38939>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BRANDI, Daniel. Evolução dos estudos de agendamento: uma explicação sobre a influência da mídia na opinião pública. *Intercom*. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Fortaleza, Ceará, 2017. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0399-2.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BELL, Hooks. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fintes, 2017.
- BOND, Letycia. *Cobertura da mídia sobre feminicídio é inapropriada, mostra relatório*. Agência Brasil, 2019.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, violência e cotidiano. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Reinventar a escola*. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de agendamento ancorada em conceito de Lakatos. *Intertexto*, Porto Alegre, UFRGS, n.31, p.197-214, dez. 2014. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/46390>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- CASTRO, Alex. *Outrofobia: textos militantes*. São Paulo: Publisher Brasil, 2015.
- CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor; In: CAVALLEIRO E. (org) . *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- CHICARINO, Tathiana (Org.). *Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
- CHIZOTTI, Antonio; CASALI, Alípio. Desigualdade, Pobreza e Diferença: Precariedade na Vida Escolar. *Educação e Filosofia*, Uberlândia. v.34, n.70, p.193-222, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/49541/31027>. Acesso em: 05 mai. 2021.

CRUZ, Fabio Souza da. Mídia e Direitos Humanos: tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal. *R. Katál*, Florianópolis, v.14, n.2, jul./dez, p. 182-190, 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. *O projeto reacionário de educação*. Disponível em: < <http://luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

EDGAR, Andrew; SEDWICK, Peter (Orgs.). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. Trad. Marcelo Rollemberg. São Paulo: Contexto, 2003.

GASPAR DE MATOS, Margarida; PEDROSO GONÇALVES, Sónia M. Bullying nas escolas: comportamentos e percepções. *Psicologia, Saúde e Doenças*, v. 10, n.1, p.3-15, 2009.. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36219059001>. Acesso em: 03 mai. 2021.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. *Conceitos essenciais da sociologia*. 2ª. ed. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

INSTITUTO UNIBANCO. Por que estimular a tolerância religiosa no ambiente escolar. *Aprendizagem em foco*, n.33, ago, 2017.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, Dec. 2004.

LIMA, Patrícia Viana Carvalhedo et al. Prevalência e fatores associados à violência contra professores em escolas do ensino médio em Teresina, Piauí, 2016: estudo transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]*. v. 29, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100022>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes não, desiguais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MAIA, Benjamin Perez; COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. *Os desafios e superações na construção coletiva dos Projetos Político-Pedagógico*. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARTINS, J. G. B. A. ; DUQUE, A. N. F. ; NASCIMENTO, J. F. ; MARTINS, M. G. B. A.; ARAGAO, J. A. ; SOUSA, E. A. . Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão. *Temporalidades*, v. 12, p. 681-701, 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Nota técnica n. 11/2017/PFDC/MPF Assunto: Liberdade de expressão artística em face da proteção de crianças e adolescentes*. Disponível em:< <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/direitos-sexuais-e-reprodutivos/nota-tecnica-liberdade-artistica-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em 15 fev. 2020.

MORAES, Silvia Piedade de. Atentado à democratização da educação: A falácia do projeto escola sem partido. *Revista Educação UNG/SER*, 13(1), 162-177, 2018. Disponível em: < <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/3373/2496>>. Avesso em: 20 fev. 2019.

MORAES, Silvia Piedade de. Vozes silenciadas: a questão LGBTTQI, a teoria Queer e a democratização da educação. In: DICKMANN, Ivanio (Org.). *Vozes da Educação* [vol. III]. São Paulo: Dialogar, 2018.

- MORAES, Fabiana. A subjetivação como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. In: MAIA, Marta; PASSOS, Mateus Yuri (Orgs.). *Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes*. Col. Acadêmica. Santa Cruz do Sul: Editora Catarse, 2020. E-book.
- NERI, Marcelo. *Motivos da evasão escolar*. [s.a] Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1166/1789.pdf?seq>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- PALMA PRIOTTO, Elis; WESSLER BONETI, Lindomar. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Revista Diálogo Educacional*, vol. 9, no. 26, 2009, p.161-179. Disponível em: Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189115658012>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- PERLINGEIRO, Ricardo; DIAZ, Ivonne; LIANI, Milena. Princípios sobre o direito de acesso à informação oficial na América Latina. *Rev. Investig. Const.*, Curitiba , v. 3, n. 2, p. 143-197, Aug. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392016000200143&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Apr. 2021.
- ROSSATO, Cesar; GESSER, Veronica. A experiência da branquitude diante dos conflitos raciais: estudos e realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.) *Racismo e anti-racismo na escola: repensando a educação*. 3 ed. São Paulo: Edições Selo Negro, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SILVA, Wilson Honório. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Editora Sudermann, 2016.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio ou notícias de uma guerra particular: os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, Jackeline Rodrigues da; SANTOS, Vilmar Lemos dos; RODRIGUES, Renata Vilela. *O discurso sobre o bullying na mídia e os impactos no desenvolvimento infantil*. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- SIMÕES, Anélia dos Santos Marvila; SALAROLI, Tatiane Pereira. O retrato da intolerância religiosa no Brasil e os meios de combatê-la. *Revista Unitas*,v.5, n.2 (n. especial), 2017.
- VALE, Rosiney Aparecida Lopes da; SANTOS, Gabriel Gustavo dos. Racismo na educação escolar: discursos que ferem. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.57, n.54, out./dez., p.1-23, 2019.
- VELOSO, Sainy C. B. Mídia-escola: ação e resposta ao mundo globalizado em que vivemos. *Revista da UniCeub*. Disponível em: <https://publicacoes.uniceub.br/face/article/download/49/100>. Acesso em: 03 mai. 2021.

NÚMEROS IRRACIONAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO SOBRE O DIAGNÓSTICO DA APRENDIZAGEM DE NÚMEROS IRRACIONAIS E SEU ENSINO

IRRATIONAL NUMBERS IN BASIC EDUCATION: AN EXPLANATORY STUDY ON THE DIAGNOSIS OF LEARNING IRRATIONAL NUMBERS AND ITS TEACHING

Rafael Barros

Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil. E-mail: rafaelprof2018@gmail.com

Valdilene Araújo

Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil. E-mail: lenemaximus@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.95>

Recebido em: 14.03.2021

Aceito em: 28.03.2021

Resumo: Esse artigo apresenta um estudo sobre o ensino e aprendizagem de Números irracionais na Educação Básica, que partiu de um diagnóstico sobre aspectos ligados ao ensino e a aprendizagem gerada por este assunto em alunos. Inicialmente formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais os aspectos que explicam a pouca aprendizagem de Números Irracionais no Ensino Básico? Este foi o direcionamento, que esse trabalho orientou-se para realizar esta pesquisa, cujo objetivo adotado foi realizar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem de Números Irracionais conforme a concepção discente. Para isso, realizou-se uma pesquisa de cunho diagnóstico, a qual ocorreu por meio de um formulário e um teste aplicado a 83 alunos egressos dos 8º e 9º anos de uma escola pública de Belém-PA (alunos do 1º ano do Ensino Médio) para coletar dados que ajudassem a conhecer como se encontra a aprendizagem do assunto referido e algumas informações sobre como o ensino dele ocorreu. Utilizou-se importantes referências como Brasil (2017), Brasil (1998), Pommer (2012). Diante dos resultados, notou-se que embora a maioria dos alunos tenha declarado já haver estudado números irracionais o desempenho deles foi muito baixo, além do mais o ensino desse assunto ocorreu por abordagem tradicional, com isso buscou-se as possíveis causas para esse fato, levando a concluir que existem vários problemas ligados a aspectos epistemológicos do assunto de Números Irracionais que fazem professores seguir caminhos no ensino que podem gerar uma aprendizagem falha: aula com superficialidade e pouco aprofundamento ou aula com muito aprofundamento sem ser superficial.

Palavras-chave: Educação Matemática. Ensino de Números Irracionais. Aprendizagem de Números Irracionais.

Abstract: This article presents a study on the teaching and learning of irrational numbers in Basic Education, this article is a diagnosis of the characteristics of teaching and its learning in students. Initially, we are asked the research question: what are the aspects that explain the little learning of Irrational Numbers in Basic Education? The objective of this research was to carry out a diagnosis of the teaching and learning process of Irrational Numbers according to the students' opinion. We carried out a diagnostic survey, with a form and a test applied to 83 1st year high school students from a public school in Belém-PA to collect data, to know how



is learning Irrational Numbers and some information about how to teach Irrational Numbers. Important references such as Brazil (2017), Brazil (1998), Pommer (2012) were used. We noticed that most students had already studied irrational numbers, but the performance of these students was very low, the teaching of this subject took place through a traditional approach. We investigated the possible causes for this fact, and we concluded that there are several problems related to epistemological aspects of the subject of Irrational Numbers that make teachers follow paths in teaching that can form bad learning: simple class or very formal class.

Keywords: *Mathematics Education. Teaching Irrational Numbers. Learning Irrational Numbers.*

1 Introdução

Esse artigo apresenta um estudo sobre o ensino e aprendizagem de Números irracionais na Educação Básica, que partiu de um diagnóstico sobre aspectos ligados ao ensino e a aprendizagem gerada por este assunto em alunos.

Para Cardoso (2018), as pesquisas na área de Educação Matemática que discutem o ensino e aprendizagem dos Números Irracionais mostram que muitos alunos passam por várias etapas de escolarização e ainda não conseguem compreender de maneira adequada este conceito. Diante dessa situação preocupante que tem se encontrado a aprendizagem de Números Irracionais, com a qual muitos estudos investigados expõem, cogitou-se a possibilidade de haver influência de fatores ligados ao ensino, desse modo, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais os aspectos ligados ao ensino que explicam a pouca aprendizagem de Números Irracionais no Ensino Básico?

Este foi o direcionamento, que esse trabalho orientou-se para realizar esta pesquisa, cujo objetivo foi realizar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem de Números Irracionais conforme a concepção discente.

Este artigo foi dividido em 6 seções, sendo a 1ª seção composta pela introdução que apresenta o objeto de estudo, justificativa e objetivo. Na 2ª seção foi explicado como o assunto de Números Irracionais se apresenta no currículo do Ensino Básico.

Na 3ª seção é explicada todos os procedimentos metodológicos que este trabalho se direcionou para alcançar o objetivo. Na 4ª seção são apresentados os resultados obtidos com coletada de dados. Na 5ª seção é discutido sobre os resultados obtidos, de modo a buscar possíveis aspectos presentes no ensino que podem ter causado a aprendizagem com a qual os alunos participantes da pesquisa apresentavam. Por fim, na 6ª seção foram feitas as considerações finais sobre as conclusões desta pesquisa.

2 Aspectos curriculares

Nessa seção, é explicado como o assunto de Números Irracionais é abordado no currículo do Ensino Básico. Esse texto foi construído para se compreender em qual contexto curricular esse assunto se localiza, para entender em que fase o estudo diagnóstico desta pesquisa se conecta.

O ensino de Números Irracionais é, segundo Pommer (2012), algo muito importante no âmbito da educação básica, não somente pela compreensão proporcionada desse assunto, como também pelo fato dele estar envolvido pela ideia fundamental de infinito e de aproximação. Isso constitui uma motivação para que este assunto se apresente no currículo do Ensino Básico.

Este assunto ocupa uma posição notável no currículo definido pela Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) no 9º ano do Ensino Fundamental, onde, as habilidades que tratam diretamente desse assunto são:

(EF09MA01) Reconhecer que, uma vez fixada uma unidade de comprimento, existem segmentos de reta cujo comprimento não é expresso por número racional (como as medidas de diagonais de um polígono e alturas de um triângulo, quando se toma a medida de cada lado como unidade)

(EF09MA02) Reconhecer um número irracional como um número real cuja representação decimal é infinita e não periódica, e estimar a localização de alguns deles na reta numérica (BRASIL, 2017, p.316).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a aprendizagem de Números Irracionais no Ensino Fundamental deve ser construído no 4º ciclo (8º e 9º anos) a partir das habilidades seguintes:

- Reconhecer que existem números que não são racionais.
- Resolver situações-problema envolvendo números irracionais, ampliando e consolidando os significados da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
- Selecionar e utilizar diferentes procedimentos de cálculo com números irracionais (BRASIL, 1998, p. 81).

Além dos documentos curriculares da BNCC e PCN mencionados anteriormente, pode-se observar outro também muito importante, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) cujas habilidades avaliadas (descritores) que se aproximam do conhecimento de Números Irracionais são “D11-Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações”; “D27-Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais” (BRASIL, 2001, p. 17-18). Nesses descritores, não há uma presença explícita de Números Irracionais, mas que guardam possibilidades de se abordar estes números.

Para sintetizar as informações curriculares dos documentos mencionados anteriormente, tem-se o quadro 1.

Quadro 1 – Habilidades requisitadas em grades curriculares

Documentos Curriculares	Habilidades que abordam ao assunto de Números Irracionais
BNCC	(9 ano Ensino Fundamental) - (EF09MA01) Reconhecer que, uma vez fixada uma unidade de comprimento, existem segmentos de reta cujo comprimento não é expresso por número racional (como as medidas de diagonais de um polígono e alturas de um triângulo, quando se toma a medida de cada lado como unidade). - (EF09MA02) Reconhecer um número irracional como um número real cuja representação decimal é infinita e não periódica, e estimar a localização de alguns deles na reta numérica.
PCN	(4º ciclo referente ao 8º e 9º anos do Ensino Fundamental) - Reconhecer que existem números que não são racionais. - Resolver situações-problema envolvendo números irracionais, ampliando e consolidando os significados da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. - Selecionar e utilizar diferentes procedimentos de cálculo com números irracionais.
SAEB*	(9 ano Ensino Fundamental) - D11-Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações. - D27-Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais.

* Neste documento alguns tópicos do assunto de números irracionais são citados de modo implícito.

As habilidades desse assunto são fundamentais para alunos que ingressam no Ensino Médio, pois muitos assuntos demandam do uso de números irracionais para realização de cálculos. Segundo Brasil (1998), é no Ensino Médio que a noção/ideia de Números Irracionais vai se consolidar. Assim as habilidades deste assunto citadas na BNCC e PCN são pré-requisitos intrínsecos para o aprendizado de outros assuntos ao longo dessa etapa.

3 Metodologia

Este trabalho é uma pesquisa explicativa de cunho diagnóstico, que coletou informações de 83 alunos egressos dos 8º e 9º anos de uma escola pública (alunos do 1º ano do Ensino Médio), que ajudassem a conhecer como se encontra a aprendizagem de Números Irracionais e, com isso, auxiliar na investigação proposta no objetivo deste trabalho.

Os instrumentos de coleta de dados usados nessa pesquisa foram um formulário (ver apêndice A) com 3 perguntas requerendo informações curriculares e metodológicas do ensino de Números Irracionais conforme a concepção dos alunos investigados e também um teste de verificação (ver apêndice B) contendo 3 questões para diagnosticar a aprendizagem de números irracionais.

Previamente foi requisitada, no ano de 2019, a uma escola da rede pública estadual de ensino localizada em Belém, que tivesse Ensino Médio, para aplicar os instrumentos de coletas dedados com alunos egressos do Ensino Fundamental, onde após a aprovação do professor de matemática, da coordenação e do diretor em ceder três turmas de alunos do 1º ano do Ensino Médio, foi aplicado o formulário e, após isso, o teste. A quantidade de alunos que quiseram participar da pesquisa foram 83.

Com os formulários e testes preenchidos, foi desenvolvido a tabulação dos dados obtidos, de modo, que utilizou-se o programa Microsoft Excel, como ferramenta de construção de gráficos. Diante disso, foi possível diagnosticar o ensino e aprendizagem dos alunos, sobre Números Irracionais, com base na análise dos dados tabulados e das relações desses dados com outros trabalhos.

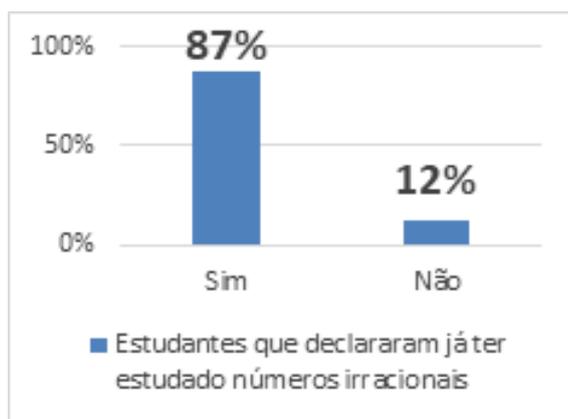
4 Resultados

Nesta seção são apresentados os dados obtidos com o preenchimento dos alunos no formulário e no teste de verificação.

4.1 Resultados do formulário

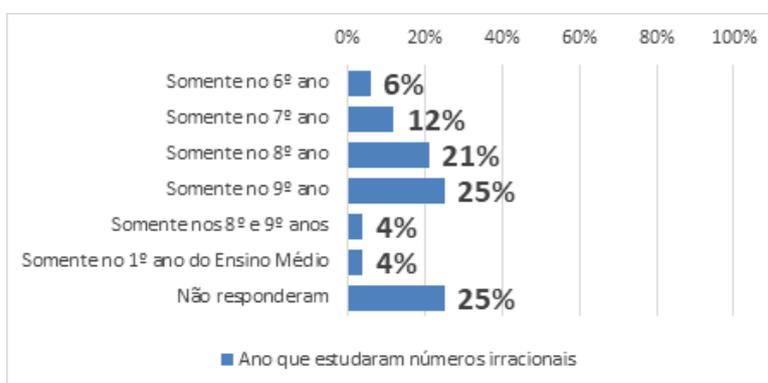
Nas questões 1 e 2, indicadas no formulário, respectivamente, como “Você já estudou Números Irracionais?” e “Se você na questão acima respondeu sim, diga em qual ano/ série?”, obteve-se os dados apresentados nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Porcentagem dos alunos que declararam já terem estudado Números Irracionais



Fonte: Autor (2021).

Gráfico 2 – Ano em que os alunos declararam terem estudado Números Irracionais



Fonte: Autor (2021).

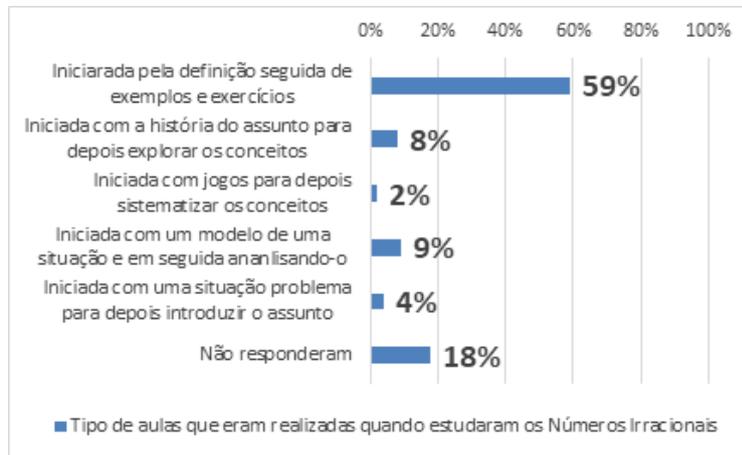
De acordo com os gráficos 1 e 2, percebe-se que a maioria dos discentes haviam estudado os Números Irracionais, sendo que, em destaque no gráfico temos que 21% dos alunos haviam estudado esse assunto no 8º ano, 25% haviam estudado no 9º ano e 4% no 8º e 9º anos. Assim, a maioria tinha estudado nos 8º ou 9º anos (um desses anos ou ambos) do Ensino Fundamental. Essa informação está de acordo com o PCN, que cita os Números Irracionais como fazendo parte do quarto ciclo (8º e 9º anos), já na BNCC este assunto se encontra somente no 9º ano.

Diante do fato desse assunto geralmente se apresentar na grade curricular do 8º ou 9º anos, torna-se improvável, mas não impossível, que os alunos que declararam ter estudado no somente no 6º ou somente no 7º anos, realmente tenham estudado nessas etapas.

Também é possível notar que embora 12% dos alunos, conforme o gráfico 1, tenham declarado que já haviam estudado Números Irracionais, cerca de 25% não responderam sobre qual etapa haviam estudado esse assunto, de acordo com o gráfico 2. Isso foi algo incomum, pois a previsão era que fossem os 12% dos alunos que declaram não terem estudado esse assunto, entretanto houve um aumento de 13% nessa previsão (chegando em 25%). Conforme muitos deles, isso ocorreu porque não se lembravam e por isso não responderam. Vale enfatizar que os mesmos 12% que indicaram não ter estudado números irracionais foram direcionados a fazer as demais questões do formulário, bem como do teste, pois embora achassem que não estudaram este assunto, podiam se lembrar de algum aspecto familiar sobre o mesmo que evidenciasse que realmente estudaram.

Na questão 3 do formulário foi requerido que os alunos que lembrassem de já ter estudado os Números Irracionais, que indicassem como foi abordado o ensino deste assunto na escola. Obteve-se como resultados, as informações sintetizadas no gráfico 3.

Gráfico 3 – Tipo das aulas realizadas quando estudaram os Números Irracionais (questão 3)



Fonte: Autor (2021).

A partir da leitura do gráfico 3, pode-se compreender que o ensino sobre o assunto em questão aplicado à maioria dos alunos (59%) segue o tipo tradicional de ensino, que trata de aulas que seguem a organização: definição, exemplos e exercícios (nessa ordem). Em contrapartida, houve uma porcentagem muito baixa de alunos que indicaram terem estudado Números Irracionais com aulas que seguem outras abordagens diferentes da abordagem tradicional como Aulas que iniciam com situação problema, Aulas que abordem história da matemática, Aulas que utilizem jogos e Aulas que iniciam de um modelo de situação.

Uma parcela de 18% dos alunos não respondeu essa questão, os quais eram os 12% dos alunos que declaram não ter estudado o assunto e 6% que corresponde aos que não se lembravam da forma com que foram ensinados.

Em meio às informações preenchidas pelos alunos nas questões do formulário, se compreendeu que na amostra de alunos, a maioria dos alunos já havia estudado o assunto de números irracionais, sendo este estudo concentrado nas etapas 8º e 9º anos, além disso, as aulas de matemática voltadas a este assunto, para a maioria dos alunos, assumiram um abordagem tradicional de ensino. Diante destas compreensões, foi possível conhecer algumas características importantes sobre o ensino de números irracionais na amostra escolhida e que pode ou não se assemelhar a outros alunos.

A próxima subseção apresenta os resultados do teste, referente ao que há de conhecimento retido pelos participantes sobre o assunto, assim é possível compreender agora características sobre a aprendizagem de números irracionais dos participantes.

4.2 Resultados do teste

A aplicação do teste ajudou a verificar se os alunos realmente conheciam, ou não, o conceito de número irracional e outros tópicos desse assunto. Ele foi aplicado a todos os alunos, até mesmo aos que declararam não ter estudado o assunto Números Irracionais, pois havia a possibilidade de alguns já terem estudado alguns conceitos de irracionais, mas não lembrassem

que estudaram. E, de fato, essa possibilidade realmente ocorreu, ao ver nos resultados, pois alguns desses alunos acertaram mais de uma questão do teste.

O teste referido, que se encontra no apêndice A, continha 4 questões, sendo todas discursivas. A tabulação dos dados obtidos na aplicação do teste está apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Resultado do Teste

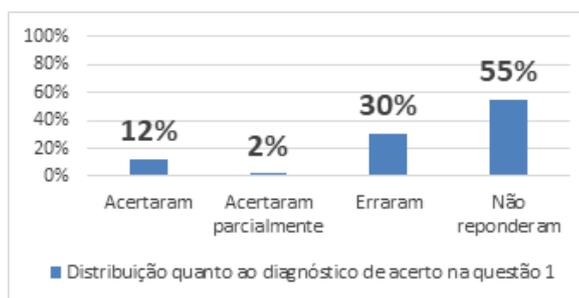
Questões	Acertaram	Acertaram parcialmente	Erraram	Não responderam
1ª Questão	10	2	25	46
2ª Questão	5	1	23	54
3ª Questão	4	0	11	68

Fonte: Autor (2021).

O resultado do teste, como pode ser visto no quadro 2, mostra um baixo desempenho. A quantidade de acertos foi baixa, de modo que em nenhuma questão a contagem de acertos superou, pelo menos, metade da amostra, mesmo que a maioria tenha declarado no formulário que haviam estudado esse assunto. Em contrapartida, a maioria não respondeu as questões, o que mostra que o conhecimento sobre números irracionais havia pouco ou nenhum significado a eles.

Ao analisar a 1ª questão cujas possíveis respostas esperadas poderiam ser várias que evidenciassem a noção de número irracional como sendo um número decimal que não pode ser escrito como fração, ou um número que não é exato e não periódico, ou algo semelhante a isto. O gráfico 4 apresenta os resultados em porcentagem das respostas escritas pelos alunos nessa questão.

Gráfico 4 - 1ª questão do teste referente ao conhecimento sobre conceito de números irracionais

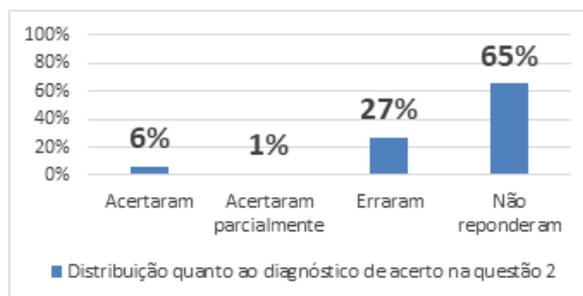


Fonte: Autor (2021).

Segundo o gráfico 4, apenas 12% dos alunos responderam corretamente. A percepção deste dado é algo preocupante, pois trata de uma questão que requer o entendimento conceitual do assunto, que é saber o que são os números irracionais. Uma parcela de 30% respondeu incorretamente, o que indica que tinham uma noção do poderia ser esse número, embora essa noção fosse equivocada. Uma porcentagem de destaque foi os 55% que não responderam essa questão, o que indica possivelmente que a maioria dos alunos ou não se lembravam do conceito de número irracional ou se lembravam, mas não sabiam expressar em palavras a resposta para essa questão. Porém esta última possibilidade foi descartada diante dos resultados da questão 2, que requeria uma resposta relativamente mais fácil que era exemplificação.

A questão 2 requeria que os alunos citassem um exemplo de número irracional. Esperava-se que nesta questão os alunos tivessem um maior desempenho, pois embora a maioria não tivesse conhecimentos sobre como conceituar número irracional, talvez pelo menos alguns exemplos poderiam ser lembrados por eles. Obteve-se os resultados apresentados no gráfico 5.

Gráfico 5 - 2ª questão do teste referente ao conhecimento de exemplos de números irracionais

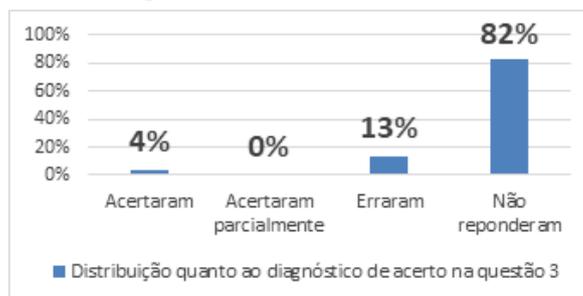


Fonte: Autor (2021).

Como pôde-se perceber nos resultados apresentados no gráfico 5, apenas 6% acertaram essa questão, sendo que a maioria (65%) nem respondeu por não lembrar dos exemplos desse tipo de número. Vê-se que 27% erraram essa questão, o que significa que a ideia de irracional para estes era equivocada.

Na questão 3 foi requerido que os alunos lembrassem que existe uma relação entre o comprimento da circunferência (C) e seu diâmetro (d), cuja razão é igual ao número irracional e também, que dissessem alguma aproximação de seu valor, como 3; ou 3,14; ou 3,1415; etc. Os resultados dessa questão estão tabulados no gráfico 6.

Gráfico 6 - 3ª questão do teste referente ao conhecimento sobre



Fonte: Autor (2021).

Como se vê nos resultados desta questão, conforme o gráfico 6, houve um baixo desempenho de acertos de 4%, menor até que das anteriores. Em contrapartida uma maior porcentagem de alunos que não responderam (82%) se comparada às questões anteriores. Isso mostra que nem ao menos saber o era o número era conhecido pela maioria deles.

5 Discussão dos resultados

De um modo geral, analisando os resultados, vê-se que os alunos tiveram pouco desempenho nas questões, até mesmo na 1ª que requer conhecimento conceitual de número irracional e também na 2ª que pede um exemplo. Essa situação de baixo desempenho é evidenciada em um fato apresentado no PCN, que expõe que apesar desse assunto ocupar um razoável espaço no currículo do quarto ciclo (8º e 9º anos), o ensino de Números Irracionais tem

contribuído pouco, para que os alunos desenvolvam seu conceito (BRASIL, 1998, p.106). O PCN também cita outro agravante, o formalismo matemático desse assunto que ao ser vinculado ao ensino pode dificultar a aprendizagem.

O referencial citado anteriormente tratou sobre o caminho com a qual ocorre o ensino de Números Irracionais, que quando se vincula ao formalismo matemático pode se tornar inadequado para o aprendizado, porém Broetto e Wagner (2019) argumentam que o problema do ensino deste assunto na Educação Básica está no fato de que ele ser tratado com superficialidade e pouco aprofundamento em seu conceito, ocorrendo basicamente por meio de exemplos.

A partir dos referenciais citados anteriormente nessa seção, diante das características epistemológicas do assunto de Números Irracionais, existe uma notável problematização sobre o ensino deste assunto referente a dois caminhos bastante utilizados por professores no ensino deste assunto:

- O professor vincula o ensino deste assunto ao formalismo matemático que este possui o que pode dificultar a aprendizagem.
- O professor trata o ensino de números irracionais com superficialidade sem aprofundar este assunto, o que também pode dificultar a aprendizagem.

Assim, denota-se um problema em como este assunto é abordado, pois se o caminho que ocorrer esse ensino não tratar com cuidado a questão do aprofundamento e da superficialidade pode contribuir pouco para gerar um aprendizado adequado. Este fato pode ser evidenciado pelos resultados apresentados na seção anterior, que indicam que embora os alunos da amostra tenham declarado que já tinham estudado o assunto de Números Irracionais, tiveram um baixo desempenho no teste.

Diante disso, percebe-se a necessidade de se traçar um caminho didático que saiba lidar sem se aprofundamento muito no conhecimento de Números Irracionais, mas sem ser muito superficial. Nesse sentido, percebe-se que ao ensinar tal assunto exige um cuidadoso planejamento, algo pode ter ocorrido de forma inadequada com os alunos da amostra, pois a maioria indicou no formulário que as aulas sobre Números Irracionais seguiam o tipo tradicional de ensino, que trata de aulas organizadas pela: definição, exemplos e exercícios (nessa ordem).

Esse tipo de caminho didático pode ser inadequado quando se trata de um assunto como Números Irracionais, cujas características do assunto podem dificultar a aprendizagem dele próprio pelos alunos. Conforme o PCN “[...] contribui para as dificuldades na aprendizagem dos irracionais a inexistência de modelos materiais que exemplifiquem os irracionais. [...] a ideia de número irracional, nessa fase do aprendizado, não é seguramente intuitiva” (BRASIL, 1998, p.106).

Assim, acredita-se que o caminho no qual foi ensinado o assunto referido aos alunos da amostra, pode não ter sido adequado para que eles tivessem uma aprendizagem adequada, o que explica o baixo desempenho no teste.

Nesse sentido, é necessário que o professor da Educação Básica venha refletir o seu ato pedagógico, rever técnicas de ensino, sugerir metodologias e dinâmicas que possam auxiliar na tarefa docente, especialmente quando se trata de assuntos como Números Irracionais que, conforme os resultados dessa pesquisa e de acordo com documentos educacionais como o PCN, trata de um assunto que merece muito cuidado quando se ensina, diante das possibilidades de

provocar uma aprendizagem fragilizada.

5 Considerações finais

Esse trabalho trata de uma pesquisa de cunho diagnóstico que teve o objetivo de realizar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem de Números Irracionais conforme a concepção discente. Para isso, aplicaram-se um formulário e um teste a 83 alunos egressos do 8º e 9º anos de uma escola pública de Belém do Pará, especificamente alunos do 1º ano do Ensino Médio, para coletar dados que ajudassem a conhecer como se encontra a aprendizagem do assunto referido.

Diante dos resultados, percebeu-se que os alunos da amostra tiveram um desempenho muito baixo no assunto de Números Irracionais, revelando grande desconhecimento sobre o conceito, exemplos e aplicações, além disso, o ensino de quando este assunto foi trabalhado, conforme os participantes, qualifica-se como tradicional.

Na tentativa de buscar explicações que esses resultados, notou-se que dadas às características epistemológicas do assunto de Números Irracionais, existe uma notável problematização sobre o ensino deste assunto referente a dois caminhos bastante utilizados por professores no ensino deste assunto: aula com superficialidade e pouco aprofundamento ou com muito aprofundamento sem ser superficial. Ambos podem gerar uma aprendizagem falha, e podem explicar o desempenho baixo dos alunos investigados, já que a maioria deles declarou que as aulas sobre esse assunto seguiram o tipo tradicional (definição, exemplos e exercícios).

Quanto à questão de pesquisa, diante dos resultados obtidos, acredita-se ter levantado informações ligadas ao ensino de Números Irracionais que explicam a pouca aprendizagem deste assunto no Ensino Básico. Essas informações não só caracterizam a forma de ensinar, mas também explicam algumas motivações epistemológicas do próprio assunto, as quais interferem no ensino, bem como na aprendizagem.

De modo nenhum, os resultados caracterizam generalizadamente os ensinamentos que ocorrem desse assunto, mas revela e explica as motivações que geram uma aprendizagem falha e ressalta a necessidade de um planejamento rigoroso quando se ensina Números Irracionais.

Referências

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Matriz de Referência de Matemática do Saeb: Temas e seus Descritores. 2001. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/matriz_de_referencia_de_lingua_portuguesa_e_matematica_do_saeb.pdf. Acesso em: 13 de fev. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_-versaofinal.pdf. Acesso em: 13 de abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação e Tecnologia do Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília: SEF/MEC, 1998. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/parametros-curriculares-nacionais-matematica-pref-piracicaba>.

pdf. Acesso em 12 de Abr 2019

BROETTO, G. C.; WAGNER V. M. P. S. O Ensino de Números Irracionais na Educação Básica e na Licenciatura em Matemática: um círculo vicioso está em curso? **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 33, n. 64, p. 728-747, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/MtpgMFQwZXKxQVWffL9hDCG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 de Abr. de 2019.

CARDOSO, Jennifer Caroline Maia. **Números Irracionais e Tecnologias da Informação e Comunicação**: Possibilidades de Encontro. 2019. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei – MG, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/comat/Jennifer.pdf>. Acesso em 10 de Abr. de 2019.

POMMER, W. M. **A construção de significados dos Números Irracionais no ensino básico**: Uma proposta de abordagem envolvendo os eixos constituintes dos Números Reais. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/296483268_A_construcao_de_significados_dos_Numeros_Irracionais_no_ensino_basico_Uma_proposta_de_abordagem_envolvendo_os_eixos_constituientes_dos_Numeros_Reais. Acesso em 21 de Abr. de 2019.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O PAPEL DO EDUCADOR NESSE PROCESSO

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O PAPEL DO EDUCADOR NESSE PROCESSO

Rodi Narciso

Faculdade Venda Nova do Imigrante, Sinop, MT, Brasil. E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

Catyane Roberta Hautb

Prefeitura Municipal de Sinop, Sinop, MT, Brasil. E-mail: catyhauth@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.96>

Recebido em: 17.03.2021

Aceito em: 31.03.2021

Resumo: O trabalho em questão terá como culminância, evidenciar questões acerca da alfabetização e o letramento, discutindo práticas sobre o processo de aquisição das mesmas no contexto de Ensino Fundamental, amiúde sua importância para o pleno desenvolver da vida acadêmica e social de nosso alunado. Assim sendo, elencar-se-ão temáticas como: “Alfabetização e letramento”, “O que é letramento”, “A Importância da leitura e escrita e o papel do professor neste processo”. Caracterizado como pesquisa bibliográfica, a mesma discorre sobre um breve apanhado histórico, distinções entre Alfabetização x Letramento e seus respectivos conceitos, bem como sua importância no desenvolvimento da leitura e da escrita. Concluindo desta forma com a importância do método escolhido para alfabetizar e o quão importante é o papel que o letramento desempenha para erradicar o analfabetismo funcional. Para sedimentar as discussões aqui trazidas, foram consideradas leituras sobre os PCN’s - Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, assim como estudos de pesquisadores na área.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Analfabetismo.

Abstract: *The work in question will have its culmination, highlighting issues relevant to literacy and alphabetization, discussing practices about the process of reading and writing in elementary school, as well as the importance of this process for the social and educational life of the student. To this end, the following topics will be listed: “Literacy and literacy”, “What is literacy”, “The Importance of reading and writing and the teacher’s job in this process”. It is a bibliographical research that discusses the historical overview, distinctions between LITERACY and Alphabetization and its respective concepts, as well as its importance in the development of reading and writing. Concluding in this way with the importance of the method chosen for literacy and how important is the role that literacy plays in eradicating functional illiteracy. To consolidate the discussions, readings were taken on the PCN’s - National Curricular Parameters of the Portuguese Language, as well as studies of researchers in the area.*

Keywords: *Literacy; Written; Alphabetization.*



1 Introdução

Esse trabalho ancorou-se no objetivo de expor reflexões acerca do processo de alfabetização e letramento, como ocorrem. Foram abordados os conceitos de alfabetização e letramento, evidenciando as divergências entre estes no processo de aquisição da escrita e leitura sistematizada, assim como o processo de letramento trabalhado em conjunto à alfabetização.

É indubitável a relevância que a leitura e a escrita letrada exercem na sociedade, fato este que tem levado profissionais das mais diferentes áreas da educação a tentar compreender o processo de aquisição das mesmas.

Diversos estudos revelaram que o percurso percorrido na alfabetização e letramento dizem respeito à relações político-pedagógicas entre os conceitos supracitados. Para tanto este estudo ancorou-se em autores como Pacheco (1997); Andrade (2000); Soares (2003); Garcia, (2004); Goulart (2014); Zamignan (2014), dentre outros.

Deste modo, obteve-se a possibilidade de refletir a respeito das possibilidades de intervenção pedagógica no decorrer do processo de aquisição da lingual verbal escrita. Este que se encontra intrinsecamente ligado à cidadania, quando incorporado à condição letrada. (GOULART, 2014)

Por intermédio da procura por metodologias que atendam as especificidades do processo de alfabetização, surge o conceito de letramento, que na década de 1980, ganha notoriedade no cenário acadêmico através dos estudos de Soares (1998) e Kleiman (1995). De maneira geral, pode-se compreender que tal conceito emerge para evidenciar a importância do processo de alfabetização. Trazendo o valor social cultural escrita, assim o uso/função social desta.

Assim sendo, este estudo buscou trazer à luz reflexões acerca do processo de alfabetização e letramento, debatendo a relevância político-pedagógica do conceito. Para a discussão desta temática, foram utilizados estudos que abordaram temas como a conceitualização de cada uma, assim como o papel do professor neste processo.

2 Alfabetização e letramento: reflexão acerca de seus conceitos

Letramento é terminologia dada ao sujeito letrado, oriunda da palavra inglesa “literacy”. De acordo com Moreira e Rocha (2013, p. 2) “A palavra letramento surge no Brasil por volta da década de 1990, vinculada ao conceito de alfabetização, originando-se daí uma confusão com relação à especificidade de cada termo”.

Um indivíduo que foi alfabetizado por sua vez, não é obrigatoriamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é tido como um sujeito que é capaz de ler e escrever; letrado, todavia, é considerado àquele que além de dominar a prática de leitura e escrita, atende às demandas sociais da leitura e da escrita.

De acordo com SOARES (1998, p. 40),

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita

Portanto, alfabetizar letrando é capacitar o indivíduo leitor e escritor para as práticas leitura e escrita dentro das relações sociais.

Segundo Soares (2000, p. 5) sobre alfabetizar letrando tem-se que,

Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever, uma criança letrada [...] é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer da leitura e da escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias [...] Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita.

A linguagem em si é fruto da necessidade comunicacional inerente ao ser humano. A mesma se encontra estruturada de maneira operacional dentro de um determinado grupo, tendo em vista o ponto de vista cultural e social deste.

É sabido que muito antes de uma criança frequentar o espaço escolar, ela já interage socialmente com o mundo letrado ao qual faz parte. A mesma sabe que o material escrito exerce função social mesmo sem estar necessariamente alfabetizada.

Fazer parte de uma cultura letrada requer compreensão e a aquisição de conhecimentos inerentes a essa cultura. Nesse cenário, admitimos que não é necessário ser alfabetizado para participar de práticas sociais que envolvam a cultura da escrita.

Em conformidade a esse comportamento, remetemo-nos a Vygotsky (1996, p. 220), para o qual “o homem é uma criatura social, e as condições socioculturais o modificam profundamente [...]”. Sendo assim, ao interagir com o meio a sua volta, a criança desde muito cedo participa das práticas sociais, que são mediadas por símbolos, passando a compreender o uso destes e reconhece-lo como função social.

Para isso, faz-se necessário a aquisição de instrumentos convencionais à escrita, para poder atuar enquanto locutor e/ou interlocutor diante dos outros. Esse processo ocorre através trabalho planejado e intencional, que possibilita o seu desenvolvimento e a aprendizagem por meio da apropriação da cultura escrita, considerando que a cultura da escrita é decorrente de um trabalho social e histórico; por sua vez, sua aquisição, também perpassa por essa mediação com o outro.

Para tal, entendemos que é no contexto escolar que se torna possível a transformação do conhecimento informal e natural para o conhecimento cultural historicamente transmitido, por intermédio da tomada de consciência sobre a organização sistematizada da escrita. Tal fato se justifica por diferentes explicações, dentre elas “a prática da escrita exige atividades de reflexão e de objetivação da linguagem e do sistema linguístico” (DOLZ, CAGNON, DECÂNDIO, 2010, p.15).

Portanto, é de suma importância ampliar os processos de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita, pois o objetivo de quem escreve é a realização da leitura, e por meio desta ser compreendido.

Soares (2004) comenta que é necessário refletir sobre as práticas de ensino que têm imperado em muitas escolas, ela esclarece que a distinção entre alfabetização e letramento é uma das temáticas que se fazem necessárias *a priori*. Segundo a autora, letramento diz respeito ao mergulho que o indivíduo faz na cultura escrita,

Assim como a sua participação em situações diversas que demandam este conhecimento sobre as mesmas - o contato e à interação com diferentes tipos e gêneros textuais. A alfabetização, por sua vez, engloba o processo da conscientização fonológica e fonêmica, com construção das relações dos sons e letra e o aprender a ler e a escrever alfabeticamente.

Soares (2000) comprova que os níveis de letramento trazem consequências políticas, culturais, sociais, econômicas entre outras, por estarem intimamente ligados à desigualdade social que impede o indivíduo de ser alfabetizado propriamente dito. No entanto, essa situação não o exclui das práticas letradas, seja o fato de se interessar pela leitura realizada por outra pessoa ou requerer a leitura ou escrita de uma correspondência, pois, na cultura em que vivenciamos, é humanamente impossível sobreviver sem estar envolvido com determinadas situações. Sendo assim, uma pessoa, mesmo não sendo alfabetizados, passam gradativamente a compreender as funções e usos sociais da escrita.

Diante do exposto, compreender as inferências do processo de alfabetização/letramento, assim como o papel do educador neste, significa alargar as possibilidades de aprendizado e desenvolvimento do seu alunado, desde o princípio de sua escolarização através do processo de ensino e aprendizagem, partindo das práticas sociais proporcionadas pela leitura e escrita.

2.1 Papel do professor: um novo olhar para a alfabetização

O ato de “alfabetizar letrando” não deve ser compreendido como um novo formato de ensino onde se introduz o uso específico de diferentes gêneros textuais, mas como um novo olhar, a respeito do processo de alfabetização ordenado à inserção do letramento. Ser alfabetizado é vai além de decodificar o código escrito, é necessário realizar a interpretação do que está escrito, processando o significado do que o autor pretende propagar.

Albuquerque (2007, p. 18) afirma que,

As práticas de leitura e produção de textos desenvolvidas na escola, relacionadas a um “letramento escolar”, não se adequaria, conforme certas expectativas, ao desenvolvimento socioeconômico-cultural de nossa sociedade, em que os indivíduos convivem em contextos em que a escrita se faz presente de forma mais complexa. O ensino tradicional de alfabetização em que primeiro se aprende a “decifrar um código” a partir de uma sequência de passos/etapas, para só depois se ler efetivamente, não garante a formação de leitores/escritores.

É a partir da alfabetização e do letramento que é possível o aluno tornar-se cidadão, com capacidade de interagir diante de um (com)texto com clareza, compreendendo e aceitando o conteúdo vivido/lido, ou até questionando-o. O conceito de letramento chega para expandir a visão de alfabetização e jamais para substituí-la, até porque, a alfabetização e o letramento são processos opostos, porém indissociáveis e complementares, porque ambos são de suma importância para a construção da leitura e da escrita. Contudo, levanta-se um questionamento a respeito desse processo:

Como é possível combinar a alfabetização e o letramento de forma simultânea, possibilitando aos alunos a apropriação do sistema de escrita, da mesma maneira que, o domínio das práticas sociais da escrita e da leitura? Como alfabetizar letrando, sem priorizar ou substituir um processo pelo outro?

Estas indagações constituem e estabelecem um desafio aos educadores no Ensino

Fundamental. Desde muito cedo, a criança entra em contato com a escrita, criando suposições, construindo conceitos e levantando hipóteses silábicas a cerca da mesma, e com isso passa a refletir sobre a sua importância e funcionamento através de representações. Cagliari (1998, p.89), aborda que,

O processo de alfabetização inclui muitos fatores e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como uma criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo a sua interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá o professor de encaminhar de forma produtiva o processo de aprendizagem.

O professor deve atuar como mediador, segundo expressa Vygotsky (2000), permeando entre a língua escrita - o objeto de conhecimento e seu aprendiz, determinando um elo de ligação, entre esses dois pilares. Isso revela que antes de tudo, o professor/educador deve ter clareza que o aluno irá construir o conhecimento a respeito da leitura e a escrita, com o suporte e intervenção do professor. Não deve passar despercebido pelo professor, o conhecimento que nossos alunos trazem de casa. Até porque, cada sujeito é único, com limitações, capacidades, habilidades, e motivações baseadas em interesses específicos.

Portanto, faz-se necessário uma abordagem com intuito de sondar os conhecimentos prévios antes de iniciar um trabalho voltado para a construção da leitura e da escrita, para partir deste ponto, a preparação e aplicação de propostas didático-pedagógicas que possam atender cada sujeito de acordo com sua particularidade.

Quando o professor instiga e permite o aluno vivenciar diferentes momentos de leitura e escrita, sem medo de se expor ou errar, ele estará dando condições de seu aluno avançar no processo de aquisição da escrita, além de favorecer no momento de registros de forma social. Nesse caso, o professor estará além de alfabetizando, letrando.

É uma das funções da escola alfabetizar os alunos num contexto letrado, onde haja práticas de leitura e escrita, pois desde muito cedo elas precisam fazer uso da escrita, mesmo sem estar alfabetizadas. Sendo assim, o foco dessa temática muda, superando os processos de codificação e decodificação do sistema escrito.

Aprender a ler presume não só decifrar o código da escrita, mas ter o poder de interpretar e compreender diferentes gêneros textuais; bem como, aprender a escrever não é apenas grafar o código escrito e repensar sobre as regras e particularidades da língua, mas estar apto a produzir textos adequados, de acordo com práticas comunicativas. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 54), um dos objetivos do trabalho com a leitura é articular a formação de leitores habilidosos.

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros já lidos, que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

É fundamental, expor os alunos a situações onde eles possam refletir sobre o “porquê” e “para quê” da necessidade da prática da leitura. Se o objetivo da escola é formar cidadãos críticos e capazes de compreender-se enquanto sujeito na sociedade, é de suma importância, um planejamento que possa colocar os alunos diante de situações diversas como: ler para adquirir

informações, para escrever, para estudar, para resolver problemas do seu cotidiano ou até para divertir-se. Desse modo, os PCN's da Língua Portuguesa - Parâmetros Curricular Nacional (BRASIL, 1997, p. 65) apontam que um bom trabalho relacionado à produção de textos, leva o aluno à formação de escritores competentes:

Um escritor competente é alguém que ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e à circunstância enunciativa em questão.

Formar um escritor com competências é viabilizar uma proposta educativa baseada no uso da escrita, na formação de sujeitos leitores, sendo capazes de criar reflexões e críticas a respeito de sua realidade. Sendo assim, acredita-se que os alunos terão condições de desenvolver sua competência crítico-reflexivo, utilizando de novas maneiras de expressão, alicerçado na análise de gêneros discursivos e na interação com o meio através dos interlocutores.

Sendo conceituada como pesquisa bibliográfica, o estudo em questão visa alcançar os objetivos propostos. Assim, será elaborada uma pesquisa na qual apresentará teorias que abordam o percurso do processo de construção da escrita e leitura, assim como o letramento atrelado a elas no ensino fundamental.

Bocato (2006, p. 266) comenta também sobre a pesquisa bibliográfica, esta que,

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Este tipo de pesquisa é realizado com o auxílio de fontes documentais tais como: bibliotecas, hemerotecas, dentre outros. Tal pesquisa é utilizada para o desenvolvimento de trabalhos impressos. Os textos aqui abordados também, são livros ofertados pela universidade, dissertações, artigos, etc.

O critério de escolha das obras aqui utilizadas, são de relevância no meio acadêmico, datas de publicação, e, acima de tudo, o caráter social que todo estudo voltado para a área da educação deve ter. Visando assim contribuir para com a realidade vivida por muitos educadores nas escolas brasileiras.

Percebe-se que ao longo dos anos, a alfabetização tem sido objeto de pesquisas e estudos, evidenciando o processo de construção da escrita e da leitura, para isso realizar-se-á a presente pesquisa de forma qualitativa.

3 Considerações finais

As reflexões realizadas em todo o processo de construção deste estudo enfatizam a compreensão sobre a alfabetização, leitura e escrita, sendo esta uma prática social. Sendo assim, reiteram-se os aspectos referentes ao ensino da leitura e da escrita tendo por base a concepção sociocultural.

Revisitando as bases teóricas utilizadas, destacam-se a relevância das interações sociais na produção do conhecimento sistematizado, uma vez que o ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem ocorrem das relações estabelecidas entre os sujeitos. Deste modo, a prática docente é influenciada por interações que envolvem todo o processo de ensinagem.

Não obstante, para o pleno desenvolvimento de ações relevantes a alfabetização implica o domínio concepções específicas sobre a alfabetização no que diz respeito ao processo de construção da escrita, assim como o entendimento em relação ao caráter abstruso e multifocal da alfabetização e do letramento.

O estudo aqui apresentado contribuiu relevantemente para o entendimento quanto à função do profissional atuante no Ensino Fundamental, como sujeito que alfabetiza diante da necessidade de inovar pedagogicamente de modo a respeitar a fase cognitiva de seu alunado, bem como a utilização de metodologias que abarquem a alfabetização e o letramento concomitantemente.

A partir dos assuntos abordados não se pode afirmar que este estudo esteja finalizado, mas sim, que foi dado o pontapé inicial para a realização outras pesquisas. Contudo esta pesquisa teve como objetivo, a priori, explicar sobre as metodologias que estão sendo utilizada no processo de construção da leitura e da escrita, contribuindo para a construção de novas perspectivas.

Este trabalho é fruto de um apanhado de ideias que teve por objetivo apresentar os conceitos de alfabetização e letramento como fatores contribuintes para a construção da escrita.

Foi-se possível perceber que o processo de alfabetização transformou-se ao longo do tempo, oriundo de um modelo puramente tradicional de alfabetização, chegando por fim ao modelo construtivista utilizados nos dias atuais.

Pode-se, através deste estudo, perceber que a aprendizagem da leitura e escrita deve estar fundamentada em contextos de letramento. Percebe-se a importância do educador em relacionar o contexto social com o cotidiano escolar do aluno, levando-o a reflexão a respeito da escrita.

Observou-se que conceito de letramento ganha sua notoriedade quando confrontado com os dados do Censo Escolar, devido ao alto índice de pessoas “alfabetizadas”, porém incapazes de interpretar o que leem. Deste modo, nota-se que o letramento é concebido como a capacidade de ler e escrever, fazendo uso dessa mesma em situações cotidianas de comunicação oral e escrita. Em outras palavras, tornar-se um camaleão linguístico.

Portanto, compreende-se que alfabetização e letramento são processos que acontecem de maneiras diferentes, devido às peculiaridades que cada um deles possui. No decorrer do processo de alfabetização e letramento, o professor desempenha papel de suma relevância, pois é incumbida a ele a utilização de metodologias que oportunizem a assimilação da leitura e da escrita.

De acordo com as políticas educacionais espera-se que o número de pessoas iletradas reduza à índices quase nulos, e quiçá possa ser extinto o analfabetismo e o analfabetismo funcional das estatísticas.

Diante de todo o assunto aqui exposto, compreendemos é extremamente necessário alfabetizar e letrar simultaneamente, oportunizando ao aluno sua inserção no âmbito educacional e social, abordando sobre a importância da leitura em nossa sociedade e seus diferentes contextos de uso.

Referências

- ANDRADE, C. C. **Leituras da mídia, leituras da escola: o toque mágico apaga ou transforma?** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- ALBUQUERQUE, E. B. C. **Conceituando alfabetização e letramento**. Org. Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1ed., 1reimp. –Belo Horizonte: Autêntica. 2007. 152 p. ISBN 85 - 7526 - 161 - 41. Disponível em:< <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-paraeducacao/publicacao/albuquerque-e-b-c-conceituando-alfabetizacao-e-letramento-in-santos-carmi-ferraz-mendonca-marica-org-alfabetizacao-e-letramento-conceitos-e-relacoes-belo-horizonte-autentica-2005-v/>. Acesso em: 24 de Jun. 2021.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144p. 1997.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bo-Bu**. São Paulo. Scipione. 1998.
- DOLZ, J.; CAGNON, R.; DECÂNDIO, F. **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem**. [Tradução de Fabrício Decândio e Ana Raquel Machado]. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.
- GARCIA, I. H. M. **Jovens e adultos em processo de alfabetização: voz e vida, revelações e expectativas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- GOULART, C. M. **Perspectivas de alfabetização Lições da pesquisa e da prática pedagógica**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/3753/2022>. Acesso em: 22 de Jun. 2021.
- KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A(Org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.
- MOREIRA, M. E.R.; ROCHA, E. A. G.M. **Alfabetizar letrando: novos desafios no ensino da língua escrita**. 2013. Disponível em:< <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:400BVXDHXfUJ:https://docplayer.com.br/6182442-Alfabetizar-letrando-novos-desafios-no-ensino-da-lingua-escrita.html+&cd=2&chl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 de Jun. 2021.
- PACHECO, C. M. G. **Era uma vez os sete cabritinhos: a gênese do processo de produção de textos escritos**. . Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica. 1998.
- SOARES, M. B. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. GT Alfabetização, Leitura e Escrita. 26ª Reunião Anual da ANPEd. Poços de Caldas- MG. 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/outrostestos/semagdasoares.doc>> Acesso em: 22 de Jun. 2021.

SOARES, M. B. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Rev. Bras. Educ. 2004, n.25, p.5-17. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>. Acesso em: 24 de Jun. 2021.

SOARES, M.B., MACIEL, F. **Alfabetização**. 2000. Brasília: MEC/INEP/COMPED. (Série Estado do Conhecimento).

VYGOTSKY, L. S. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**/ L. S. VYGOTSKY e Luria A. R. tradução: Lourenço de Oliveira – Porto Alegre: Artes Médicas. 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

ZAMIGNAN, J. F. Alfabetização e Letramento: Um Olhar Sobre a Construção da Escrita. Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica.v.13. n.1. 2014. Disponível em:< <http://www.isciweb.com.br/revista/13-numero-01-2014/26-alfabetizacao-e-letramento-um-olhar-sobre-a-construcao-da-escrita>. Acesso em: 24 de Jun. 2021.

POR UMA CARTOGRAFIA NETNOGRÁFICA EM TEMPOS PANDÊMICOS: ENTRE A PSICOPOLÍTICA E A BIOPOLÍTICA DO NEGACIONISMO

*BY A NETNOGRAPHIC CARTOGRAPHY IN PANDEMIC TIMES: BETWEEN PSY-
CHOPOLITICS AND THE BIOPOLITICS OF DENIALISM*

Éderson Luís Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: ediltera-tus@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3>.

Recebido em: 18.03.2021

Aceito em: 28.03.2021

Resumo: Em tempos pandêmicos, torna-se cada vez mais necessário pensar acerca do desenvolvimento de pesquisas em meio à situação de emergência do distanciamento social promovida pela proliferação desenfreada do coronavírus. Nesse contexto, situando esta pesquisa no contexto dos estudos educacionais e culturais, busca-se pensar ensaisticamente acerca da existência de uma pedagogização acerca dos modos de reproduzir o negacionismo em meio à pandemia. Isso porque essa reprodução da negação coletiva sobre o coronavírus também produz formas de subjetivação e, também, incita ao desenvolvimento de condutas e contracondutas. Para isso, o método sugerido é o que está sendo intitulado neste artigo de cartografia netnográfica.

Palavras-chave: Cartografia. Netnografia. Cartografia netnográfica. Pandemia. Coronavírus.

Abstract: *In pandemic times, it is increasingly necessary to think about the development of research in the midst of the emergency situation of social distancing promoted by the rampant proliferation of coronavirus. In this con-text, situating this research in the context of educational and cultural studies, we seek to think ensaistically about the existence of a pedagogization about the ways of reproducing denialism in the midst of the pan-demic. This is because this reproduction of the collective denial about the coronavirus also produces forms of subjectivation and also encourages the development of conducts and counter-conducts. For this, the suggest-ed method is what is being titled in this netnographic cartography article.*

Keywords: *Cartography. Netnography. Netnographic cartography. Pandemic. Coronavirus.*

1 Introduzindo o percurso

Refletir acerca da pesquisa acadêmica em tempos de pandemia trouxe problemáticas relacionadas a efeitos provocados por tal instância temporal, que se estende para além das estimativas de extensão da ação do coronavírus. Diante disso, o contato físico passou a ser evitado e o distanciamento social se mostrou uma alternativa parcialmente eficaz para retardar a disseminação do vírus (embora indivíduos ligados a atividades consideradas essenciais não



pudessem cessar a aproximação de outros indivíduos que trabalham em segmentos próximos). O que vem sendo chamado de “novo normal” parte de uma tentativa de domesticação do indomesticável, de minimização do desconforto causado pela regulamentação de medidas sanitárias vigentes e do estranhamento relacionado aos hábitos que se tornaram obrigatórios por toda parte.

Mas as barreiras no âmbito do desenvolvimento de pesquisas, que dependem da livre circulação de indivíduos por espaços físicos diversos e, também, do contato com populações vulneráveis, ou mesmo com outros países, se tornaram cada vez mais incontornáveis. A netnografia ganha ênfase, nesse contexto, emergindo como alternativa à etnografia, ao contato com sujeitos e lugares físicos, a repositórios de documentos e materiais, ferramentas metodológicas que a pandemia interditou temporariamente. Mantendo o distanciamento social, que é uma indicação situada no bojo das regulamentações sanitárias vigentes, é possível se adaptar e desenvolver estratégias para o desenvolvimento de pesquisas universitárias, considerando, por exemplo, a dificuldade de acesso a fontes primárias. Ao mesmo tempo em que surgem metodologias e estratégias, também permanece a necessidade de preservar o rigor acadêmico e a qualidade de pesquisas efetuadas. Isso porque há limitações a pesquisas de campo, junto da necessidade de problematizar questões como a ética e a segurança na pesquisa nesse contexto, que precisam ser mantidas e asseguradas.

Situando esta pesquisa no contexto dos estudos educacionais e culturais, busca-se pensar ensaísticamente acerca da existência de uma pedagogização acerca dos modos de reproduzir o negacionismo em meio à pandemia. Isso porque essa reprodução da negação coletiva sobre o coronavírus também produz formas de subjetivação e, também, incita ao desenvolvimento de condutas e contracondutas. Para isso, o método sugerido é o que está sendo intitulado neste artigo de *cartografia netnográfica*. Vale destacar que a cartografia parte de uma apropriação conceptual dos estudos de Deleuze e de Guattari (1995), sobretudo a partir da obra *Mil Platôs*. Isso porque é uma forma de delinear metodologicamente pesquisas acadêmicas sob o pressuposto de que não se trata de um método pronto e acabado. Pode-se afirmar que se dispõe geograficamente e territorialmente como se fosse uma paisagem que pode ser alterada no percurso da investigação. É, portanto, um método de pesquisa processual.

É importante mencionar que não se trata de buscar a representação unívoca do objeto investigado, ou uma forma determinista de trabalho, que isola conexões e intersecções possíveis. Braga (2006) criticou o funcionamento determinista de algumas pesquisas do campo da Comunicação devido ao fato que elas buscam investigar ou processos de produção, ou estão centradas na recepção do objeto estudado, ou na interação social sobre a mídia. No entanto, ele afirma, é possível afirmar que existe a possibilidade de que os processos gerem estruturas tanto quanto as estruturas se realizam em projetos. Nesse contexto, a cartografia tem aparição enquanto método no sentido em que ela reverte sentidos tradicionais: “Não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (méta-hódos), mas o primado do caminhar que traça no percurso suas metas (PASSOS & BARROS, 2009, p. 17). A cartografia netnográfica será mobilizada nesse contexto: “É nessa perspectiva que se pretende cartografar práticas de uma determinada realidade social, econômica e cultural regionalizada do oeste catarinense, a qual constitui subjetividades e produz sujeitos” (MOESCH, DAL MAGRO E COMERLATTO, 2018, p. 92).

A interseccionalidade das áreas mencionadas revela a preocupação com os efeitos e a

abrangência da pesquisa a ser realizada, promovendo articulação com esforços que visam o desenvolvimento científico do país por meio da divulgação dos resultados e da inscrição em temas e abordagens que possibilitem um olhar crítico-reflexivo para o contexto sócio-político no qual nos situamos. Além da preocupação com o desenvolvimento científico nacional, a presente proposta objetiva, conforme mencionado anteriormente, a formação de recursos humanos altamente qualificados, permitindo a partilha de experiências profissionais e de abordagens pautadas em novos tópicos de pesquisa.

2 Primeiras considerações teórico-conceituais

Conceptualmente, a noção de *biopolítica* pode ser pensada através de alguns marcos fundamentais: as bases do pensamento acerca da biopolítica já faziam parte das discussões do pensador francês Michel Foucault, na obra *Vigiar e punir* (1975), quando ele analisou a genealogia dos micropoderes disciplinares. Na primeira metade dos anos 1970 as discussões serão estendidas no escopo dos cursos realizados no *Collège de France*, sobretudo a partir de obras como *Em defesa da sociedade* (1975-1976) e no último capítulo da *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976), intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida” nos quais, opondo-se ao poder soberano de vida e de morte, o conceito de biopolítica é desenvolvido. Posteriormente, nos cursos *Segurança, território, população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979) vai se dar a articulação do conceito com a gênese do Estado moderno. No âmbito dessa articulação, questões relacionadas a instâncias mercadológicas do período pós-guerra fizeram-no promover um deslocamento acerca do estabelecimento e da problematização de marcos da governamentalidade neoliberal (Cf. SILVEIRA, 2020).

Acerca dos estudos de Foucault sobre a governamentalidade neoliberal¹, Fernando Danner (2011) afirma que há uma crescente economicização dos processos relacionados à vida dos indivíduos quando pressupostos econômicos passam a ser incorporados noutros âmbitos da vida humana (criminalidade, educação, engenharia genética, etc.). Assim, conforme Foucault, da mesma forma que o neoliberalismo se apresenta como uma teoria econômica que produz liberdades, necessita delas para que o mercado funcione, com o respaldo de mecanismos de segurança para o funcionamento do mercado. Não é à toa que ele produz e cerceia, porque a produção de liberdades se dá no âmbito de uma circunscrição específica, que pensa indivíduos como seres competitivos e produtores. Daí resulta a existência de processos de subjetivação e de socialização de indivíduos, perpassados pela dinâmica do funcionamento da racionalidade econômica.

Mais recentemente, um filósofo Sul-Coreano também tem se destacado, principalmente por causa da tradução para o português de seus livros *Sociedade do cansaço* e *Topologia da Violência*, que foram traduzidos em 2014 e 2017 para o português brasileiro. O autor está radicado na Alemanha faz anos e leciona filosofia e estudos culturais na Universidade de Berlim. Um conceito seu nos interessa para a presente pesquisa: *psicopolítica*, que também tem relações com a questão do neoliberalismo e técnicas de poder na contemporaneidade.

1 Vale destacar que Foucault inicia seus estudos desenvolvendo o conceito de biopolítica em oposição ao poder soberano de vida e de morte, posteriormente articulando esse conceito à genealogia do Estado moderno. Mais adiante, seu interesse vai se voltar para o estudo das economias modernas de mercado do período pós-guerra, mais especificamente o Ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago e a Teoria do Capital Humano. É aí que pode ser reiterado que seus estudos se articulam à questão da biopolítica nos marcos da governamentalidade neoliberal.

No livro *Psicopolítica e neoliberalismo*, o autor pressupõe que o desenvolvimento do neoliberalismo traz, por consequência, a adoção e adestramento de condutas e práticas invertendo conceitos e valores morais. Se a sociedade do século passado teria sido liberal, marcada por disciplinamentos, coerções do corpo, ao confinamento e à reclusão, o século XXI teria constituído, sob a lógica do autor, uma série de espaços abertos, onde os indivíduos gozam de inúmeras liberdades, ainda que ilusórias (HAN, 2018). Então, ele vai concluir que a morte prematura de Foucault impediu o pensador francês de “[...] repensar a sua ideia biopolítica e abandoná-la em favor de uma psicopolítica neoliberal” (HAN, 2018, p. 39). Isso se deve ao fato que, se o regime disciplinar visava o controle do corpo, o neoliberalismo visa a psique, almejando aperfeiçoar o alcance e a influência sobre a sociedade.

Acerca do *negacionismo*, podemos mencionar que, desde a obra *A era dos extremos*, de Eric Hobsbawm (2003), fomos alertados para a velocidade com que foi sendo (re)produzido o ódio à política, no decorrer do século XX, por meio de experiências radicais perpetuadas em Estados autoritários que negligenciaram a vida e a vulnerabilidade² de determinados grupos sociais. O historiador francês Henry Rousso já havia alertado para o perpetuamento desse negacionismo histórico sobre fatos cruéis do percurso da humanidade no âmbito da extensão dos domínios e da exploração de alguns povos sobre outros. Para ele, a negação dos crimes não é um fenômeno distinto, mas inter-relacionado à existência desses acontecimentos (como o Holocausto, por exemplo). Foi Rousso que popularizou o uso do termo, quando, no pós-guerra, proliferou pelo mundo uma série de adeptos do pressuposto que apregoa que o Holocausto e os campos de concentração foram uma farsa histórica.

Inúmeros negacionistas, como Robert Faurisson, David Irving, Ernst Zundel e Roger Garaudy, entre outros, afirmaram que suas teses falaciosas seriam “revisionismos históricos” levando a questão do negacionismo a um patamar pseudo-oficial. Há outro caso curioso: Jean-Marie Le Pen, negacionista convicto do Holocausto, chegou a ser condenado em última instância por isso, o que não o impediu de chegar ao segundo turno das eleições presidenciais francesas em 2002. Sua filha, Marine Le Pen, também disputou e não foi eleita em 2017, mas obteve consideráveis 35% dos votos, o que aponta para um sinal de alerta em relação à identificação coletiva com governos autoritários e negacionistas. A então candidata chegou a afirmar publicamente que os franceses não foram responsáveis pela deportação de 13 mil judeus aos campos de concentração, mesmo que a colaboração com o nazismo tenha sido atestada e reconhecida pela França desde 1995.

Conforme mencionado pelo psicanalista Christian Dunker³, o conceito de negação estudado por Freud pode nos ajudar a entender o negacionismo a fim de buscar compreender atitudes e condutas que visam à desmoralização de autoridades sanitárias e científicas. No texto

2 Entendemos a vulnerabilidade como sendo da ordem da multiplicidade, pois está associada a um conjunto de fatores e não ocorre isoladamente ou de modo a ser reduzida a determinado indivíduo. É um problema de amplo alcance social e afeta não somente a vida daqueles que são conhecidos como vulneráveis, mas todo o entorno em que vivem. Tonezer, Trzcinski e Dal Magro (2017, p. 11) especificam o conceito: “A noção de “vulnerabilidade”, termo tomado do Movimento de Direitos Humanos, foi desenvolvida inicialmente por Mann et al. (1992), para pensar a epidemia da Aids no contexto da saúde pública. Tal abordagem visualizava a prevenção da doença como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. Com o intuito de ultrapassar esta compreensão, Ayres (1996) propõe ampliar o campo das reflexões sobre a vulnerabilidade para além do comportamento individual, destacando que esta noção só pode ser entendida como produto da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, não se reduzindo à vontade individual”.

3 Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), e autor de obras como *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (Annablume, 2011).

de 1925, sobre a negação, Freud assinala a presença da negação quando surge no paciente um pensamento, desejo ou sentimento que cause desconforto, fazendo com que o indivíduo em análise negue que este lhe pertença. A negação também é, nessa lógica, um meio para que um conteúdo reprimido não chegue até a consciência, por meio da condição de ser negado.

Não é à toa que Freud vai mencionar que a negação é uma forma de tomar ciência do inconsciente, mesmo que o indivíduo não aceite aquilo que foi reprimido, já que há um desejo de manter reprimido o que causa desconforto. Negar é um ato que parte de um desejo íntimo de recalcar aquilo que se nega. Para Dunker (2020), a banalização das vidas vulneráveis está relacionada ao dismantelamento de valores universais como a razão, a justiça e a vida da população. Assim, o conceito de biopoder, como técnica governamental, tem por objetivo fazer viver e deixar morrer, negligenciando os efeitos da desassistência de vidas precárias. A preservação da vida de alguns, então, passa a estar associada à negação do extermínio de outros e à desproteção que leva inúmeros indivíduos à morte. Assim, *enquanto que a biopolítica faz viver alguns desassiste outros, através da psicopolítica, busca-se, por meio do estímulo do governo de si e dos outros, aperfeiçoar o alcance e a influência do negacionismo sobre a sociedade*. Na prática, essa equação tem efeitos devastadores.

No Brasil, chegamos à marca de mais de 400 mil mortos pela COVID-19 em maio de 2021. Desse modo, o negacionismo que estamos considerando neste trabalho é de uma ordem específica: é sobre a negação pública acerca da pandemia e da gravidade da situação em que nos encontramos. Trata-se de um negacionismo ideológico no sentido em que ele parte do pressuposto de que há um inimigo invisível que ataca os “cidadãos de bem”, relegando-os aos lares, sem recreação ou obrigando-os a seguir recomendações de órgãos sanitários e de saúde. O desconforto alimenta falácias e desconhecimentos, mas também argumentos ideologicamente orientados, pois valora negativamente os que levam a pandemia a sério, questionando, inclusive, os dados de internação ocasionados pela doença.

É importante mencionar que o ato de negar a existência de um fato histórico associado à morte de milhares de pessoas traz consigo um desejo de esquecimento, de perpetuamento da subjugação de determinados grupos sociais, que não se encerra na vontade de exterminar indesejáveis. Deixando em suspensão os traumas de familiares e conhecidos que perderam entes em meio à pandemia, inúmeras vezes busca-se a aniquilação de fatos insuportáveis, negando a memória e o direito à escrita da história aqueles que são vulneráveis.

Em 2020, Boaventura de Souza Santos apresentou um ensaio sobre a crise causada pela pandemia do coronavírus, intitulado *A cruel pedagogia do vírus*. O autor busca apresentar lições que ajudam na compreensão de alguns efeitos da crise e as implicações associadas, sobretudo, ao contexto econômico, social e político em que vivemos. No texto, ele incita a necessidade de redimensionar as relações com todos os seres vivos do planeta, refletindo acerca de fundamentos relacionados à existência e modos de agir que impactam na vida uns dos outros. O termo “pedagogia do vírus” remete ao fato de que a pandemia tem algo a nos ensinar. Indo além desse “ensinamento do vírus”, propomos, nesta pesquisa, que haja um redirecionamento do foco de estudos: não centraremos as análises empreendidas durante este trabalho numa pedagogia do vírus, mas numa pedagogização das formas de negar a pandemia em nosso tempo. Isso porque, lá na *Ordem do Discurso*, Foucault já havia mencionado sobre a educação: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os

saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

É preciso que seja considerado, também, que tal instância de considerações, está associada à existência de saberes e poderes que são negados e legimitados na esfera pública. Nesse contexto, a formação de saberes instituídos como válidos remetem a possibilidades de construção histórica e, nesse sentido, práticas discursivas e não discursivas estão enoveladas por dispositivos que se movimentam “[...] da ordem do saber à ordem do poder interrogando as práticas que nos constituem historicamente” (CASTRO, 2009, p. 337). Os saberes que formam discursos não se desarticulam de um feixe de relações de poder, visto que em Foucault não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Para ele, todo saber constitui novas e heteróclitas relações de poder (FOUCAULT, 1979).

Manter ou modificar a apropriação dos discursos é o que os negacionistas fazem por meio da (re) produção do negacionismo. Mas, foucaultianamente, não se pode centrar as reflexões num sujeito soberano de si ou fonte dos discursos. Por isso, a noção de dispositivo é importante para considerar essa pedagogização do negacionismo. Mais especificamente, buscase refletir acerca dos efeitos do dispositivo do negacionismo, via pedagogização, nos processos de subjetivação social que incidem nos modos de conduta da população. Para Revel (2005), a questão do dispositivo é que ele engloba tanto instituições quanto práticas, ou seja, “todo o social não discursivo” (REVEL, 2005, p. 40).

Podemos então afirmar que o negacionismo é parte e elemento que constitui um modo específico de governar a população via instituições, procedimentos e estímulo de condutas que se articulam a um modo de ser e de agir. Tal abordagem requer que nossa atenção recaia sobre o funcionamento do sistema capitalista hodierno, no qual direitos e garantias fundamentais estão sendo desmantelados a partir de um modo específico de governar a população. Rubens Casara (2018; 2020) chegou a chamar de pós-democracia⁴ o ambiente no qual a democracia se alia ao neoliberalismo, regida pela lógica da mercadoria, onde até mesmo todo tipo de valores passaram a ser relativizáveis, tornando-se negociáveis, disponíveis para gozo e uso coletivo, no âmbito de um mercado de grandes proporções instaurado sob o contexto de uma democracia de fachada. Para Casara (2020), se o liberalismo clássico buscava limitar o poder dos reis, o neoliberalismo busca fazer crescer ilimitadamente o poder econômico.

Numa perspectiva similar, o francês Grégoire Chamayou (2020) chama atenção para o fato de que o neoliberalismo foi historicamente marcado pelo assombro de uma sociedade ingovernável: para impedir avanços sociais e maximizar os lucros, a visão neoliberal se alia a uma necessidade de instauração de um movimento de despolitização da sociedade. Dessa forma, o mercado se torna o eixo regulador de condutas; então, bens, princípios, regras e até mesmo pessoas são mensurados como se fossem mercadorias a partir de seu valor de uso e de troca. O resultado: há cada vez mais uma “desumanização inerente à lógica do capital, que se fundamenta na competição, no individualismo e na busca do lucro sem limites” (CASARA, 2020, p. 25).

4 “No Estado pós-democrático, a democracia subsiste apenas sob o ponto de vista formal, como um simulacro ou um totem que faz lembrar conquistas civilizatórias que já existiram, mas que hoje não passam de lembranças que confortam. Por ‘pós-democrático’, entende-se um estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a se identificar, sem pudor” (CASARA, 2020, p. 18-19). Assim, para Casara (2018; 2020), o poder político condiciona o direito. Isso porque o poder político estabelece o direito e condiciona o funcionamento concreto do Estado. Para o autor, no decorrer da história da humanidade não foram poucas as vezes nas quais a legalidade esteve (quase) sempre a serviço do poder e sua função se limitou a legitimar a “lei do mais forte” (Cf. Casara, 2020).

Apesar de os direitos sociais estarem previstos na Constituição Federal de 1988, Moesch, Dal Magro e Comerlato (2018, p. 90) mencionam que, na busca por assegurar os direitos sociais, “percebe-se uma relação de poder que subjuga os sujeitos ao Estado, por meio de tecnologias biopolíticas de controle da vida dos cidadãos”. Diante disso, vale destacar que a desassistência e o negacionismo, que assinalam uma preocupação com a sobrevivência da economia de mercado, não são ações aleatórias ou sem efeito na vida da população. Então, visando inserir esta pesquisa na perspectiva das dinâmicas regionais, buscaremos atentar para como este negacionismo acerca do coronavírus tem aparição em textos veiculados em mídias eletrônicas e também em comentários de postagens adjacentes veiculadas no Oeste de Santa Catarina. Isso para pensar como se dá o trânsito entre a biopolítica e a psicopolítica e a consequente produção de modos de subjetivação na contemporaneidade.

3 Sobre cartografia netnográfica e possíveis fontes de extração de enunciados

A obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari oferece ferramentas para pensar a cartografia a partir da metáfora do método geográfico, pois as paisagens podem mudar a cada momento no decorrer da pesquisa e essa movência é a principal característica deste tipo de direcionamento da pesquisa. Nesse sentido, a direção pode vir a ser outra, pois parte-se do pressuposto que sujeito pesquisador e objeto se constituem e estão inter-relacionados. Bergson e Foucault foram os dois teóricos utilizados. De Bergson, Deleuze e Guattari mobilizaram a noção de multiplicidade e de temporalidade, de Foucault, o apreço por metáforas geográficas, a genealogia e a noção de dispositivo, como um aglomerado de elementos heterogêneos e sempre em movimento.

Diferentemente da cartografia tradicional, que traça mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, uma cartografia social faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade. Como método presta-se à análise e desmontagem de dispositivos, ação que consiste em desemaranhar suas enredadas linhas, além de instrumentalizar a resistência aos seus modos de objetivação e subjetivação. Tal como proposta por Foucault e Deleuze, a análise cartográfica configura-se como instrumento para uma história do presente, possibilitando a crítica do nosso tempo e daquilo que somos (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 45).

Não é à toa que a questão do dispositivo vai auxiliar na criação do conceito de rizoma enquanto imagem da multiplicidade. Diante disso, a pesquisa não pode ser vista como um oásis tranquilizador sobre a qual o pesquisador se aproxima com elementos pré-estabelecidos e recortes delineados de percurso. Não se busca uma verdade absoluta, mas adentrar nos terrenos da movência e da complexidade das relações multifacetadas que a investigação pode fazer suscitar. Desse modo as relações entre sujeito e objeto vão se intensificando e ocorrendo de forma processual, durante o percurso.

Podemos mencionar, acerca da outra “peça” do quebra-cabeça investigativo que estamos propondo, que esta se relaciona à utilização da internet. Diante disso, cabe salientar que tal uso se dá, na maior parte das famílias brasileiras, via telefone celular. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Tecnologia da Informação e Comunicação (IBGE, 2019), 79,3% dos brasileiros com 10 anos ou mais têm aparelhos celulares para uso pessoal, com ou sem

internet. Os 28% de brasileiros que não tem celular afirmam que é caro; 24,2% afirmaram que falta interesse em obter o aparelho, 19,8% não sabem usar e 16,6% afirmaram que costumam usar o aparelho de outra pessoa. Já o uso de computadores caiu para 50,7% e de tablets para 12%. Mas, ainda é preciso destacar: seja o modo como se acessa a questão central é que a internet e as Tecnologias da Informação e Comunicação fazem parte do cotidiano da maior parte dos lares brasileiros.

Considerando essa expansão, a netnografia emerge enquanto método como uma adaptação da etnografia quando realizada na investigação ou observação de grupos sociais online ou offline. Uma das obras precursoras do assunto é o livro intitulado *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online* em que Robert V. Kozinets (2014), professor de marketing da Universidade Iorque de Toronto, apresenta considerações metodológicas para a realização da netnografia. Trata-se de uma abordagem que busca compreender usos sociais de interações online, mediadas por tecnologias digitais, visando analisar representações etnográficas de fenômenos culturais na internet. Tal instância permite adaptar pesquisas para adentrar na observação de fóruns, grupos de notícias, redes sociais, blogs, jornais eletrônicos, etc.

Como a web se torna cada vez mais importante no que diz respeito a formas de compreender a interação humana em contextos de socialização, é preciso pensar no delineamento de processos teórico-metodológicos que abarquem a questão da cibercultura na contemporaneidade. Por isso, é necessário pensar em uma metodologia que seja delineada em construção e que seja passível de transformações consoantes às mudanças que houver nas relações entre sujeito e objeto, que passam a ser vistos como instâncias inter-relacionadas.

Nessa direção, a multiplicidade entra em cena e torna-se preciso considerar a heterogeneidade de saberes enovelados na construção de conhecimentos acerca da cibercultura, das tecnologias digitais e da web. Outrossim, a metodologia passa a ser a cartografia netnográfica porque serão considerados os sentidos em movência e a relação ética entre sujeito pesquisador e objeto de investigação, que se tornam, nessa lógica, constitutivos, na relação entre ambos.

Nesse contexto, pensando em tempos pandêmicos, fontes de extração de enunciados podem ser jornais locais, postagens de redes sociais e revistas regionais ou de abrangência nacional. Também podem ser analisados comentários e postagens de redes sociais ou, até mesmo, vestígios da interação virtual em páginas de postagens e/ou compartilhamento de mensagens, por exemplo.

4 Preâmbulos sobre o sujeito, o saber-poder, a psicopolítica e a biopolítica do negacionismo

Foucault foi um pensador incansável das disciplinarizações, do poder, do cuidado de si e da produção de subjetividades, que se recusava a partir de concepções assentadas sobre saberes aprioristicamente estabelecidos, desconfiando, escavando o terreno que colocava argumentos sob o solo do verdadeiro e provocava os leitores - e provoca até hoje - com suas ferramentas a cada um que tiver seus livros em mãos a operar sobre si uma mudança de pensamento. Seus estudos sobre o poder como um emaranhado de teias que perpassam as relações humanas e, entre outros temas, sobre a disciplinarização de corpos e as modificações das técnicas de si que se fizeram surgir com o passar do tempo relegaram aos seus estudos um caráter atemporal.

O filósofo francês não buscava seguidores, nem repetidores *ipsis literis* daquilo que dizia.

Antes disso, queria que o exercício do pensamento os guiasse no esforço de operar um trabalho sobre si mesmo, com a modificação do que haviam sido antes. Como ele disse uma vez, escrevia livros para que outros livros fossem escritos e não necessariamente por ele e se caracterizou certa vez como um pirotécnico (FOUCAULT, 2006), pois era a favor de que muros fossem quebrados para que o saber pudesse emergir por sobre as cinzas da poeira das verdades que deveriam cair por terra ao serem escavadas sob as lentes do arqueólogo do saber, do genealogista do poder, do pensador da problematização. Para ele, o objetivo de uma pesquisa não é tornar o trabalho metódico centrando-se na busca de “soluções”, porque a tarefa da filosofia “não é resolver – aí compreendida a ação de substituir uma solução por outra – mas ‘problematizar’, não reformar, mas instaurar uma distância crítica, fazer jogar o ‘desprendimento’” (REVEL, 2005, p. 09).

Ao invés de considerarmos a categoria indivíduo, no âmbito dos estudos foucaultianos é comum encontrar palavras como subjetividade, modos de subjetivação e sujeito. Não se trata de mero deslocamento conceptual, é uma especificidade que surte efeitos nas leituras efetuadas sob este prisma teórico. Mansano (2009) menciona que um caminho que pode ser percorrido é justamente iniciar explicitando o conceito de subjetividade, depois modos de subjetivação para então chegar na categoria de sujeito. Nesse contexto, a “[...] subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 31).

Trata-se de um conceito que sugere um movimento incessante, sempre inacabado, a partir dos encontros que temos com os outros no decorrer de nossa vida. Isso porque, tal qual o meio social, a subjetividade é heterogênea e passível de mudanças e transformações. Por isso se fala em processos de subjetivação porque essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto “uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva” (MANSANO, 2009, p. 111). Guattari e Rolnik vão além: para eles, “existimos e produzimos subjetividades em meio a uma luta. Um outro ponto importante a ser considerado é que qualquer mudança social passa necessariamente por essa produção viva e mutante de subjetividades” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 112). Quando se fala em modos de subjetivação ou processos de subjetivação se está referindo a um excerto de Foucault extraído de um texto intitulado “O sujeito e o poder”:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Finalmente, chegamos à noção de sujeito. Foi durante a investigação histórica acerca dos modos de tornar-se sujeito que Foucault chegou à conclusão de que seus estudos objetivaram compreender a formação de sujeitos, a subjetivação e os modos de subjetivação em cada tempo e espaço existentes com o passar dos anos. Para isso, houve um resgate dos gregos e as práticas do cuidado de si e dos outros, percorreu questões relacionadas à sociedade disciplinar e, também, chegou às problematizações acerca do Estado como agente de intervenções biopolíticas sobre os corpos dos indivíduos e da população (MANSANO, 2009).

Vale destacar que relacionada à noção de sujeito está a noção de poder (FOUCAULT, 1995). Quando se acreditava que o poder fosse algo que alguém detinha e que se exercia sobre os outros unilateralmente, Foucault apresenta outra versão acerca dos efeitos do poder e indaga:

se o poder apenas tivesse por objeto de funcionamento dizer não, acredita que seria obedecido? Então a noção de poder vai além do estereótipo da repressão que ele pode exercer sobre os corpos.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem a função de reprimir. (FOUCAULT, 2008, p. 08)

Ao partir de uma concepção de poder que não apenas tenha por objeto reprimir os corpos e os indivíduos, Foucault nega a concepção de um sujeito universal, constituinte, situando as condições de possibilidade dos enunciados e dos objetos discursivos em uma trama histórica. A partir desta atitude, ele se distancia do estruturalismo livrando-se do próprio sujeito, para chegar a uma análise que possa dar conta da constituição histórica deste sujeito. Tem lugar, então o descentramento do sujeito, um dos pilares do pós-estruturalismo. E Foucault vai além apresentando o sujeito como um lugar vazio a ser preenchido no discurso. Sendo um lugar vazio, não cabem reflexões acerca da interioridade ou do sujeito enquanto constituinte. A subjetividade como categoria de análise está posta em cheque e dá lugar às formas de subjetivação, já que os modos de produção de subjetividade são inúmeros, não cabe mais falar em um sujeito fundante ou do qual partam as reflexões. Assim, quando Foucault se utiliza da noção de sujeito, ela está mais ligada ao conceito de formas de subjetivação que ao sujeito centrado, consciente, centro do dizer.

Na *Arqueologia do saber*, o discurso é caracterizado a partir de uma dispersão constitutiva, que revelam a determinação de quem pode e deve falar a partir de determinado lugar. Sendo assim, não é qualquer um que pode ser sujeito de enunciação no discurso médico, assim como os objetos do discurso não preexistem aos enunciados, como algo a ser desvendado. Sendo assim, entre os enunciados também há dispersão que faz com que eles não se reduzam a características lógicas ou gramaticais. A tese central de Foucault é que

[...] em toda a sociedade a produção de discursos é a um tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por determinados procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar a aleatoriedade de seu acontecimento e evitar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 10-11).

Desse modo, se a análise da língua busca averiguar “segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos”, a análise do acontecimento discursivo apresenta outra questão: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2012, p. 33). Neste contexto, os enunciados passam a ser considerados a partir de onde emergem e o que afirmam ou negam, segundo que leis são formados e que acontecimentos existem sobre o pano de fundo em que eles têm existência e são (re)produzidos. Trata-se não de analisar estruturas formais ou leis de construção dos enunciados, mas o instante de sua existência e as regras de seu aparecimento, a fim de descrever não uma “configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática discursiva e definem sua especificidade” (FOUCAULT, 2012, p. 30)

A oposição entre o verdadeiro e falso aparece em Foucault (1996) na *Ordem do discurso* como algo que constitui um sistema histórico, modificável e institucionalmente coercitivo. Assim, para Castro (2014, p. 81), nos deparamos “com diferentes distribuições dos limites

entre o verdadeiro e o falso ou, segunda sua própria expressão, com diferentes morfologias da vontade de verdade. A verdade tem, então, sua própria história”. Assim, com as reflexões sobre o poder (na discussão em que a produção de discursos é controlada, selecionada, organizada e distribuída, está inserida indiretamente a questão do poder enquanto feixe de relações) está a centralidade das problematizações acerca dos saberes. Isso se deve ao fato de que a partir da noção de acontecimento, temos todo um escalonamento de tipos de acontecimentos distintos entre si que não gozam da mesma amplitude de alcance, nem a mesma capacidade de produzir efeitos.

Trata-se de discutir: o que é que foi (está sendo) colocado no lugar do verdadeiro? Quais as condições de possibilidade que emergem e quais os efeitos das redes de saber-poder que se inserem nas problematizações que nos propusermos analisar? Sem dúvida a verdade “está ligada aos sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2008, p. 14) Neste contexto, a verdade é vista por Foucault como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a regularidade, repartição e circulação dos enunciados. Trata-se do que sustenta os enunciados e permite perceber a ação das redes de poder que atravessam discursos, corpos e práticas.

Já a noção de biopolítica como uma tecnologia de poder exercido sobre a vida e sobre modos de existência de um coletivo de indivíduos (população) é um conceito que pode ser apreendido de estudos posteriores. Podemos afirmar que a população é passível de ser governada em instâncias nas quais a saúde é objeto de um poder medical, quando distinções sociais se operam a partir do recrutamento para a guerra, quando um dispositivo de segurança existe para protegê-la de danos e da violência, quando o sexo passa a estar ligado a um dispositivo de sexualidade. Diante disso, o governo econômico passa a se voltar para outro âmbito: o do *homo oeconomicus*. Cada uma desses espaços de governabilidade está associada a modos de regular a vida da população. Historicamente, a crítica ao poder soberano que decidia sobre a vida e a morte, por exemplo, se deu de formas distintas: seja pela teologia ou quando o direito à regulação da conduta dos que governavam era cerceada a partir de limites oriundos de instâncias específicas.

Na Idade Média foi a teologia que impôs limites ao poder do soberano, pois se reivindicava a existência de uma ordem divina que lhe precedia e cerceava a extensão de seu poder sobre os súditos. Já nos séculos XVI e XVII a crítica que impôs limites veio do âmbito jurídico. Então, é o direito natural que limita a ação do Estado estabelecendo termos contratuais da relação entre Estado e poder público. Assim, teologia e direito limitaram os poderes do soberano.

Tal redirecionamento histórico é apontado por Foucault nos anos 1970, quando este apresentou um conceito de política que rompe com a adoção da postura de atribuir processos políticos a estruturas e determinantes biológicos. Para ele, a “vida” passa a ser considerada uma espécie de *locus* sobre o qual há o investimento de estratégias políticas. Foucault passa a se referir à biopolítica como uma forma distinta de mecanismo de poder ao reformular conceitos ligados ao de soberania política, subordinando-os a outras formas acerca do saber político. Tal transformação fundamental na ordem do político pode ser pensada da seguinte maneira:

Pela primeira vez na história [...] o biológico reflete-se no político; [...] Mas o que poderia chamar de limiar da modernidade biológica de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem durante milênios permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é

um animal em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 2001, p. 155-156).

Se formos pensar em termos de aparição conceptual, o conceito de biopolítica apareceu pela primeira vez em obras foucaultianas em uma palestra realizada em 1974, intitulada “O nascimento da medicina social”, posteriormente traduzida e inserida na Coletânea *Microfísica do Poder*, organizada por Roberto Machado⁵ no Brasil. A genealogia do poder efetuada na obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1999) também aponta para a existência de micropoderes surgidos no decorrer do século XVII, direcionados para o disciplinamento do corpo individual, culminando na estimulação da constituição do indivíduo dócil e dos corpos úteis. A passagem de uma rede de micropoderes para o biopoder se dá no transcurso do século XVIII para o século XIX, quando a atenção se volta para a coletividade, visando regulamentar a população. Posteriormente, ao voltar sua atenção para as modernas teorias econômicas de mercado - influenciadas, sobretudo, pelos estudos da Escola de Chicago -, Foucault vai estudar uma racionalidade política que ocorre através da transformação do indivíduo em *homo aeconomicus*.

A sistematização do conceito de biopolítica, porém, só ocorre em seu curso do Collège de France intitulado *Em defesa da sociedade* (1975-1976) e no primeiro volume da *História da Sexualidade vol I: a vontade de saber* (1976), mais especificamente no último capítulo intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”. Nessas obras, a biopolítica é situada em oposição ao poder soberano de vida e de morte.

É importante mencionar que, em meados do século XVI, se acentua o desenvolvimento do Estado, em um movimento de laicização do poder pastoral, em que a relação entre pastor e rebanho exemplifica a relação entre governante e governados na esfera do Estado. Quando, com a laicização, o funcionamento e o fundamento da soberania e da organização política não se dão mais por meio das leis divinas, emerge o desenvolvimento de uma nova racionalidade governamental: “a razão de Estado” em torno dos séculos XVI e XVII na Europa que dá lugar, a partir da segunda metade do século XVIII, para a governamentalidade liberal. Em termos biopolíticos, especificamente em relação ao que Foucault (2001, p. 131) intitula poder sobre a vida, observa ele, no primeiro volume da *História da Sexualidade*:

Concretamente, este poder sobre a vida se desenvolveu-se a partir do século XVII em duas formas principais: que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de reclamações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina, no seu *dressage*⁶, na potencialização de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurados por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do vivente e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração de vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica

5 Roberto Machado foi ouvinte na Universidade de Heidelberg, no ano letivo 1969-70, fez vários estágios no Collège de France, sob a orientação de Michel Foucault, entre 1973 e 1980, e Pós-doutorado na Universidade de Paris VIII, com Gilles Deleuze, em 1985-86. A referência do texto em questão pode ser encontrada na listagem completa ao final desta tese sob o formato autor/ano de Foucault (1979).

6 Adestramento.

das populações.

Foucault também opera, conforme assinalado anteriormente, analiticamente a partir de uma oposição entre poder soberano e biopoder. Isso porque através do poder soberano são organizados modos de confisco de bens, por meio da apreensão de produtos e serviços, que podem chegar ao extremo de decidir sobre o fim da vida dos indivíduos. O poder “sobre a morte”, no entanto, viria a ser sobrepujado por uma forma de poder que visa desenvolver, assegurar e controlar as populações. Assim, a biopolítica simboliza uma espécie de censura no pensamento e nos modos de ação políticos, ao promover a reformulação do poder soberano a partir de um deslocamento fundamental. Para Foucault, o conceito também está associado a uma forma específica de governar que tem emergência a partir das técnicas liberais de governamentalidade e de condução da vida.

A afirmação acerca do deslocamento que tornou o poder soberano integrado ao biopoder, subordinando-se aos objetivos do segundo, foi marcada por fatos históricos assinalados por Foucault (2001). Para ele, foram decisivos a ampliação da produção industrial e agrícola no século XVIII, os desenvolvimentos e aperfeiçoamentos da ciência e do saber medicinal sobre o corpo humano para “a entrada da vida na história” (FOUCAULT, 2001, p. 154). Mesmo que houvesse então epidemias de fome e doenças, as inovações científico-medicinal-tecnológicas permitiam razoável domínio sobre a vida dos indivíduos.

Há então uma diferença fundamental entre poder soberano e biopolítica: enquanto que o primeiro “faz morrer ou deixa viver”, a segunda “deixa morrer e faz viver”. Então, se a tecnologia disciplinar, estudada em *Vigiar e Punir*, que tinha emergido no século XVII, se voltava para o corpo de cada indivíduo, visando seu adestramento e vigilância, na segunda metade do século XVIII outra tecnologia de poder se volta para a regulação e para o controle do corpo coletivo das populações. Se as disciplinarizações se desenvolveram por meio de instituições particulares como o exército, as prisões, as escolas e os hospitais a partir do século XVIII é o Estado que passa a ter papel central na regulação e no controle da população. É preciso notar que não se trata da exclusão de um polo em relação ao outro. Ao tratar especificamente da relação entre poder soberano e biopolítica, Foucault se refere à existência de “dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações” (FOUCAULT, 2001, p. 151).

Em meio à pandemia, o Brasil tem se destacado e não é positivamente. É possível notar o funcionamento da biopolítica em nossa sociedade durante esse período tão turbulento. Isso porque o impacto da pandemia no cotidiano dos brasileiros repercute na vida comum, no trabalho e nas relações sociais. Diante da proliferação de um vírus que se espalha pelo planeta inteiro e que, muitas vezes, pode ser letal, os negligenciamentos governamentais, a desaprovação pública com medidas sanitárias oriundas de regulamentações de órgãos oficiais de saúde, a falta de cuidado em ambientes públicos e a incitação às aglomerações são elementos que fazem parte de uma orientação biopolítica onde determinadas iniciativas são facilitadas e condutas preventivas são questionadas. Trata-se de decisões que afetam nossos corpos e, então, urge a necessidade de que sejam tomadas decisões bioéticas, que considerem a preservação do maior número possível de vidas.

Desde o início da pandemia, uma série de medidas protetivas e preventivas têm sido aplicadas em diversos lugares do mundo. Tanto que Byung-Chul Han (2020) chegou a mencionar a existência de uma biopolítica digital, pois, munindo-se do uso da tecnologia, torna-se possível

mensurar a letalidade e mortalidade do vírus ao mesmo tempo em que se adotam aparelhos de medição de temperaturas no acesso a estabelecimentos em geral mundo afora, uso de celulares para rastreamento e câmeras de reconhecimento, por exemplo. Han (2018), inclusive, é um dos inúmeros leitores contemporâneos de Foucault. Ele cunhou o termo psicopolítica, que também é importante no escopo investigativo que estamos desenvolvendo. Suas discussões estão voltadas para a temática das relações entre poder e sociedade. O livro intitulado *Psicopolítica e Neoliberalismo*, traduzido pela editora Ayné em 2018, é fundamental para compreender o pensamento do autor.

Para ele, o neoliberalismo sofreu transformações que resultaram no limite da produção da sociedade da disciplina e da negatividade, que, antes era a sociedade da coerção, da exploração alheia e da autoexploração. A fim de continuar gerando lucros exorbitantes para o mercado, então, teria havido um redirecionamento: ao invés da disciplinarização de corpos, o que se tem hoje é a sociedade do desempenho, do estímulo, da meritocracia, do *workaholic*. O estímulo psicopoliticamente orientado seria da ordem de uma dedicação de livre e espontânea vontade dos trabalhadores, que buscam render mais, “vestir a camisa”, (e, no âmbito do negacionismo pandêmico, poderíamos acrescentar, há os que buscam “salvar a economia”). Entram em cena os discursos acerca da necessidade de atingir metas e de otimizar o tempo cada vez mais a fim de que todos se tornem empresários de si mesmos. As formas de bonificação contemporâneas não precisam mais ser financeiras, do campo do trabalho se vai para a vida privada e para a vida social, onde curtidas, compartilhamentos, identificações coletivas, retuítes caracterizam a comparação e a concorrência estimulada e (re) produzida em sociedade.

Em meio à sociedade do desempenho, fechar portas, interditar o comércio e inviabilizar saídas rotineiras para compras em shoppings são vetores que ampliam uma sensação de estranhamento. Só que a economia de mercado não é da ordem da preservação das vidas, mas da exasperação dos corpos. Sujeitos, nessa lógica, só valem se forem indivíduos produtivos, tomados como corpos úteis, e, assim, os doentes e vulneráveis não pertencem à lógica neoliberal. Não é a toa que se pode falar de uma biopolítica do negacionismo que é psicopoliticamente orientada. Nesse cenário de dissolução de classes, a autoexploração é estimulada, em meio às condições propagadoras da existência do mérito, da liberdade e da indiferença de uns em relação aos outros. Enquanto que o neoliberalismo é apresentado por economistas e entusiastas como uma instância que defende a liberdade individual, enquanto os indivíduos se sentem indiferentes em relação aos demais, o capital vai se multiplicando.

O capital se multiplica enquanto competimos livremente uns com os outros. A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital para sua própria multiplicação. Assim, o capital explora a liberdade do indivíduo para se reproduzir [...] A liberdade do capital se realiza pela liberdade individual. (HAN, 2018, p. 39)

É preciso destacar que as medidas preventivas recomendadas durante a pandemia envolvem um tipo de controle que é bastante amplo. Mas, se há necessidade de reforçar a importância de tais medidas, também é preciso estar atento para o avanço do negacionismo, que estimula, psicopoliticamente, a minimizar a gravidade da situação, como o ato de considerar a COVID-19 mais uma gripezinha, desconfiar dos diagnósticos positivos nas necropsias, realizar comemorações e agrupamentos em locais públicos e transformar as medidas de contenção do vírus em motivo de chacota.

O resultado: Santa Catarina já teve 13 das 16 regiões em risco gravíssimo⁷. Em uma semana, o número de regiões subiu de 3 para 13 no estado. No final de novembro de 2020, por exemplo, as UTIs registraram uma das maiores taxas de ocupação desde o início da pandemia. Na ocasião, as regiões classificadas como lugares de risco gravíssimo foram: Laguna, Extremo Sul, Carbonífera, Grande Florianópolis, Serra, Alto Vale do Itajaí, Médio Vale, Nordeste, Planalto Norte, Alto Vale do Rio do Peixe, Meio Oeste, Oeste, Xanxerê. Classificadas como locais de risco grave estão Foz do Rio Itajaí, Alto Uruguai, Extremo Oeste. A informação, confirmada pelo governo, foi apresentada no Bom Dia Santa Catarina, na quarta-feira, 25 de novembro. Semanalmente, o mapa de classificação de risco é divulgado pelo governo catarinense. As classificações são: gravíssimo, grave, alto e moderado. O cálculo considera a transmissibilidade do vírus, a quantidade de leitos vagos e o número de casos ativos de cada localidade.

Na prática, a preservação da vida do outro parece ter ficado em segundo plano. O individualismo, perpetuado pelo enaltecimento da lógica da economia de mercado, na qual todos se tornam mercadorias e são substituíveis, levou inúmeras regiões do país à beira de um estado de emergência e de calamidade pública. Se considerarmos o Oeste de Santa Catarina, assim como no restante do estado⁸, por exemplo, faz algum tempo que ocorrem aglomerações diversas, o uso de máscara pelas ruas não tem sido empregado com responsabilidade (há inúmeras pessoas que as utilizam somente quando entram nos recintos onde são obrigatórias) e a superlotação de lugares públicos são elementos que permitem que pensemos numa orientação psicopolítica em meio à pandemia. Como a psicopolítica incita indivíduos a se comunicarem, a se manifestarem, estimulando a expressão de desejos e opiniões, isso criou outro efeito: há inúmeros sujeitos que tomam atitudes biopolíticas negligenciadoras de vidas vulneráveis, no momento em que as ações enumeradas anteriormente surtem efeitos nocivos principalmente por causa do aumento da proliferação do coronavírus.

A situação atual, de descontrole da pandemia da Covid-19, faz aumentar o número de mortes e novos casos de modo exorbitante. Então, podemos reforçar: o negacionismo, além de ser um desserviço, é um dos fatores⁹ nocivos que colaboram para o agravamento da crise sanitária provocada pelo coronavírus. A desmoralização de autoridades sanitárias e de cientistas é um dos efeitos do negacionismo no Brasil. Mas ela não é acidental. Não se busca preservar a vida de alguns sujeitos, mas negar a desproteção que leva à morte de tantos outros indivíduos.

A essa altura, é importante mencionar a contribuição do sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2020), que produziu um ensaio intitulado *A cruel pedagogia do vírus*. A obra é referência no campo das Ciências Humanas, mais especificamente, no âmbito das Ciências Educacionais. Ela aponta para conhecimentos que podemos alcançar por meio da vivência em tempos pandêmicos e também se volta para a compreensão da situação dos mais vulneráveis e atingidos de forma mais intensa pelo vírus.

Entre os conhecimentos que o autor menciona, e que decorrem da pandemia do

7 A notícia bem como o mapa de risco, referente ao mês de novembro de 2020 estão disponíveis em: <<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-13-das-16-regioes-em-risco-gravissimo-para-coronavirus>>> Acesso em 26 nov. 2020.

8 Como exemplo de aglomerações podem ser conferidas as matérias disponíveis em: <<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-ao-menos-133-ocorrencias-de-aglomeracoes-e-festas-clandestinas-no-feriado>>> e em <<<https://ndmais.com.br/seguranca/aglomeracoes-sao-registradas-em-chapeco-no-fim-de-semana/>>> Acesso em 26 nov. 2020.

9 Só para se ter uma ideia, pode ser mencionado o estudo de Caponi (2020), para quem há três antecedentes principais que culminaram no descontrole da pandemia no Brasil: questões epistemológicas vinculadas ao negacionismo científico; questões ético-políticas vinculadas aos direitos humanos; estratégias biopolíticas vinculadas à razão neoliberal.

coronavírus, estão: a) não se pode considerar a crise atual como sendo oposta a um contexto de normalidade, já que, desde 1980, o avanço do neoliberalismo fez com que o mundo vivesse em um contínuo estado de crise por causa dos efeitos das políticas neoliberais; b) há inúmeras transformações que ocorrem nos modos de se relacionar vivenciados ao longo do tempo. A alternativa defendida massivamente, de tempos em tempos, de que não haveria solução diante de problemas enfrentados globalmente (ocasionados pelos efeitos do hipercapitalismo) existe porque, mesmo mediante a existência de alternativas, elas nunca foram discutidas oficialmente, visando implementação de outros modos de governar; c) a fragilidade e sentimento de insegurança, que são resultado da intensificação dos efeitos da pandemia, nos seres humanos vão sendo amenizados na população que tem privilégios devido ao acesso a médicos, academias, planos de seguro e assistência privilegiada, etc.; d) a diminuição de atividades econômicas tem produzido a despoluição atmosférica em diversos lugares mundo afora, o que faz pensar se “[...] a única maneira de evitar a cada vez mais eminente catástrofe ecológica é por via da destruição maciça da vida humana” (SANTOS, 2020, s. p.).

Se o vírus ensina, há outros modos de aprender. Há, também, uma forma de produzir e disseminar uma conduta adversa em relação à gravidade da situação: temos, entre nós, a reprodução do negacionismo acerca da pandemia. Nesse contexto, se essa negação não é específica ou mesmo rara, e se prolifera em larga escala, é porque, além do que Santos chamou de pedagogia do vírus, temos, também, uma pedagogização do negacionismo, que produz formas de subjetivação e incita ao desenvolvimento de condutas e contracondutas.

A relativização da gravidade da doença pode ser pensada no âmbito daquilo que Freud (2014) chamou de efeitos da negação. Sendo a negação um meio de emergir um conteúdo reprimido, recalcado, é importante usar tal conceito no contexto pandêmico atual. Afirmar que a negação, no sentido freudiano, tem a ver com os negacionistas atuais é possível se considerarmos que o próprio Freud (2014) afirmou que, se a negação é um modo de ter acesso ao inconsciente, isso não significa que aqueles que negam vão aceitar aquilo que foi reprimido. Assim, a negação, para Freud, está associada aquilo que se quer reprimir, mas que sempre retorna e não se deixa ocultar por inteiro. Isso porque a finalidade não é encontrar um objeto correspondente ao que está sendo representado e sendo dado a conhecer por meio da enunciação, mas reencontrar o objeto do discurso, a fim de perceber que ele ainda está presente.

Desse modo, a mesma biopolítica, que dispõe de mecanismos de controle de populações – por meio de unidades básicas de saúde, hospitais, ferramentas para mensurar a gravidade da situação em cada momento da pandemia –, é caracterizada por uma governamentalidade que adia e age consoante à desproteção de indivíduos vulneráveis. Mas essa governamentalidade neoliberal não vem somente “do exterior”. Daniele Lorenzini, professor adjunto de Filosofia na Universidade de Warwick, coeditor do *Foucault Studies*, em um artigo afirma que

[a]o invés de nos preocuparmos sobre o aumento dos mecanismos de vigilância e controle indiscriminado sob um novo “estado de exceção”, tenho a tendência, portanto, de me preocupar com o fato de já sermos sujeitos biopolíticos dóceis e obedientes. O poder biopolítico não é (apenas) exercido em nossas vidas do “exterior”, por assim dizer, mas faz parte do que somos, de nossa forma histórica de subjetividade, no mínimo, pelos últimos dois séculos (LORENZINI, 2020, s. p.)¹⁰.

10 Do original: “Instead of worrying about the increase of surveillance mechanisms and indiscriminate control under a new

Uma consideração importante que tem aparição no referido texto é que alerta para o fato de que, na década de 1970, Foucault não buscava constatar se a biopolítica era “boa” ou “má”. O que seus estudos atentaram foi para uma transformação temporal que vai do poder disciplinar para o campo da biopolítica, voltando-se para o contingente de populações inteiras, ao invés de voltar-se para o disciplinamento do corpo dos indivíduos. Isso porque tal mudança de paradigma trouxe por consequência o fato de que não somos governados da mesma forma, o que resulta na extensão dos mecanismos de poder sobre um coletivo de indivíduos.

É importante lembrar que uma das palavras mais utilizadas entre foucaultianos é a desnaturalização. Isso porque é preciso desconfiar das evidências, e desnaturalizar é fazer deixar de ser “natural” aquilo que entra nos meandros da obviedade, que levam a pensar que as coisas são assim porque são assim. Falar em negacionismo não é partir em busca de vilões ou bodes expiatórios. hoje o Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes, distribuídos em mais de 5 mil municípios. Destes, metade da população (104 milhões) vive com uma renda de 413 reais por mês, segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios do IBGE, cujos dados foram divulgados no final de 2019. Não se trata de uma distribuição homogênea dos sujeitos pobres no Brasil, pois estamos falando de um grupo específico da população. Se o coronavírus chegou ao Brasil através de viagens de pessoas de classes privilegiadas ao exterior a proliferação não distingue classe social. No entanto, a vulnerabilidade a que os mais pobres estão sujeitos coloca-os em risco considerável.

Em grandes centros urbanos, a covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, já mata mais na periferia do que no centro. Na cidade de São Paulo, entre os bairros onde moravam mais vítimas estão Brasilândia, Sapopemba, São Mateus e Cidade Tiradentes, todos na periferia. O mesmo ocorre em outras capitais. Em Fortaleza, os bairros em situação mais crítica são Barra do Ceará e José Walter, ambos na periferia.

A contaminação é facilitada pela distribuição desigual da renda. Nas periferias, as condições para cumprir o isolamento social são piores: há mais moradores por domicílio, o acesso a água encanada, vital para a higienização, às vezes não existe ou é intermitente, e a insegurança econômica estimula muitos a saírem de casa para obter algum dinheiro.

Quando alguém é infectado e adocece, o sistema público de saúde é a única alternativa, e em algumas cidades ele já está saturado para tratar casos graves. O ponto de partida já é desigual: o número de leitos de UTIs na rede pública, por 10 mil habitantes, é quase cinco vezes inferior ao da rede privada (LUPION, 2020, s. p.).

Assim, a governamentalidade não se dá somente no domínio da lei, mas da constatação de que sendo todos seres vivos, constituímos uma massa global – populacional – com taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, expectativa de vida, vulnerabilidades, etc. (Cf. LORENZINI, 2020). Só para citar um exemplo, pode ser mencionado o caso dos haitianos no Oeste Catarinense. Segundo Risson, Dal Magro e Lajus (2017), “a inserção desses trabalhadores se dá especialmente em postos de trabalho precários em função da baixa remuneração e dos riscos de adoecimento”. As autoras mencionam que a contratação é efetuada por estabelecimentos industriais que visam suprir a falta de mão-de-obra local.

“state of exception,” I therefore tend to worry about the fact that we already *are* docile, obedient biopolitical subjects. Biopolitical power is not (only) exercised on our lives from the “outside,” as it were, but has been a part of what we are, of our historical form of subjectivity, for at least the past two centuries”.

No estudo mencionado, elas associam a vulnerabilidade à exploração do trabalho dos imigrantes. Noutro estudo, Dal Magro, Coutinho e Moré (2016) investigam as relações de poder presentes na atenção à saúde do trabalhador formal, percorrendo o âmbito das exigências por produtividade industrial em oposição às necessidades de assistência à saúde dos trabalhadores. Acerca da região Oeste catarinense, Dal Magro et al (2016) pesquisaram sobre as condições de trabalho precárias a que estão sujeitos indivíduos assalariados, o que resulta em Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e queixas de ordem física, psicológica e social. Mesmo no caso da assistência a trabalhadores, até mesmo profissionais da saúde sofrem efeitos do controle biopolítico: as práticas de assistência à saúde laboral funcionam por meio do controle desses profissionais. Há, então, parâmetros e diretrizes que precisam seguir e tais circunscrições agem como dispositivo biopolítico de governo da força de trabalho (Cf. DAL MAGRO, COUTINHO E MORÉ, 2016).

Nesse interim, se somos – ou nos tornamos – sujeitos biopolíticos, dóceis e obedientes, é porque é preciso que a governamentalidade não venha somente “de fora”, mas que haja um adestramento de si a fim de que modos de conduta sejam reproduzidos social e culturalmente. Perceber o funcionamento das formações históricas de modos de subjetivação é, então, uma ação que se insere naquilo que Foucault chamou de uma ontologia crítica de nós mesmos, pois devemos estar sempre dispostos a questionar a própria estrutura dessas formações.

5 Considerações finais

A pandemia não divide os indivíduos, ela escancara a vulnerabilidade que se acentua em meio à crise. Sem considerar uma série de obstáculos para o cumprimento das medidas sanitárias recomendadas, portanto, não é possível construir uma pesquisa séria e comprometida sobre o negacionismo. Desse modo, a falácia de que estamos todos no mesmo barco nunca foi tão desnecessária e irônica: o coronavírus não coloca todos os seres humanos em condição de igualdade.

Do mesmo modo, vale destacar que a igualdade é para os ricos e privilegiados, que têm casa ou apartamento para passar a quarentena, cumprindo as recomendações sanitárias, mesmo em suas próprias residências. O que resta é a desigualdade para os que precisam trabalhar porque não têm dinheiro, para arcar com contas domésticas ou porque não podem perder salários ou, até mesmo, os que não têm onde morar. Mais do que nomear indivíduos, esta pesquisa busca compreender a complexidade da proliferação do negacionismo que se acentuou em meio à quarentena e que faz parte da história da humanidade desde muito antes do período em que vivemos. Por isso, no caso específico desta investigação em andamento, podem ser analisados, por exemplo, enunciados extraídos de comentários de jornais e revistas disponibilizados em meios digitais, cuja coordenação se concentra no Oeste Catarinense para buscar apreender especificidades e similitudes com o cenário nacional de negação do coronavírus.

Vale assinalar que este texto teve a pretensão de se desenvolver enquanto ensaio teórico. As investigações aqui propostas não são conclusivas, mas já trazem direcionamentos para problematizações possíveis acerca da temática a que se destina. Diante disso, os próximos passos a ser tomados futuramente visarão apontar para a proficuidade da netnografia cartográfica que vai delineando o percurso durante a execução da pesquisa e não propõe resultados definitivos

ao mesmo tempo em que se abre para incertezas, direciona-se para o viés da deriva e de possibilidades de deslocamento possíveis. Outros trabalhos serão desenvolvidos em seguida visando mostrar a fertilidade de tal conceito terminológico. Por hora, este texto buscou apresentar ensaísticamente reflexões acerca do negacionismo em tempos pandêmicos e apresentar uma metodologia inovadora, resultante da união entre os estudos cartográficos e a etnografia virtual como alternativas possíveis em meio ao distanciamento social que a pandemia da COVID-19 fez imperar sobre nós.

Referências

- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas**. São Paulo: Casa de Edição, 1996.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209-223, 2020.
- CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020.
- DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; TRZCINSKI, Clarete; TONEZER, Cristiane. Queixas e diagnósticos relacionados ao trabalho em agroindústrias do oeste de Santa Catarina - Brasil. **Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento**, v. 5, p. 198-218, 2016.
- DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Relações de poder na atenção à saúde do trabalhador formal: o caso da indústria de abate e processamento de carnes. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, p. 1-14, 2016.
- DANNER, Fernando. **Biopolítica e liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault**. 2011. 168 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. V. 1.
- DUNKER, Christian. **A arte da quarentena para principiantes**. São Paulo: Boitempo, 2020.

-
- DUNKER, Christian. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**. São Paulo: Annablume, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. “Eu sou um pirotécnico”. In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault entrevistas**. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 67-100.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade v. I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e org.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (orgs.). **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008c, p. 1-14.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 20ª ed. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREUD, Sigmund. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **La emergência viral y el mundo de mañana**. Buenos Aires: ASPO, 2020.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis; Vozes, 2017.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o Breve Século XX. (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LORENZINI, Daniele. Biopolitics in the Time of Coronavirus. *Critical Inquiry*, v. 1, s. p., april 2020. Disponível em: <<<https://critinq.wordpress.com/2020/04/02/biopolitics-in-the-time-of-coronavirus/>>> Acesso em 26 nov. 2020.
- LUPION, Bruno. Como o novo coronavírus acentua as desigualdades no Brasil, **DW**, s. p., 27

abril 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-o-novo-coronav%C3%ADrus-acentua-as-desigualdades-no-brasil/a-53256164>>. Acesso em 26 nov. 2020.

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel J. M.; NETTER, Thomas W. (Org.). **A Aids no mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Abia; IMS; Uerj, 1992.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

MOESCH, Maria Carolina da Silveira; DAL MAGRO, Márcia Luis Pit; COMERLATTO, Dunia. Discursos e práticas profissionais e o acesso de indígenas à política de assistência social, **Barbarói**, n. 51, p. 90-112, jan/jun, 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓZIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais, **Barbarói**, n.38, p.49-59, jan./jun. 2013.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RISSON, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; LAJUS, Maria Luíza de Souza. Imigração e trabalho precário: Reflexões acerca da chegada da população haitiana no Oeste de Santa Catarina. **Périplus**, v. I, p. 144-152, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SILVEIRA, Éderson Luís. Quanto vale um escravo hoje? A vulnerabilidade (des) fiscalizada, os rastros da necrobiopolítica e (a tentativa d)o controle dos discursos na contemporaneidade. In: BRAGA, Joaquim; FERNANDES, Rafael; TASSO, Ismara. (Org.). **Michel Foucault e os discursos do corpo**. Campinas: Pontes, 2020, v. 1, p. 131-139.

TONEZER, Cristiane; TRZCINSKI, Clarete; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. As Vulnerabilidades da Velhice Rural: Um Estudo de Casos Múltiplos no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**, v. 15, p. 7-38, 2017.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ABORDAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR

DEMOCRATIC MANAGEMENT: AN APPROACH IN THE SCHOOL CONTEXT

Rodi Narciso

Faculdade Venda Nova do Imigrante, MG, Brasil. E-mail: rodynarciso1974@gmail.com

Catyane Roberta Hauth

Prefeitura Municipal de Sinop, MT, Brasil. E-mail: catyhauth@gmail.com

Jacob Patriche Cunha

Prefeitura Municipal de Sinop, MT, Brasil. E-mail: coord.patrick@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.103>

Recebido em: 16.04.2021

Aceito em: 29.05.2021

Resumo: O presente estudo objetiva refletir esta temática tão discutida nas IE - Instituições de Ensino, que é a Gestão Democrática. Este tema provoca uma reflexão quanto ao papel inerente ao gestor adepto a esta modalidade de gestão no contexto escolar (centralidade organizacional entre direção - coordenação - Secretaria de Educação), e, ao mesmo tempo, assume um compromisso de transformar a realidade escolar num espaço democrático, onde seja possível a articulação de ideias, estabelecer diálogos, levando em consideração os diferentes pontos de vista. Como respaldo, será trazido à luz o conceito de Gestão Democrática participativa, a função da escola básica diante deste novo formato de gestão, bem como as Leis Municipais e a práxis desta. Para tanto, nos ancoraremos em artigos e literaturas afins, que sedimentam essa prática dentro do âmbito escolar. Contudo estes desafios, ligados a esta nova prática de gestão, devem estar ligados ao contexto das políticas sociais e econômicas, influenciando o sistema educacional, que por sua vez norteia a gestão escolar.

Palavras-chave: Democrática. Gestão. Escola Básica. Práxis.

Abstract: *The present study aims to reflect this theme so discussed in the IE - Teaching Institutions, which is Democratic Management. This theme provokes a reflection on the inherent role of the manager adept at this type of management in the school context (organizational centrality between direction - coordination - Department of Education), and, at the same time, assumes a commitment to transform the school reality into a democratic space, where it is possible to articulate ideas, establish dialogues, taking into account different points of view. As support, the concept of participatory Democratic Management will be brought to light, the role of the elementary school in the face of this new management format, as well as the Municipal Laws and its praxis. To do so, we will anchor ourselves in articles and related literature, which consolidate this practice within the school environment. However, these challenges, linked to this new management practice, must be linked to the context of social and economic policies, influencing the educational system, which in turn guides school management.*

Keywords: *Democracy. Management. Basic School. Praxis.*



1 Introdução

Embora tenhamos conhecimento com relação as diversas lutas em prol da democratização das escolas públicas, elas apenas tiveram força a partir da década de 1980 as quais resultaram na aprovação dos “Princípio de Gestão Democrática do Ensino Público”, assegurado pelo Art. 206 da C.F. de 1988.

A LDB (9394/96) regulamenta as diretrizes gerais para a educação pública em seu Art. 9º onde são estabelecidas metas para a elaboração para o Plano Nacional de Educação, garantindo o direito à Gestão Democrática no Art. 14º, desta Lei.

O PNE- Plano Nacional de Educação por sua vez, discute planos e metas que direcionarão à qualidade de ensino, bem como assegurando a Gestão Democrática.

Ao se abordar o tema Gestão faz-se necessário conceituá-lo, e diferenciá-lo de Gestão Escolar, para trazemos os mesmos em conformidade com o módulo pedagógico Profucionário, “Gestão: Forma de planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar um determinado projeto [...]”

Gestão escolar: forma de organizar o trabalho pedagógico que implica a visibilidade de objetivos e metas dentro da instituição escolar; aplicar gestão colegiada de recursos materiais e humanos, planejamento de suas atividades, distribuição de funções e atribuições, na relação interpessoal de trabalho, e partilha do poder; Diz respeito a todos os aspectos da gestão colegiada e participativa da escola e na democratização da tomada de decisões (BRASIL, 2012, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Independente do ramo de atividades que se atue é necessário que se formulem estratégias para atingir objetivos. Com esta referência, há importância de uma boa gestão nas instituições de ensino de nosso país.

Respaldados nesta afirmação tem-se como tema de pesquisa a Gestão Democrática no contexto escolar, tendo por foco a aplicabilidade da mesma no ensino básico.

No decorrer desta produção pretende-se evidenciar qual é a concepção de Gestão Democrático-Participativa, sua aplicabilidade na escola de educação básica, as Leis que a regulamentam e sua práxis. Para tanto, será realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde serão apresentados os conceitos desta modalidade de gestão, sua importância e real função na realidade do âmbito escolar.

Portando, os desafios dessa nova prática, para esclarecimento, devem estar intrinsecamente ligados ao contexto das políticas sociais e econômicas, as quais influenciam substancialmente no mundo corporativo e no sistema educacional, e por consequência na gestão escolar.

2 Caminhos para uma gestão democrática

Muito se tem falado com relação à Gestão Democrática. Mesmo antes da criação das principais leis que nos dão suporte, algumas Unidades de Federação já lutavam por uma escola mais autônoma, visando tal gestão. Assim antes de se iniciar a fala sobre gestão escolar democrática, primeiramente deve-se entender sua conceituação.

A LDB (Art. 14), busca efetivar a regulamentação da Gestão Democrática do ensino público, oferecendo autonomia às unidades para, em sintonia, definir a operacionalização de tal processo. Processo este que deve levar em consideração o envolvimento dos profissionais de

educação, assim como a comunidade escolar. Em paralelo a esta participação, a escola através da elaboração de seu projeto pedagógico e a atuação em conselhos escolares ou equivalentes deve buscar oferecer igualdade e garantia de acesso ao saber historicamente acumulado e o pleno exercício da cidadania. Na perspectiva da LDB, a Gestão Democrática circunscreve-se sob alguns aspectos da vida acadêmica.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da Gestão Democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios.

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escolar.

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com Cury *apud* Pinto e Zainko (2008, p. 18), o termo gestão vem de *gestio*, que, por sua vez, vem de *gerere*, que significa “trazer em si, produzir”. Como o próprio autor afirma, gestão é mais do que administrar e organizar uma instituição, é ser líder.

No entanto, para somar a esse conceito e compreensão de gestão, vale acrescentar a contribuição ilustríssima de Cury (2002), quando ressalta que este termo também provém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere*, os quais significa levar sobre si, chamar a si, exercer, gerar. Sendo, assim, como em uma das formas de se ver este substantivo derivado do verbo, *gestatio*, que é o mesmo que *gestação* se percebe a forma pela qual se traz de dentro de si algo novo, diferente. “Desta mesma raiz provém os termos *genitora, genitor, germen*. A gestão, neste sentido, é, por analogia, uma geração similar àquela pela qual a mulher se faz mãe ao dar a luz a uma pessoa humana”. (Cury, 2002, p. 164).

O gestor-líder exerce papel fundamental no desenvolvimento promissor das atividades escolhidas na instituição, mas para que estas tenham realmente sucesso, é necessário que o gestor envolva-se não somente profissional, mas também pessoalmente, proporcionando o crescimento e fortalecimento desta Gestão Democrática. Esta organização escolar deve estar em contato com os seus docentes, discentes e comunidade em geral, voltando suas ações para os bons resultados da educação, dividindo as tarefas e integrando ações e ideias, a fim de solidificar um grande compromisso com significados e valores reais para nossa sociedade.

Conforme definido em Lück (2009, p. 75),

[...] alguns elementos emergem como características comuns de atuações de liderança efetiva e que, portanto, compõem o seu significado: • Influência sobre pessoas, a partir de sua motivação para uma atividade. • Propósitos claros de orientação, assumidos por essas pessoas. • Processos sociais dinâmicos, interativos e participativos. • Modelagem de valores educacionais elevados. • Orientação para o desenvolvimento e aprendizagem contínuos.

Nas unidades escolares, os gestores devem atuar em consonância com a equipe escolar (docentes, discentes, apoio e comunidade). Sendo necessária a participação efetiva dos conselhos e secretarias das diferentes esferas.

Nas palavras de Almeida (2017, p. 5),

A formação de gestores [...] não (está) ligada apenas ao papel do gestor escolar, mas sim, a todos os membros que atuam dentro dos espaços escolares e também são líderes: professores em suas salas de aula, inspetores que cuidam dos alunos,

equipe das merendeiras, limpeza, enfim, até os nossos educandos, entre os quais sempre temos aquela figura que mais se destaca e lidera os pares.

Diante do acima exposto, presume-se que os líderes escolares atendam ao princípio de Gestão Democrática apresentada pela Constituição Federal de 1988, assim como na LDB – Lei n. 9.394/96, e no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Esse modelo de gestão pressupõe um formato organizacional de modo que a equipe escolar atue coletivamente na propagação dos objetivos educacionais. E não como afirma Paro (2001, p. 18-19) onde, na escola que “se diz” democrática, há na verdade profissionais ocupando postos de direção,

[...] que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático.

Ainda com o foco nas leis que garantem o ensino gerido por uma Gestão Democrática, vale ressaltar que é de suma importância conhecer algumas orientações de como se dá esse processo de forma efetiva no Município de Sinop, locus desse estudo, garantida pela Lei nº 815/2004 de 30 de setembro de 2004, até então, onde garante que o diretor, assim como o coordenador, ambos serão escolhidos pela comunidade escolar, por meio do voto da comunidade e demais profissionais da educação.

Para facilitar o trabalho do gestor nas escolas e também o papel da Educação no país, alguns países da América Latina criaram Declarações. Conforme a Declaração de Santiago de 1993 *apud* Zainko e Pinto (2008, p. 24),

Nos novos delineamentos da gestão, o diretor é responsável pelo funcionamento do estabelecimento de ensino e pelos resultados de aprendizagem dos alunos. A partir da Declaração de Santiago 1993, ocorre uma evolução no modelo de gestão, pois aos aspectos quantitativos foram acrescentados aspectos qualitativos, evidenciando-se uma preocupação com a formação de quadros para exercer com competência o novo modelo de gestão, objetivando imprimir eficiência e eficácia na realização de serviços públicos.

A constituição da Gestão Democrática na escola fundamenta-se no conhecimento da finalidade da escola em si. No Art. 205 C.F. é garantido ser direito de todos “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, é obrigação da escola oferecer e garantir o livre acesso e permanência do aluno nos bancos escolares.

A LDB traz em seu Art. 22 que a Educação Básica tem como finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum e indispensável ao pleno exercício de sua cidadania, fornecendo meios para sua progressão acadêmica.

Sendo assim, para garantir o papel social da escola, o gestor deve propiciar aos alunos não apenas a apropriação dos conteúdos acadêmicos, mas, a inserção de saberes tecnológicos, éticos, jurídicos e econômicos.

Ao comentar sobre o papel social da escola, não se pode deixar de mencionar a função da escola básica respaldada pela Gestão Democrática nos dias atuais.

A escola, tida como campo específico de educação, não é considerado um elemento alheio à situação humana, mas uma instituição social, necessária à vida, lugar onde vivem boa parte do tempo crianças e adolescentes.

Para Paulo Freire (1993, p. 117) “A educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética”.

Portanto, são muitas as tarefas atribuídas à escola; sendo que a principal é educar e formar cidadãos para a vida. Como se isso não fosse o bastante, cabe aos gestores trabalhar para que haja ordem nesse espaço, e para isso é imprescindível uma Gestão Democrática e participativa.

Para a efetivação desta modalidade de gestão não basta o bom funcionamento da escola, é de suma importância que o gestor responsável, tenha conhecimento da realidade na qual está inserido, sabendo quem são os integrantes desta instituição, suas culturas e metodologias favoráveis e apropriadas de modo a atender a demanda.

A instituição dos colegiados nas unidades educativas são resultado de discussões e implementações deste novo modelo de gestão (democrática). Werle (2003, p. 51 e 52) indica que os conselhos escolares são considerados como uma forma de organização da comunidade, e os destaca-se como princípios norteadores.

Rodrigues (1987, p. 73) comenta que a escola, nas pessoas de seu colegiado, é um

[...] órgão coletivo de tomada de decisões e análises dos problemas [...]. O colegiado representa, também, uma mudança tanto nos processos de tomada de decisões, administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamento com a comunidade ou com os órgãos superiores da administração educacional.

Em conformidade com a missão da escola ora explicitada, Prais (1996) apresenta como base de uma Gestão Democrática o referencial teórico com o intuito de fundamentar a educação, transformando a práxis educativa em uma prática social e histórica, construída por intermédio das relações sociais.

O autor supracitado ainda comenta que a pedagogia histórico-crítica é concebida como uma pedagogia progressista, que permite a análise e compreensão do processo de administração colegiada.

Os fundamentos deste colegiado, divididos em tópicos, mas diretamente inter-relacionados, se fortalecem através de pilares de construção desta autonomia escolar e para a formação do novo cidadão. Bartnik (2012, p. 132-133), os apresenta na seguinte sequência: “A gestão da escola e a instituição de colegiados; A gestão da escola e construção coletiva do projeto pedagógico; A gestão da escola e a reflexão permanente do processo de ensino-aprendizagem”.

Parente e Lück (200, p. 159), apresentam o colegiado escolar como sendo “um órgão coletivo, consultivo e fiscalizador, e [que] atua nas questões técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras da unidade escolar.” Este órgão é de natureza consultiva o qual compreende diferentes estruturas colegiadas.

No decorrer destas linhas tem-se tratado das diferentes esferas de uma Gestão Democrática, como se concebe, órgãos que fazem parte, conceitos e aplicabilidade. No entanto, não se comentou sobre o perfil que o gestor dentro dessa modalidade de gestão deve ter.

O gestor escolar na atualidade precisa ser bastante flexível e atuante no campo administrativo, pedagógico e social, pois a escola vive dias de inúmeras turbulências. Os principais

requisitos para um bom gestor escolar em nossos dias são, de acordo com Victor (2014, p. 1):

A capacidade sócio-relacional; Tecer relações e faze-las prosperar; Compreender o outro; Detectar talentos; Solucionar conflitos. Mediar acordos de cooperação; Fazer parcerias internas e externas; Dirigir, dando orientação; Motivar o grupo.

Ser líder requer, além do trabalho em equipe, o compromisso e envolvimento total enquanto profissional. Portanto, um bom gestor deve seduzir sua equipe de profissionais, de modo a garantir o cumprimento de suas metas e objetivos, para o bom andamento da dinâmica escolar.

Um dos papéis de um líder é nortear as emoções de sua equipe. Se estas forem impelidas positivamente, o dispara; se incitarem negativamente; perderão o rumo. Quando os líderes estimulam as emoções de maneira positiva, extraem o melhor de cada um – os autores chamam de ressonância. Quando as emoções são canalizadas de modo negativo, os líderes geram dissonância. Ainda segundo Victor (2014, n.p.) *apud* Goleman (2002),

[...] grandes líderes nos mobilizam. Inflamam nossa paixão e inspiram o melhor de nós. Quando tentamos explicar a causa de tamanha eficácia, pensamos em estratégia, visão ou ideias poderosas. Na verdade, eles atuam em um nível mais fundamental: os grandes líderes atuam por meio das emoções.

3 Considerações finais

Pode-se concluir que o ato de “estar gestor” não é muito fácil. Construir uma Gestão Democrática representa absorver a ideia de multiculturalidade, aceitando o outro e se pré-dispondo a aprender com ele. É necessário transformar interesses individuais em interesses coletivos, buscando a participação de todos os envolvidos na construção desse processo.

Esta reflexão, não teve a intenção de oferecer fórmulas de como proceder na gestão participativa, mas propor, de forma sucinta, um breve estudo, a fim de que, cada gestor, conhecedor de sua realidade escolar, possa refletir sobre este local enquanto um espaço de relações sociais, caracterizado e modificado pelas relações diversas e compreensões dos atores aí presentes.

Cabe, segundo esse aspecto, ao gestor, o dever de orientar e conduzir a ação dos membros da sua comunidade a fim de reconhecer que a função de mais alta relevância dentro desse contexto é promover o aluno. Promover não exprime “deixar passar”, mas sim, dar condições para que o mesmo possa crescer e completar-se como ser humano e como cidadão.

Referências

ALMEIDA, Aline Martins de. **Apostila da Disciplina de Fundamentos de Organização e o Cotidiano Escolar.** IBFPOS, Joinville SC, 2017.

BRASIL, Lei n. 9394, **de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.**

Gestão em Educação Escolar/ Luiz Fernandes Dourado, -4ed. atualizada e revisada- Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/ Rede e-Tec Brasil 2012, 102 p: il- (**Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profucionário.**

CURY, C.R.J. Gestão Democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002a.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social e participativa.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DOURADO, L.F. A escolha de dirigentes escolares: políticas da gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N(org). **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MONTEIRO. A. Reis. **Paulo Freire Pedagogo do Direiro à Educação.** Edição de Autor, 2014.

PARO, Vitor. **Gestão Escolar,** 2005

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação.** 6.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.

VICTOR, A. A. **Gestão democrática e participativa na escola.** Postado em 11/05/2014. Disponível em: < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uP7LoUnpfwoJ:https://www.portaleducacao.com.br/educacao-fisica/artigos/56866/gestao-democratica-e-participativa-na-escola+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: Setembro de 2019.

WERLE, F.O.C. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica.** Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag; PINTO, Maria Lúcia Accioly Teixeira. **Gestão da Instituição de Ensino e Ação Docente.** 2008, Curitiba, IBPEX. Conselhos Escolares, caderno 1; 2004.

LOS PILARES ESENCIALES PARA UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA DE LAS PERSONAS HOMOSEXUALES

THE ESSENTIAL PILLARS FOR AN INCLUSIVE EDUCATION OF HOMOSEXUAL PEOPLE

Douglas Verbicaro Soares

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil. E-mail: douglas_verbicaro@yahoo.com.br

Maria Clara Govêia de Oliveira

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil. E-mail: mariaclarinha.rr@gmail.com

Jhemylly Wilhena Alves

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil. E-mail: jwilhena@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3.110>

Recebido em: 29.07.2021

Aceito em: 18.08.2021

Resumen: Dentro de la sociedad brasileña, el prejuicio hacia las personas homosexuales sigue siendo muy fuerte, por lo que todavía hay mucho repudio social dentro de los institutos más básicos de la sociedad. En el conocimiento de las desventajas de tener un desarrollo en medio de tales condiciones, este artículo busca explorar los pilares esenciales de la educación, con el fin de entender: ¿Cómo puede llegar a ser más inclusivo y acogedor para las personas homosexuales? Utilizando el método deductivo y la investigación bibliográfica, se discute el pilar familiar y se hacen consideraciones sobre la familia y la homosexualidad, además del pilar escolar. Por último, se concluye por la necesidad de una acción estatal para fomentar una educación que garantice la dignidad humana, los derechos fundamentales y el desarrollo físico, mental y social de las personas homosexuales.

Palabras clave: Igualdad. Discriminación. Orientación sexual.

Abstract: Within Brazilian society, prejudice towards gay people is still very strong, so there is still much social repudiation within the most basic institutes of society. In understanding the disadvantages of having a development during such conditions, this article seeks to explore the essential pillars of education, to understand: How can it become more inclusive and welcoming to gay people? Using the deductive method and bibliographical research, the family pillar is discussed, and considerations are made about the family and homosexuality, in addition to the school pillar. Finally, it concludes with the need for state action to promote education that guarantees human dignity, fundamental rights, and the physical, mental, and social development of homosexual people.

Keywords: Equality. Discrimination. Sexual preference.



1 Introducción

El desarrollo de una persona está impregnado de varias fases. En estos diversos momentos, las experiencias e influencias que se están experimentando forman pensamiento, personalidad y, entre otros factores, que hacen que una persona sea única. El entorno familiar, igualmente con el entorno escolar, son donde se producen los primeros contactos con otras personas y, así, se aprende a vivir en sociedad.

Sin embargo, este desarrollo no es pacífico para todos en realidad, particularmente para las personas homosexuales. La familia puede convertirse en un contacto muy incómodo a medida que se desarrolla, incluso siendo inexistente. Además, la escuela puede ser un lugar traumático, el escenario de los peores recuerdos de una persona.

En conocimiento de esto, este estudio tiene como objetivo discutir: ¿Cómo la educación puede ser más inclusiva y aceptada para las personas homosexuales a través de pilares básicos: la familia y la escuela? Además, pretendemos debatir sobre la importancia de estos dos institutos y las consecuencias de este tipo de educación en la sociedad. De acuerdo con la metodología utilizada en el artículo, se utilizó un enfoque teórico cualitativo, basado en la investigación bibliográfica multidisciplinar.

Para ello, en este artículo se aborda un tema para hablar del pilar de la familia, otro para hablar de su relación con la homosexualidad y otro para hablar del pilar de la escuela. Por último, se hacen las últimas consideraciones y conclusiones, en las que se considera el papel de los poderes públicos en la búsqueda de una educación más inclusiva y acogedora para las personas homosexuales.

2 El pilar de la familia

Siguiendo esa línea de raciocinio, para alcanzar un ambiente de mayor aceptación e integración de la diversidad sexual en la sociedad brasileña, se hace necesaria enfocar esa educación en los pilares basales de esa sociedad. Por esta razón, hemos apuntado la familia, como el primer pilar, que se representa por medio de una institución social de una persona, donde se desarrollan los primeros aprendizajes. También es la organización responsable de la formación del perfil de cada persona.

Para In`am Al Mufti el papel fundamental de la institución, de la familia se hace indispensable para permitir la descubierta y de desarrollar las aptitudes individuales de cada persona. No representa una tarea única de la escuela. El papel de la familia en una sensibilización de sus miembros puede fomentar la participación inclusiva de todos sus miembros en sociedad (AL MUFTI, 1997, p. 223). Palabras que estamos de acuerdo como un instrumento de desarrollo y de liberación responsable para una ciudadanía participativa.

De ésta importante institución surge la preocupación en constituirse familias estructuradas, con ambientes familiares saludables para sus integrantes y preparadas para ofertar una educación de modo consciente a sus integrantes (JORNAL DO FEDERAL, 2009, p. 10-3). Esta institución representa el primer contacto de una persona con el mundo social, los primeros descubrimientos, las experiencias iniciales se desarrollan en este ambiente organizado, es decir, dentro del medio familiar. Por esta razón, es fundamental la consolidación de una

estructura familiar ordenada para permitir el pleno desarrollo físico y mental de sus individuos (VERBICARO SOARES, 2012, p. 51-2).

De acuerdo con Fraile González:

Retomando el papel de la familia, nos planteamos si los valores, las reglas, los ritos familiares...contribuyen a la estabilidad familiar, si funcionan como sello de identidad para las distintas familias. Por otro lado, existen fuerzas internas y externas, como es el proceso evolutivo de los miembros de una familia, los conflictos, las crisis que funcionan como agentes de cambio. El equilibrio entre ambas fuerzas contribuirá al crecimiento y estabilidad de la familia.

El autor defiende el posicionamiento del denominado modelo evolutivo-educativo, teniendo en cuenta algunos pilares principales: a) la formación de un ambiente de encuentro entre distintas generaciones, b) la constitución de un vínculo de apoyo para administrar los problemas enfrentados en el seno de la familia, c) un ambiente de desarrollo para los miembros de la familia, d) la formación de un proyecto de vida común por medio de una educación compartida (FRAILE GONZÁLEZ, 2008, p. 55).

Sobre el tema de la sexualidad, la familia ya previamente mencionada es la responsable de la formación de la esencia del comportamiento humano, junto con otras instituciones (escuela, religión, trabajo), que van a orientar la creación de los perfiles humanos y las maneras de relacionarse unos con los otros (FRAILE GONZÁLEZ, 2008, p. 55).

Al desarrollar esa investigación, hemos encontrado las consideraciones de Charlotte Pátterson que nos aclaró la difícil tarea de los vínculos familiares en la aceptación de las personas homosexuales, comparándola como un verdadero caos el reconocimiento de esa orientación sexual en el ámbito familiar. La realidad, con los tiempos, había condicionado la homosexualidad a una característica negativa, estudios, opiniones de profesionales de la salud, tajaran de incorrecta o antinatural las conductas afectivas entre las personas del mismo sexo biológico.

De este modo, las relaciones entre padres e hijos han sido, en muchos de los casos, basada en estereotipos peyorativos hacia a las personas homosexuales. Por un lado los hijos que descubrían su sexualidad, pero que se sentían atemorizados en asumirla para sus padres o familiares por el miedo de sufrir rechazo. Y los padres por otro lado, al encontrarse con un caso de homosexualidad en la familia, luchaban para negarlo y peor, de buscar medios para cambiar o supuestamente curar, la homosexualidad de sus hijos. En este sentido, la relación basada en el respeto de los hijos hacia a sus padres y la visión de autoridad que los primeros tendrían, lo hacía más complicado para un hijo homosexual asumirme en el seno familiar, con el miedo de rechazo por los ascendentes.

Hemos encontrado un relato en la ciudad de Belém, en la provincia brasileña de Pará, donde un hijo homosexual nos ha revelado que se acuerda de un momento clave en su vida, cuando su padre, un policía civil jubilado, le presionó a tomar un rumbo en su vida dándole un plazo de un mes para que su hijo presentarse en casa con una novia, caso contrario debería dejar la residencia familiar, pues no quería tener un hijo homosexual. Hecho ese que nos ha llamado la atención, una vez que consideramos el pilar familiar como un eje fundamental para auxiliar y apoyar a las personas a desarrollasen plenamente en dignidad. Al depararnos con este caso, podemos evaluar que problemas de este tipo pueden repercutir de modo negativa en la vida de una persona, pues no aceptarse como es, quizás sea uno de los retos más difíciles de

llevar consigo, pues sería como actuar y no ser correcto consigo mismo, viviendo una falsa vida, aparentando algo que no lo es.

Podemos citar que también era homosexual uno de los líderes de los menores asesinados cruelmente en el episodio conocido mundialmente en la Iglesia de la Candelaria en 1993, en la ciudad carioca de Río de Janeiro, en la provincia de Río de Janeiro en Brasil. Episodio que terminó con la muerte de 8 (ocho) personas sin hogar en la ciudad, seis de ellos eran menores y fueran muertos por policías militares. Los casos de violencia a los homosexuales no cesan, pues, también, encontramos relatos de prácticas realizadas por familiares en la provincia de Bahía, que se aportan desde la época de la esclavitud de Brasil colonia, cuando a un familiar cercano tomaba conocimiento del desarrollo de la orientación sexual homosexual de un descendente, como forma de castigo, hacía una limpieza anal en estas personas con pimienta (MOTT, 1997, p. 19).

Mott nos complementa la idea con la evidencia de diversos casos en que las personas homosexuales acaban siendo obligadas a abandonar sus familias por los más distintos motivos. Para el autor: unos han escapado de casa, otros han sido expulsados, del ámbito familiar, por no resistieren a la intolerancia doméstica. Hay casos en que el suicido acaba siendo la “solución” para tanta opresión. Entre algunos relatos citamos a los amantes homosexuales, que más cercano a la obra ficticia shakespeariana de Romeo y Julieta, han decidido poner fin a sus vidas de modo pactado, los dos primos pertenecientes a una familia con mucho dinero en la ciudad de Salvador, en la provincia de Bahia en Brasil. Los dos jóvenes han dejado una nota culpando la extrema opresión familiar como la causa justificadora del suicidio de los integrantes de la familia Bruni (MOTT, 1997, p. 19).

Por otro lado, en las últimas décadas, cada vez más, los hijos a aceptaren y de entender su propia integridad sexual han dado pasos a reconocer frente a sus familiares su orientación sexual en edades más tempranas, siendo el lugar donde viven un influyente en este camino hacia el reconocimiento, es decir, las localidades más pequeñas, los hijos tienden a no revelar su sexualidad de modo temprano, por otro lado en ciudades mayores, es paso se da de modo menos relucante.

Soriano Rubio nos aclara que: *quizás los elementos que se deban valorar sean: si para el propio bienestar es importante que lo sepan, si se está preparado para decirselo, cuáles son las características de la familia (edad, creencias morales, actitudes) y cómo es la relación con ellos* (SORIANO RUBIO, 1999, p. 187-9).

Los temas de la dependencia financiera también pueden influir en el despertar y el reconocimiento de la sexualidad de un joven en el ámbito de la familia. Las personas que van a estudiar fuera y viven otras realidades, tienden a asumirse más tempranamente, pues consiguen estar fuera de un ambiente cerrado y conservador de la mentalidad de un pueblo conservador, hecho que destaca los centros urbanos como emancipadores de descubiertas a la diversidad existente sobre la sexualidad humana, cuanto más amplia, abierta, multicultural se hace el ambiente, más fácil será el asumir personal de una persona sobre su sexualidad (PATTERSON, 1998, p. 94-5).

Para López Sánchez, cuando resalta el papel de los padres que influyen de manera más importante en los aspectos relacionados con sus hijos. Ellos son los que tienen el derecho y el deber de transmitir a sus hijos el conocimiento, la educación, las actitudes, valores, normas y también, en los campos de las relaciones interpersonales y sexuales esta función de ayudar a

consolidar los valores (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2005, p. 163-4).

Según las explicaciones sobre el tema en portugués:

Os pais são os que influenciam de forma mais importante os filhos em muitos aspectos, entre eles, em todas as aprendizagens relacionadas com os afetos e a sexualidade. Mesmo que os pais não falem abertamente desses temas, transmitem o mais importante para a educação sexual: relações confiadas ou desconfiadas, afetuosas ou distantes, igualitárias ou discriminatórias, ideias positivas sobre o mundo, o ser humano e a vida ou ideias hostis, desesperançosas (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2005, p. 163-4).

Lo que esto representa: que los padres tienen importante influencia en la vida de los hijos, es decir, toda la enseñanza en temas de afectos y sexualidad, por más que hablar de estos temas no sean fáciles, los padres transmiten directa o indirectamente sus valores, sus modales, ideas, comportamientos, afecto, tanto en temas de igualdad o desigualdad, lo que repercutirá futuramente en las actitudes de sus hijos en el ámbito privado (doméstico) y en el ámbito público en sociedad (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2005, p. 163-4).

Es en este sentido que se añade que los padres, así como otros responsables, que también pueden ocupar esa función primordial, cuando se tenga la ausencia estas figuras serán los abuelos, los tíos, con grados de parentesco sanguíneos o no, que podrán desarrollar, a través de sus enseñanzas, las validas contribuciones en la vida de sus dependientes.

3 Reflexiones sobre la familia y la homosexualidad

A lo largo de la realización de este estudio, cuando hemos estado hablando sobre la homosexualidad, hemos notado que el desconocimiento mayoritario sobre la materia, hace que se forme una afirmación impropia, como por ejemplo: de que las personas homosexuales serán incapaces de constituir familias sólidas, o que la formación de una unidad familiar entre personas del mismo sexo representaría unos *hechos no naturales* (EL SEXO DE LOS DINOSAURIOS, 2011), representando tanto un riesgo para los niños de padres homosexuales, incluso para la sociedad (ROCHA, 2014).

De acuerdo con Consuelo Jávega:

La homosexualidad, la bisexualidad y la transexualidad han sido, históricamente, objeto de rechazo por gran parte de la sociedad, rechazo que puede llegar a manifestarse a través de conductas discriminatorias que tienen una indudable transcendencia desde el punto de vista jurídico en las diversas disciplinas del Derecho. Tradicionalmente, se ha presentado a la familia desde el núcleo de convivencia en el matrimonio entre heterosexuales, desde la perspectiva de la finalidad reproductora del mismo, negándose a nivel social y jurídico otras realidades afectivas, o, simplemente, silenciándolas de forma consciente e intencionada. Sin embargo, este concepto de familia resulta día a día más caduco, con la aparición de nuevas fórmulas de convivencia que reclaman abiertamente sus espacios de libertad y su correlativo reconocimiento a nivel jurídico (CHACARTEGUI JÁVEGA, 2001, p. 23).

La historia nos ha visibilizado numerosas conductas discriminatorias hacia a los colectivos *supra* mencionados, poniéndoles en una situación de exclusión participativa y social en las distintas sociedades por el mundo, a lo largo de los tiempos. Estos hechos negativos hicieron de la homosexualidad, por ejemplo, un concepto negativo y de fuerte carácter peyorativo, que atribuía a las personas que tuviesen esa orientación sexual una connotación prejudicial de promiscuidad,

de poca moral, persona que no se pudiese tener confianza y otras más.

Esos argumentos reflejaran en la definición general antigua de que las personas homosexuales eran incapaces de constituir familia, sea en tener una pareja estable o de poder educar a un hijo. Incapacidad esa reflejada en la supuesta incapacidad de los padres homosexualidad en la creación de sus hijos ha sido incluso, objeto de manifestación en el sistema interamericano, de la Corte Interamericana de Derecho Humanos, caso Jacqueline Karen Atala Riffo verso Chile, caso ese mencionado en nuestro trabajo, lo que demostró que el tema de la homosexualidad sigue siendo muy controvertido, pero que ya existe una comprensión tanto en diversos países en sus derechos fundamentales, como en el plan internacional en el reconocimiento de derechos a las personas homosexuales.

Contra el posicionamiento de la CIDH, nos hemos deparado con diversos comentarios. Un ejemplo de ese posicionamiento está en el ámbito español de Pedro Sanz, perteneciente al Partido Popular de la Rioja, que se pronunció en su momento con la siguiente idea: *un niño en una unión de parejas del mismo sexo creo que no tiene las mismas oportunidades, que no tiene una educación exactamente igual que un niño que nace dentro de una familia, o de un matrimonio, o de un entorno de parejas heterosexuales* (VERBICARO SOARES, 2012, p. 53).

Para estos comentarios, se ha manifestado de modo diverso la diputada del Partido Socialista Español, de la misma comunidad autonómica, Inmaculada Ortega. Para la representante política:

Sanz nos pone nuevamente en el punto de mira de toda España, dando una imagen retrógrada y neoconservadora de nuestra tierra cuando sus afirmaciones no las compartimos una gran parte de la sociedad riojana. La diputada también añadió que: los niños lo que necesitan en sus hogares es afecto, equilibrio, seguridad, normas compartidas y eso lo pueden dar todas las personas de la familia independientemente de su condición sexual (VERBICARO SOARES, 2012, p. 53).

En el ámbito social, de personas que consideraban a las parejas de homosexuales incapaces de engendrar o adoptar niños, pues esta condición representaría un grave problema para el proceso educativo de una crianza en el medio social, como si la condición de ser homosexual imposibilitase la propagación de una cultura educativa pertinente y necesaria para la integridad física y mental de otra persona. De esta manera se explica las relaciones de género y la homosexualidad, simples cómo son. En su condición de existencia esencial, la subordinación rígida de su supuesta incapacidad de añadir a la sociedad, su especificación de ser distinto, diferente, de tener sus propias ventajas, como ocurre con la predominancia del género masculino sobre el femenino y la orientación del deseo heterosexual sobre los demás - homosexual o bisexual (VERBICARO SOARES, 2012, p. 53).

Quizás unos de las opiniones más polémicas de los últimos años en Brasil ha sido de la política Marina Silva, en la época candidata a las elecciones a la presidencia de la República brasileña, en 2010. Se recuerda que la candidata se posicionó en contra a la adopción públicamente de niños por personas homosexuales, generando en el país toda una discusión sobre la temática de los derechos del colectivo LGBT. Más actualmente, en 2014, la política Silva volvió a presentarse como candidata a la presidencia, teniendo que rectificar su posicionamiento con relación a su postura, en este momento, reconociendo la posibilidad de la adopción a los homosexuales.

En una entrevista publicada en día 1 de octubre de 2014, la periodista Christiane

Amanpour (CNN), Silva había comentado que en su programa de Gobierno había sido el que mejor, entre los demás presentados por otros candidatos, que mejor contaba con propuestas para los homosexuales. Es válido recordar que la discusión más reciente con relación a las propuestas de Marina Silva ha sido un cambio de postura de la candidata, al retirar de su programa electoral temas relacionados a los derechos de las personas homosexuales, como por ejemplo: la no criminalización de la homofobia y la legalización del casamiento civil entre personal del mismo sexo (ESTADÃO, 2014).

Para contradecir el argumento de la supuesta incapacidad de creación de niños por padres homosexual, hemos optado citar la existencia de estudios para la verificación de las repercusiones en la vida de los hijos creados por parejas del mismo sexo (homosexuales) se han encontrado resultados que determinan que los niños de esos padres no tienen problemas generados por esta condición, es decir, que las personas que justifican esa imposibilidad, tienen contrapuestos argumentos científicos que atestan justo lo contrario.

En España nos hemos deparado, en este trabajo, con comentarios que los niños pueden tener un desarrollo favorable a ser creados basados en el reconocimiento, respeto y la igualdad de trato entre las personas. Estas conclusiones extraídas de un estudio solicitado por la Fiscalía del Menor de Madrid - España, a través de Javier Urrea, psicólogo. De acuerdo con las aportaciones del profesional y, también en estudios recomendado de psicólogos de Madrid y Andalucía, indagando lo que ocurriría con los padres homosexuales en tener hijos, apuntaban que no se encontraban nada significativo que demostrara la imposibilidad de padres homosexuales la adopción niños (DYKERAMA, 2010).

Del mismo modo en que la Asociación de Psicólogos Americana, en un ideario conjunto defendido por López Sánchez, se posicionan en los temas de adopción por personas homosexuales que la orientación sexual de una persona no afecta en el pleno desarrollo de un niño, una vez que para el correcto desarrollo necesita es afecto y amor (ALDER IZQUIERDO, 2013, p. 239).

Estamos completamente de acuerdo que la creación de un ambiente saludable basado por el amor que los padres exteriorizan hacia a sus hijos, sean de padres homosexuales o heterosexual, que lo importante es la demostración de ese afecto, por lo tanto, las razones que se presentan en el sentido contrario a esa posibilidad no parecen a nuestro entendimiento, plausibles de fundamentos, una vez que estudios científicos y la opinión de profesionales ya han se manifestado a favor de las adopciones de niños por padres con una orientación sexual homosexual o bisexual, que ese factor no incide de modo negativo en la creación de los niños.

Podemos citar más uno entre distintos estudios sobre la temática abordada, referente a evaluar las repercusiones en la vida, precisamente sobre los hijos creados por parejas del mismo sexo. Para la investigadora Nanette Gartrell, que ha acompañado 78 parejas y ha evaluado el bienestar de los hijos a través de cuestionarios, entrevistas. Las respuestas han sido codificadas, sometidas al análisis y posteriormente comparadas con los datos de crianzas de parejas heterosexuales.

Según este estudio, pues todavía son pocos los que abordan la temática homosexual, que tuvo su inicio en el año de 1986, ha revelado que los niños educados por parejas de lesbianas tienen mayor equilibrio psicológico y presentan menos problemas de comportamiento. Hecho este que pueden demostrar que la orientación del deseo homosexual no es en sí, un problema para la creación, educación de los individuos (hijos) en sociedad, por lo contrario, pueden añadir importantes enseñamientos y a ayudar a combatir las injusticias y auxiliar en el proceso

de integración social. Para la CNN, hijos de parejas de homosexuales revelaran competencias superiores en niveles sociales, académicos y menor tendencia para problemas de agresividad e incumplimiento de reglas (DYKERAMA, 2010).

De este modo, es válido recordar que para evitar las desigualdades de trato puede estar en la educación por el respeto al prójimo, aceptar lo diverso, lo diferente, buscar el equilibrio en la educación familiar y que sea posible una relación más armónica dentro y fuera de los vínculos familiares (JORNAL DO FEDERAL, 2009, p. 10-3). Con base en esta argumentación, podemos demostrar que en Brasil, algunas iniciativas se han desarrollado para evidenciar e integrar socialmente el tema de la orientación sexual en el ámbito de la enseñanza, como por ejemplo algunas normas específicas de algunos municipios brasileños, que buscan la educación para la igualdad, son ellas: Ley n.º 3.582/1998 de Campo Grande/ MS: que habla de la educación llevando en consideración la orientación sexual y el planteamiento familiar a los padres y alumnos del preescolar y 1º Grado de estudios (primarias) en la red municipal de enseñanza; Ley n.º 12.284/2006 de São Paulo/SP, que autoriza el Poder Ejecutivo a incluir, en el currículo de la enseñanza fundamental y media, los preceptos de críticas a la violencia familiar, de género y los de discriminación por raza, orientación sexual; Ley n.º 12.491/1997 de Minas Gerais /MG, que determina la inclusión del contenido y actividades para la orientación sexual en la grade curricular de la enseñanza fundamental de este Estado (CEZÁRIO, 2007, p. 61-5).

4 El pilar de la escuela

Es válido informar que otro pilar para la integración de la diversidad se plasma en la figura de la escuela, el conjunto base de la enseñanza, es allí donde ocurre la complementación de la educación recibida en casa, a través de la familia. La escuela tiene el objetivo de integrar a las personas en el ambiente de las relaciones personales, tanto dentro de las familias, como en el mundo que la rodea, por lo tanto, tiene una función complementaria (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 164). En este contexto, el trabajo para educar en la igualdad, tratando los temas de género y los de la sexualidad humana, educando en el modo responsable de la aceptación de todos socialmente, sin discriminación, permitiendo una convivencia armónica con la igualdad de trato entre todas las personas (VERBICARO SOARES, 2012, p. 55-6).

No nos cabe duda de que el proyecto representa una iniciativa válida para el proceso de concienciación social sobre la temática de la orientación del deseo y, consecuentemente, para la sexualidad y los derechos sexuales como los derechos humanos.

Nuestro planteamiento se basa en la conciencia colectiva de la importancia de la movilidad de la sociedad brasileña, por medio de sus sectores, entre ellos las escuelas, pilares indispensables para la formación ciudadana y la transmisión de valores cívicos y democráticos, dentro de las casas familiares, en el trabajo y otras esferas. Por esa razón son instrumentos materializados para la formación de opinión de los propios ciudadanos del país.

Aduciremos que los cobros por cambios, cuando un Estado muestra flaqueza cuanto a la implementación de políticas públicas en el sentido de fortalecer la educación y de motiva a la participación ciudadana, tendrá la sociedad otras alternativas para cambiar las realidades. Iniciativa esa que podría ser seguida por el Gobierno brasileño, así como la sociedad en general (sociedad civil, empresas públicas) en la aplicación de esas medidas para facilitar la inclusión

social de las personas homosexuales.

Indispensables para la elucidación de los problemas visibilizados cuanto al tema de la educación son los comentarios de West, que al analizar algunos casos de políticas implementadas en el ámbito internacional para la educación, por ejemplo a de la Conferencia en el año de 1990 de Tailandia, se constató que el problema no estaba solamente en la idea de muchos Estados u Organizaciones de la ONU, con el apoyo de entidades locales, nacionales e internacionales en la potenciación de los recursos destinados a educación.

El autor, de modo oportuno recuerda que, lo importante no sería solamente los recursos destinados, pero sí la determinación de las verdaderas necesidades para el sector, como bien aclara el autor: *la principal prioridad consiste en determinar, antes de gastar más* (G. WEST, 1994, p. 13). Del mismo modo que West enfatiza que: *las nociones de igualdad y de igualdad de oportunidades merecen un tratamiento muy cuidadoso* (G. WEST, 1994, p. 273).

Estamos de acuerdo con ese ideal presentado. A veces la solución más simples para el combate del problema educacional no está en la captación exacerbada de recursos, pero la apropiada aplicación de los mismos en estrategia previamente ordenadas y pensadas de modo racional previamente, para no caer en conductas, muy conocidas en Brasil, los casos de corrupción general del Gobierno, donde los recursos supuestamente destinados a la educación son constantemente materia de cortes presupuestarios o de apropiación indebida por los representantes de los ciudadanos a favor de intereses particulares.

5 Consideraciones finales

Por lo tanto, a la vista de lo presentado, este trabajo permitió un análisis más profundo de los pilares esenciales para una educación inclusiva de las personas homosexuales y, en el curso de este estudio, dos instituciones demostraron ser fundamentales en la formación de la esencia, la personalidad y la educación: la familia y la escuela. Dado que los primeros rasgos de personalidad, así como las ideas, creencias, religión y el pleno desarrollo físico y mental de un ser humano se desarrollarán dentro de la familia, de modo que esta estructura permite los contactos sociales primarios de un individuo y ejerce una gran influencia en su vida y relaciones interpersonales. La escuela, en lo que a ella respecta, se une a la estructura familiar para que el individuo tenga pleno éxito en su educación, integrando y transmitiendo los valores esenciales para una experiencia social armoniosa.

Sin embargo, la estructura familiar no siempre está presente para los homosexuales, lo que genera inseguridad sobre la sexualidad de estos individuos y causa consecuencias en su vida y educación. En este sentido, la escuela tiene gran relevancia en la acogida de estas personas, lo que se puede lograr a través de la promoción de la igualdad y la conciencia sobre los derechos sexuales individuales. En Brasil, en algunos estados, ya existen medidas que buscan implementar acciones para estimular la igualdad y el respeto en la escuela. Sin embargo, todavía se han adoptado pocas medidas en relación con los homosexuales y el entorno escolar.

Por lo tanto, las autoridades públicas brasileñas deben fomentar más acciones dirigidas a una educación inclusiva que no sólo integre a los homosexuales en el cuerpo social, sino que fomente la aceptación de la familia y la comunidad cuando no ocurre a través de la lucha de puntos de vista peyorativos sobre la homosexualidad, para que tal unión entre la comunidad, la

familia y la escuela pueda ofrecer a los individuos homosexuales la estructura educativa necesaria y esencial para la garantía de la dignidad humana, los derechos fundamentales y el desarrollo físico, mental y social total de estas personas.

Referencias

ALDER IZQUIERDO, Alejandro. *Realidad jurídica y social del derecho a la orientación e identidad de género*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca: Programa de Doctorado Pasado y presente de los derechos humanos, Salamanca, España, 2013.

AL MUFTI, IN`AM: “La excelencia en la educación: hay que invertir en el talento” en: VVAA.: *La educación encierra un tesoro*. México, DF, México: Ediciones UNESCO, 1997.

CEZÁRIO, Joelma. *Legislação e Jurisprudência LGBTTT*. Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Vênus, Brasília, Brasil, 2007.

CHACARTEGUI JÁVEGA, Consuelo. *Discriminación y orientación sexual del trabajador*. 1ª Edición. Valladolid, España: Editorial Lex Nova, 2001.

Documentario Español: *El sexo de los dinosaurios*. Disponible en: <<http://www.elsexodelosdinosaurios.com/>>. Acceso en: 10 de julio de 2021.

DYKERAMA. *Filhos de lésbicas são mais equilibrados, diz estudo*. 7 junio de 2010. Disponible en: <http://dykerama.uol.com.br/src/?mI=5&cID=23&iID=3145&nome=Filhos_de_l%9sbicas_s%E3o_mais_equilibrados,_diz_estudo>. Acceso en: 10 de julio de 2021.

ESTADÃO. *Fui a que melhor integrou propostas aos gays, diz Marina*. Disponible en: <<https://br.noticias.yahoo.com/fui-melhor-integrou-propostas-aos-gays-diz-marina-145300130.html>>. Acceso en: 10 de julio de 2021.

FRAILE GONZÁLEZ, Eduardo. “La educación en la familia del medio rural: igualdad de oportunidades”. In: MAYA FRADES, Valentina: *Mujeres Rurales. Estudios multidisciplinares de género*. Ediciones Universidad de Salamanca. Salamanca, España, 2008.

G. WEST, Edwin. *La educación y el Estado: Um estudo de conomia política*. Madrid, España: Unión Editorial, 1994.

JORNAL DO FEDERAL. *Antigas lutas insistem em novos rumos para a sociedade*. Conselho Federal de Psicologia – Ano XXI nº 93 – Junho, Brasília, Brasil, 2009.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Félix. *Homosexualidad y familia. Lo que los padres, madres, homosexuales y profesionales deben saber y hacer*. 1ª Edición. Barcelona, España: Editorial GRAÓ, 2006.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Félix. *La Educación Sexual*. Madrid, España: Biblioteca Nueva, 2005.

MOTT, Luiz Roberto. *Homofobia. Aviolção dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas & Travestis no Brasil*. Grupo Gay Da Bahia / International Gay and Lesbian Human Rights Commission. Salvador. Bahia, Brasil, 1997.

PATTERSON, Charlotte. *Lesbian, gay, and bisexual identities in families: psychological perspectives*. Oxford University Press, Oxford, New York. United States, 1998.

ROCHA, Alexander. *El presidente popular de La Rioja ha criticado la crianza de niños por parte de parejas homosexuales*. Disponible en: <http://noticias.universogay.com/el-presidente-popular-de-la-rioja-ha-criticado-la-crianza-de-ninos-por-parte-de-parejas-homosexuales__20022012.html>. Acceso en: 21 de julio 2021.

SORIANO RUBIO, Sonia. *Como se vive la homosexualidad y el lesbianismo*. Salamanca, España: Amarú Ediciones, 1999.

VERBICARO SOARES, Douglas. *Las mujeres y las personas homosexuales en las Fuerzas Armadas. Especial referencia a las FFAA brasileñas*. Trabajo fin de curso Máster Oficial en Estudios Interdisciplinarios de Género. Universidad de Salamanca. Salamanca, España, 2012.